

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2): a autonomia das mulheres
assentadas no Semiárido cearense.**

Mara Cibely de Oliveira Silva Kroeff
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

MARA CIBELY DE OLIVEIRA SILVA KROEFF

**Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2): a autonomia das mulheres
assentadas no Semiárido cearense.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Janderson D. dos Reis

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

K93p
2024

Kroeff, Mara Cibely de Oliveira Silva, 1986-
Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2): a autonomia das
mulheres assentadas no Semiárido cearense / Mara Cibely de
Oliveira Silva Kroeff. – Viçosa, MG, 2024.
1 dissertação eletrônica (109 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Orientador: Janderson Damasceno dos Reis.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Rural, 2024.

Referências bibliográficas: f. 92-103.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.028>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Trabalhadoras rurais - Ceará - Condições sociais.
2. Ceará - Política e governo - Desenvolvimento de recursos hídricos.
3. Secas - Ceará.
4. Assentamentos humanos - Ceará.
5. Cisternas. I. Reis, Janderson Damasceno dos, 1975-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.
III. Título.

CDD 22. ed. 305.4363

MARA CIBELY DE OLIVEIRA SILVA KROEFF

**Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2): a autonomia das mulheres
assentadas no Semiárido cearense.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 25 de junho de 2024.

Assentimento:

Mara Cibely de Oliveira Silva Kroeff
Autora

Janderson Damaceno dos Reis
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 22/01/2025 às 11:16:24 e pelo orientador em 23/01/2025 às 16:45:01. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **7HAN.JUHY.L2A6** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

A Deus, essa força maior que rege o universo de forma magnífica, por ser minha base nessa jornada e dar-me o acalento necessário quando pensei em desistir!

À minha mãe, Dona “Neném” (Maria), que sempre esteve ao meu lado, em todos os momentos, sonhando comigo os meus desejos mais profundos, e sorrindo, sempre, para todos os obstáculos que insistiam em bater à nossa porta. Força, amor e coragem são as três palavras que definem a tua existência. Te amo sem medidas!

Ao meu avô materno (in memoriam), Raimundo Armando, que viajou de uma ponta a outra desse Brasilzão, apenas para me abraçar. Desde que me sentei em seu colo, naquele corpo raquítico de quem tinha apenas quatro anos de idade, e descobri, no meu modo inocente de falar, o significado da palavra avô, pude te amar e te reconhecer como segundo [primeiro] pai! (Sim, “avô é amor de pai em dobro”!).

Aos irmãos (que estão comigo desde a graduação): Leonardo Oliveira e Gabriel Campelo, vocês não têm ideia de como cada um foi fundamental em minha vida. O “não desistir”, em muitos momentos, só foi possível por que vocês, cada um ao seu modo, me ouviu e me mandou mensagens mais que incentivadoras quando muita coisa parecia não ter mais tanta cor. Meu muito (muito mesmo) obrigada!

Ao engenheiro agrônomo Nacélio Chaves, companheiro de luta e de vida, que me deu um apoio (e um colo) fundamental para a construção dessa pesquisa, e com o qual tenho os melhores debates agroecológicos possíveis!

A Liliam Teles, Thayane Meireles e Beth Cardoso, e outras e outros que não consigo citar agora, mas cujo acolhimento em Viçosa e as conversas (em boa parte, etílicas... ou não!) foram fundamentais para desconstrução e reconstrução de muitas ideias, e essenciais para que eu me sentisse parte dessa cidade até então desconhecida.

Ao Centro Espírita Sol do Amor ao Próximo (CESAP) e ao Centro de Umbanda (CEU) Mãe Joana, e a todas e todos os trabalhadores da casa, em especial ao César Dias e a Josy Oliveira, por me receberem tão bem

nesse espaço de luz e acolhimento, tornando-se fundamentais para o meu crescimento pessoal e espiritual. O bem em vocês habita e se dissipa indiscutivelmente!

Aos movimentos sociais populares, em especial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o qual eu tenho muita admiração e me sinto representada em suas ações, seja em minha vida acadêmica e fora dela, mostrando que somente a luta, a partir da consciência de classes, podem mudar os rumos desse país.

A todos os professores e professoras que contribuíram para minha formação, em especial, a profa. Maria Alice, pela abertura de ideias e despertar da consciência, e ao meu orientador, Prof Janderson Damaceno, por toda sua paciência, dedicação, fala calma, generosa e assertiva em todos os momentos. A minha banca avaliadora, pela aceitação e disponibilidade em avaliar este trabalho.

Às famílias residentes no assentamento Vida Nova/Aragão, em especial, a Selma e seu Francisco, Fagna e Maria, por todo acolhimento e ajuda para efetivação desse trabalho.

P.s.: não menos importante, um agradecimento a essa força, pela ousadia e perseverança, que pulsa tão fortemente, capaz de mudar os rumos de minha própria história, ingressando num mestrado e abraçando a loucura que foi mudar de cidade e morar numa “república estudantil” depois dos altos dos meus 30 anos, enfrentando todos os medos e desafios que a vida acadêmica e sem estabilidade poderia me trazer nessa empreitada. Foi uma verdadeira viagem de coragem, autoconhecimento e aceitação até a conclusão desse projeto.

À chama forte e revolucionária que em mim reacendeu, enquanto mulher, feminista, agroecóloga, engenheira agrônoma, militante, e agora, MESTRA EM EXTENSAO RURAL!

À vida: apenas gratidão!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

KROEFF, Mara Cibely de Oliveira Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2024. **Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2): a autonomia das mulheres assentadas no Semiárido cearense..** Orientador: Janderson Damaceno dos Reis.

O peso da lata na cabeça e o longo trajeto em busca da coleta de água afeta muitas mulheres no Semiárido Brasileiro. No Ceará, cujas características se acirram em determinadas épocas do ano (baixos índices pluviométricos, distinto índice de aridez e secas constantes), essas adversidades interferem na atividade agrícola da região e requer medidas específicas, demandando dos governos, políticas públicas de acesso à água de qualidade para o consumo humano e para produção. Algumas dessas ações – o “Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)” e o “Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)”, desenvolvidas pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) em parceria com Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), têm como finalidade a implantação de tecnologias sociais diversas visando promover o acesso aos recursos hídricos de forma socialmente sustentável, por meio da captação e armazenamento autônomo de água em locais específicos, além da obtenção de renda, através da melhoria na quantidade e qualidade da produção. Neste sentido, este estudo tem como objetivo de refletir, no contexto do semiárido cearense, como os programas governamentais de acesso hídrico, a exemplo do P1+2, auxiliam na autonomia socioeconômica das mulheres assentadas, a partir das suas experiências produtivas, no “Assentamento Vida Nova – Aragão”, localizado em Miraíma/CE. Para isso, realizou-se uma breve apresentação do perfil e das histórias de vida das mulheres assentadas atendidas por ambos os programas governamentais, descrevendo como as tecnologias sociais de captação e armazenamento de água se alinham e/ou alteram as perspectivas femininas destas em seus espaços produtivos. Além disso, buscou-se observar se as políticas públicas de implantação dessas TSs, aliadas às demais políticas no campo, atuam como um agente transformador do desenvolvimento sociopolítico dessas mulheres assentadas, efetivando, assim, um avanço em suas qualidades de vida e na sua manutenção no campo.

Palavras-chave: recursos hídricos; política pública; gênero; seca; cisterna.

ABSTRACT

KROEFF, Mara Cibely de Oliveira Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2024. **One Earth, Two Waters Program (P1+2): the autonomy of women settled in the Semi-Arid region of Ceará.** Adviser: Janderson Damaceno dos Reis.

The weight of the can on the head and the long journey in search of water collection affect many women in the Brazilian Semiarid region. In Ceará, whose characteristics worsen at certain times of the year (low rainfall, different levels of aridity and constant droughts), these adversities interfere with the region's agricultural activity and require specific measures, demanding from governments public policies on access to water. quality for human consumption and production. Some of these actions – the “One Million Cisterns Program (P1MC)” and the “One Land and Two Waters Program (P1+2)”, developed by the Brazilian Semiarid Articulation (ASA) in partnership with the Ministry of Social Development (MDS), have the purpose of implementing various social technologies, promoting access to water resources in a socially sustainable way, through the exclusive capture and storage of water in specific locations, in addition to obtaining income, through improving the quantity and production quality. In this sense, this study aims to reflect, in the context of the semi-arid region of Ceará, how government water access programs, such as P1+2, help in the socioeconomic autonomy of women settled, based on their productive experiences, in the “Settlement Vida Nova – Aragão”, located in Miraíma/CE. To this end, a brief presentation was made of the profile and life stories of the women served by both government programs, describing how social technologies for water capture and storage align and/or change female perspectives within productive spaces. Furthermore, we sought to observe whether the public policies for implementing these STs, combined with other policies in the field, act as a transformative agent in the socio-political development of these settled women, thus effecting an advance in their quality of life and maintenance. while living in the countryside.

Keywords: water resources; public policy; gender; drought; cistern

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 01. Localização do Município de Miraíma – Ceará.....	38
Tabela 01. Distribuição hídrica residencial segundo as formas de abastecimento de água em Miraíma/CE (2000 – 2010)	38
Figura 02. Localização do Assentamento Aragão, em Miraíma – Ceará.....	39
Figura 03. Célia apresentando seu quintal.....	44
Figura 04. Fagna durante a entrevista semiestruturada.....	48
Figura 05. Dona Maria ao lado da cisterna, em seu quintal produtivo.....	52
Figura 06. Cisterna calçadão no quintal de Dona Célia.....	58
Figura 07. Dona Célia desenhando sua propriedade.....	62
Figura 08. Conversas e produção noturna de chapéu de palha na calçada de Célia.....	62
Figura 09. Entrada da casa de Fagna.....	63
Figura 10. Fagna e Mariana desenhando sua propriedade.....	67
Figura 11. Etnomapeamento feminista do quintal produtivo de Fagna.....	70
Figura 12. Cisterna Enxurrada, no quintal produtivo de Maria.....	72
Figura 13. Maria durante o processo de desenho de sua propriedade.....	74
Figura 14. Maria mostrando o resultado do etnomapeamento do seu quintal.....	77
Figura 15. Célia refletindo sobre sua caminhada formativa.....	80
Figura 16. Fagna e Olginha na sala de casa, em meio a quadros e figuras históricas.....	87

LISTA DE SIGLAS

ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ASCAVIN	Associação Comunitária do Assentamento Vida Nova Aragão
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora
CLACSO	<i>Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales</i>
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COOPNORTE	Cooperativa Agropecuária do Norte do Ceará
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEL	Entidade Nacional de Eletricidade
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
GAPA	Gerenciamento de Água para Produção
GRH	Gestão de Recursos Hídricos
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEDOC	Licenciatura em Educação do Campo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas

PSJ	Projeto São José
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAD	Programa Água Doce
PET	Programa de Educação Tutorial
PNAE	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PP	Política Pública
PRA	Programa Residência Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SAE	Sistema de Água e Esgoto
SAF	Sistema Agroflorestal
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
SSMA	Sistema Simplificado de Manejo da Água
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TD	Título de Domínio
TS	Tecnologia Social
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFV	Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
3. OBJETIVOS.....	21
3.1. Geral.....	21
3.2. Específicos.....	21
4. ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	22
4.1. A sociedade e a divisão de gênero no contexto das águas.....	23
4.2. O Semiárido Brasileiro: do combate à convivência com a seca.....	25
4.3. Os Programas de Cisternas no contexto cearense – um destaque para o P1+2.....	27
4.4. Do acesso à água e a produção à autonomia política das mulheres.....	28
5. DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	33
5.1. Caracterização da pesquisa.....	33
5.2. Área de estudo.....	33
5.3. Instrumentos para coleta de dados.....	34
5.3.1 <i>Observação Participante enquanto método de coleta</i>	35
5.3.2 <i>Entrevistas semiestruturadas enquanto método de coleta</i>	36
5.3.3 <i>Etnomapeamento enquanto método de coleta</i>	36
5.4. Método de análise.....	36
5.4.1 <i>Análise de Conteúdo</i>	36
6. O ASSENTAMENTO ARAGÃO E SEU CONTEXTO NA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	37
6.1. O município de Miraíma e o serviço de abastecimento hídrico local.....	37
6.2. O Assentamento Aragão e suas formas de convivência socioeconômica.....	39
7. A FETOS, DIFICULDADES E PERTENCIMENTOS: QUEM SÃO ESSAS MULHERES ASSENTADAS NO SEMIÁRIDO CEARENSE?.....	43
7.1. O ponta pé inicial e o desenrolar da pesquisa.....	43
7.2. Dona Célia: da morada na escola-sede à professora no Assentamento.....	44
7.3. Fagna e a conciliação entre maternidade, estudo, militância e agroecologia.....	47
7.4. Maria: dos traumas de infância ao fincar raízes em outro lugar.....	50
8. O PROGRAMA DE CISTERNAS (P1+2) NO CONTEXTO FEMININO: AS ÁGUAS NA DINÂMICA DAS VIDAS	56
8.1. Célia e seu quintal produtivo: a busca de ações que visem à para segurança hídrica e alimentar de sua família.....	56
8.2. Fagna e o quintal agroecológico da “Maria Bonita”.....	62
8.3. Maria: a difícil conciliação entre casa e trabalho, e a busca por água e alimentação de qualidade.....	72
9. DO CONHECIMENTO GERADO A PARTIR DO ACESSO À ÁGUA À AUTONOMIA DAS MULHERES: DA GESTÃO HÍDRICA AOS CUIDADOS DO SER.....	77
9.1. Célia: unindo trabalho, militação e formação feminista à dinâmica familiar.....	80
9.2. Fagna: engajamento e referência na luta instigada pelo MST, no Assentamento.....	82

9.3. Maria: da limitação educacional imposta pelo às projeções para o futuro.....	87
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
11. REFERÊNCIAS	92
12. ANEXOS.....	104

1. INTRODUÇÃO

"A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam". Esta frase, de Leonardo Boff (1997) na "Fábula da Águia e a Galinha", permeou praticamente todos os semestres da minha graduação. Sobretudo, nas reuniões calorosas ou nas distraídas rodinhas de conversas entre os companheiros do Programa Residência Agrária (PRA/UFC)¹. Quase sempre a escutávamos, através da nossa tutora, profa. Maria Lúcia, que ainda reforçava o peso dessa citação ao mencionar um outro trecho conhecido do mesmo texto: "Todo ponto de vista é a vista de um ponto". Passados os anos do bacharelado e ainda nos distintos percursos da vida, entre eles a jornada do mestrado, sempre me pegava refletindo de onde eu, Mara – mulher, nordestina, filha de agricultores – partia. Olhar para o semiárido, onde nasci e para onde pretendo sempre levar minha atenção, sempre foi meu foco, ou, pelo menos, se tornou, desde que adentrei na Agronomia, ainda em meados de 2015. Ler, a partir do que se enxerga, compreender a partir de onde se está, e interpretar através das vivências pessoais – "de onde os pés pisam" – é, sem dúvidas uma necessidade (ou quem sabe um meio) para entender a si própria/o, na sensibilidade primordial que o despertar da consciência feminina exige. É libertar-se dos estereótipos – do lar, da casa, da função social a nós imposta, de uma leitura específica para o ser mulher – que nos reprime, aprisiona e nos coloca em "caixinhas".

Nesse contexto sobre o mestrado – e sobre a temática escolhida –, preciso falar de como seu deu minha história na Universidade Federal de Viçosa (UFV), que ocorreu em três momentos: um semestre virtual (efeito pós-pandemia Covid 2019), dois presenciais e bem aproveitados, e um terceiro, quando retornei a Fortaleza em busca das "mulheres assentadas no semiárido cearense", em 2022. Neste último ano, uma forte chuva assolou o assentamento no qual eu desejaria que fosse meu ponto de pesquisa. A ponte, arrastada pelo rio, impossibilitou minha ida ao local e adiou aquela viagem, que deveria ter acontecido ainda em março daquele ano. Em maio, meu pai-avô, cuja minha criação foi feita por ele, foi internado em um hospital público na capital. Até então, morávamos ele (88 anos), minha mãe (70 anos) e eu, filha única (37 anos). Assim, nos três meses seguintes (maio, junho e julho/22), precisei me dividir entre

¹ O Programa Residência Agrária (PRA) é um Programa de Extensão, oriundo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculado aos cursos de graduação do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal do Ceará (UFC). O PRA, originalmente intitulado "Programa Nacional de Educação do Campo: formação de estudantes e qualificação de profissionais", foi criado em 2004. Nele está inserido o Programa de Educação Tutorial (PET) Agrárias – Conexão de Saberes que tem por finalidade, capacitar estudantes e profissionais das Ciências Agrárias para ações de extensão e desenvolvimento de atividades nas áreas de agricultura familiar e reforma agrária, mais precisamente, em assentamentos rurais, permitindo uma aproximação entre graduandos e o universo do campesinato nacional (<https://cca.ufc.br/pt/programas-de-educacao-tutorial/>).

minhas leituras e a função de cuidadora no hospital em que meu avô estava internado (pois, enquanto mulher, e a única neta “que não trabalhava”, eu tinha todo o “tempo livre e obrigação” de ficar nessa função! – diziam os demais familiares à época).

Em meados de julho, ele desencarnou. Como havia de se esperar, minha mãe, com a qual ele morava há mais de 30 anos, teve dificuldades em aceitar a perda e ainda teve que lidar com as disputas familiares (que a gente sabia que iriam acontecer!).

Me vi em uma situação financeira bem delicada. Se antes, a casa era abastecida por três salários mínimos e uma bolsa de estudos (as aposentadorias de minha mãe e do meu avô, a pensão pós-morte deixada pela minha avó, e minha bolsa acadêmica), naquele momento, teríamos apenas o salário de minha mãe – pois a bolsa de mestrado também havia se encerrado, em agosto de 2022. Mainha, como a chamo nos momentos mais íntimos, possui cegueira macular degenerativa úmida, uma doença grave e sem tratamento efetivo que a faz ser dependente de terceiros até para coisas mais básicas, como uma ida ao banheiro (ela não consegue visualizar a tomada ou a porta, por exemplo), além de remédios específicos. A saída não podia ser outra: voltar a trabalhar! E foi o que fiz. Sacrifiquei, mais uma vez, o tempo que teria livre para as leituras, e que agora passou a estar submerso em obrigações laborais.

Conto-lhes essas memórias, ainda que superficialmente, porque tal momento me fez muito refletir como a nossa atuação enquanto pesquisadora é tão minimizada (para não dizer menosprezada!) por quem não consegue, de forma nenhuma, enxergar a pesquisa e o estudo como um trabalho, que demanda tempo, concentração e aconchego. Talvez para alguns, a vida acadêmica é apenas um “brincar de perder tempo”, e tempo para os que não se dão ao trabalho de pensar, significa apenas dinheiro²... E quando se é mulher, essa pressão só piora (principalmente depois dos 35 anos, quando a obrigação social de maternar lhes bate à porta, ao mesmo passo em que te julgam por não ter uma assinatura na CLT). Logo, estes processos, inegavelmente, têm repercussões sobre nossos modos de estar no campo e nas diversas outras etapas da pesquisa.

Assim, a partir da reflexão citada acima, me veio a lembrança que o “Assentamento Vida Nova – Aragão”³ é habitado por mulheres que ou iniciaram, ou finalizaram seus estudos

² A frase “tempo é dinheiro”, possui ligações estreitas com o desenvolvimento dos colonialismos, do imperialismo e do capitalismo financeiro, presente, inclusive em campanhas que visam o “progresso” e a urbanização em larga escala, motivadas, principalmente, pela ideia de maximização e melhor aproveitamento temporal, nas quais quanto maior o tempo/dinheiro disponível, maior o poder sobre os corpos e suas relações (BORGES, 2004, p. 15-31; FERNANDES, 2018, p. 297).

³ Embora o nome oficial do Assentamento seja “Vida Nova – Aragão”, após esta primeira citação, optou-se por referenciá-lo apenas como “Aragão”, devido ao fato da própria associação local e dos demais moradores e moradoras denominá-lo desta forma perante toda a comunidade. Sendo assim, nas demais menções, constará

em meio às disputas daquela terra e a construção de seus lares, ao mesmo passo em que precisavam cuidar de suas casas, erguerem seus quintais e se desdobrarem em muitas para encontrar e coletar água. Essa observação só pode existir porque eu já havia ‘pisado’ naquele local em momentos anteriores, quando ainda era bolsista do PRA, entre 2016 e 2021. Foi aí que surgiu a ideia de não apenas pesquisar a cisterna em si, enquanto projeto implantado. Até porque, não há como se falar da cisterna propriamente dita, e nem da produção obtida a partir dela, sendo que essa tecnologia social apenas por si só não resolve a problemática do semiárido. Essa resolução é fruto de um conjunto de ações – evidentemente com inclusão das cisternas – mas que perpassam por formações e cursos diversos, entendimento dos direitos de cada cidadã e cidadão, políticas públicas combinadas entre si e demais outras questões. Assim, em momento algum, esta pesquisa irá se atentar exclusivamente à impactos, ou dados específicos apenas desta tecnologia social. O contexto adotado será bem mais amplo – ou sutil, talvez – buscando traduzir ideias a ações paralelas a implantação desses dispositivos no cotidiano das famílias, e as percepções, embora sucintas devido ao pouco tempo de permanência no local, sobre a viabilidade da vida após o acesso um tanto quanto mais facilitado e qualitativo à questão hídrica.

Retornando às atividades, as visitas ao Assentamento Aragão se iniciaram em outubro de 2023 e seguiram até fevereiro de 2024. No total foram realizadas 4 idas⁴ ao local, todas com tempo de permanência de aproximadamente quatro dias – sempre próximas à feriados, quando a família a ser visitada dava preferência a data e combinava na certeza que estaria em suas casas – e também para não haver choques com o horário de trabalho das entrevistadas. A casa de apoio sempre foi a de Célia e Francisco – que são os anfitriões das e dos estudantes desde os tempos de PRA. O casal também foi personagem da pesquisa, sendo a agricultora o foco das entrevistas naquela propriedade.

Além de Célia, também foram entrevistadas Fagna, Maria, Regina e Claudenir – ou Dona Mocinha, como gosta de ser chamada. Pela dinâmica da pesquisa, que tinha como foco as vivências das mulheres em seus espaços de atuação e luta cotidiana pela água para produção, optou-se por não trazer, neste trabalho especificamente, as duas últimas (Regina e Claudenir), apenas por elas não terem sido contempladas com cisternas de 2ª água (a qual abordaremos melhor mais à frente, ainda nesta “Introdução”). Regina possui outras tecnologias sociais (TSs), como a 1ª água e uma mandala, enquanto Claudenir possui apenas a “cisterna pequena”.

somente o nome “Assentamento Aragão”. Há que se mencionar, ainda, que em outro município do Estado, em Canindé, também existe um outro assentamento denominado “Vida Nova”, o que pode gerar conflitos de entendimento sobre o local estudado.

⁴ As visitas foram realizadas nos dias 12 a 15 de outubro e de 15 a 19 de novembro, de 2023, e entre 25 e 27 de janeiro, e 26 e 29 de fevereiro de 2024, totalizando assim, 19 dias de coletas e observações em campo.

Embora ambos os reservatórios sejam oriundos de políticas públicas para o semiárido, eles não são destinados especificamente para a produção – como as cisternas oriundas do P1+2, fato estes que também justifica a exclusão momentânea das personagens nesse trabalho.

Falar dessas mulheres é, sobretudo, partir de onde elas estão: o semiárido brasileiro. Historicamente, essa região viveu às margens do modelo desenvolvimentista adotado pelos governos nacionais. Além disso, sua divisão espacial e condições climáticas próprias foram frequentemente apontadas como obstáculos para a implantação de políticas públicas neste território. O termo “combate à seca” foi, durante muito tempo, utilizado para caracterizar as ações na região, entretanto, por pressão da sociedade civil organizada, o termo foi atualizado para “convivência com o semiárido” (LIMA; SILVA; SAMPAIO, 2011).

Reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução A/RES/64/292 adotada em 2010, o acesso à água potável em quantidade e qualidade adequadas ao consumo, configura-se como um direito humano. No entanto, a realidade brasileira apresenta altos índices de vulnerabilidade social, econômica, alimentar, climática, e, conseqüentemente, hídrica (PONTES; MACHADO, 2012). No Ceará, por exemplo, há anos a estrutura fundiária é dividida entre pequenas propriedades rurais e a oligarquia latifundiária marcada pelas grandes propriedades de terra (SOUSA, 2003).

Em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, em 2010, constatou-se que o arranjo fundiário cearense se manteve concentrado e rígido ao longo de 36 anos (1970-2006). Importante ressaltar que o relatório revelou não só essa rigidez, mas também uma tendência de elevação da concentração agrária iniciada partir do ano de 1985 no Estado⁵ (DE MEDEIROS, 2016). Para Aguiar et al. (2006), essa elevação coincidiu com o período em que os benefícios governamentais dirigidos à agricultura privilegiavam as grandes propriedades, uma vez que ações como estímulos fiscais, crédito subsidiado, modernização da agricultura, entre outros, “intensificaram as áreas destinadas à exploração de pastagens, introduzindo-se tecnologias poupadoras de mão de obra, reduzindo o emprego e favorecendo a migração rural-urbana” (DE MEDEIROS, 2016, p.10). Logo, tais fatos instigaram as desigualdades socioeconômicas no campo, colaborando para o surgimento de diversos conflitos sociais no meio rural.

⁵ Em 2006, o Ceará alcançou a condição de terceiro Estado com maior perfil de concentração fundiária na região Nordeste, segundo dados do IPECE (DE MEDEIROS, 2016, p. 21).

Assim, foi nesse contexto de escassez hídrica e recorte político que a rede de Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) lançou, em 2003, o “Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)⁶” e, posteriormente, em 2007, o “Programa de Acesso à Água para Produção de Alimentos: Uma Terra e Duas Águas (P1+2)”, com o apoio do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), enquanto principais políticas públicas de convivência com o semiárido. Ambos os programas visavam garantir a democratização do acesso à água a partir de tecnologias sociais com baixo nível de complexidade, de fácil replicação e economicamente viáveis, uma vez que estes equipamentos são de baixo custo e, embora financiados pelos cofres públicos, possuem uma parte orçamentária prevista através da contrapartida familiar ou comunitária (através da participação de cursos e, posteriormente, da mão de obra para a construção das próprias cisternas).

No P1MC, as famílias inicialmente passam por uma formação sobre Gestão de Recursos Hídricos (GRH), cuja metodologia participativa busca ampliar as reflexões das famílias rurais e dos grupos a respeito do direito à água, das questões de gênero, e das possibilidades de convivência com o Semiárido (SANTOS et. al., 2013). Em seguida, os residentes da própria comunidade que queiram atuar na construção, passam por uma capacitação para pedreiros e pedreiras, onde aprendem a construir placas de cimento pré-moldadas que serão usadas na elevação das cisternas, em suas próprias casas ou em outras da região. Nesta primeira implantação – também chamada de cisterna de “primeira água”, os reservatórios construídos possuem capacidade para 16 mil litros, sendo destinados exclusivamente para consumo (beber, cozimentos e escovação de dentes, entre outros). Neste sentido, estratégias de mobilização familiar, para construção das cisternas enquanto contrapartida para implantação do projeto, segundo a ASA (2021), fortalece a organização comunitária, uma vez que se torna comum a realização de mutirões envolvendo várias famílias em cada construção.

Já o P1+2 – também chamado de “segunda água” – busca viabilizar a produção de alimentos para as famílias beneficiadas, quando já garantido o acesso à água para o uso doméstico (primeira água ou cisternas do P1MC). A estratégia produtiva para o autoconsumo se insere em uma perspectiva mais ampla, visando a promoção da segurança e da soberania alimentar e nutricional para famílias rurais em situação de escassez hídrica (PONTES;

⁶ Inicialmente, o plano piloto para a construção das primeiras 500 cisternas no semiárido se deu a partir de um convênio entre a ASA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2001. Porém, somente em 2003, foi instituindo o P1MC, enquanto ação ampla na região, sendo este incluído no programa governamental “Fome Zero”, sob a responsabilidade institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (D’ALVA; FARIAS, 2008; GOMES; HELLER, 2016).

MACHADO, 2012). Assim como no projeto anterior, a contrapartida familiar, além das construções das próprias cisternas, também passa pela necessidade de participação em formações denominadas Gerenciamento de Água para Produção (GAPA) e Sistema Simplificado de Manejo da Água (SSMA)⁷ (ASA, 2021).

No processo de construção das políticas de convivência com o semiárido, em contraposição às políticas de combate à seca, a água passa do seu lugar de “apenas para consumo” e emerge nos debates acerca do seu uso para produção, incentivada por um conjunto de ações de assessoria técnica e de extensão rural. Urge, então, a necessidade de pensar o recurso hídrico enquanto possibilidades sustentáveis diversas. O P1+2 nasceu nessa proposição (ANDRADE et al., 2014; DA SILVA NETO, 2016).

A implementação do P1+2 no semiárido brasileiro impacta diretamente em duas ações: uma autonomia relativa ao acesso à água (com a construção de cisternas de captação da chuva), e uma capacitação relativa à gestão desse recurso hídrico (no caso do projeto, visando a produção familiar) (SOARES, 2009; DE AZEVEDO, 2015).

Neste sentido, as políticas públicas e programas de governo que visam o acesso democrático à água, proporcionam subsídios para o permanecimento ou a fixação das famílias no campo, e podem se tornar estratégias para uma economia socialmente sustentável, que adote uma produção local a partir de agricultoras e agricultores familiares comprometidos com a agroecologia, através do respeito, adaptação, inovação, e uso criativo dos recursos da própria região (BOINCEAN, S, et al., 2013).

Para Filipak (2017), na gestão da água no meio rural, as mulheres agricultoras são as protagonistas. Sobretudo no que diz respeito à atuação destas na criação de animais e na produção e beneficiamento dos alimentos e de artefatos artesanais, gerando renda e autossustentação das famílias. A área de conhecimento da Economia Feminista⁸, por exemplo,

⁷ De acordo com o site da ASA, para receber a 2ª cisterna é necessário participar destas capacitações. Durante o curso de Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos (Gapa), as famílias se apropriam de conhecimentos sobre o manejo da água no arredor de casa, cuidados com a horta, plantas medicinais, o uso dos defensivos naturais, a fertilização do solo, o acesso aos fundos Rotativo Solidário entre outros assuntos. Após a implementação da tecnologia social, a família participará da capacitação em Sistema Simplificado de Manejo da Água (SSMA). Neste momento, nas atividades em campo, as famílias montam um sistema simplificado de aguamento que funcione com economia de água. O SSMA é realizado em uma propriedade familiar específica, para que os participantes percebam a estratégia utilizada pelos anfitriões na produção do arredor do quintal, para o manejo animal, preservação e multiplicação das sementes crioulas e outras questões relacionadas com o sistema produtivo familiar. Disponível em: < <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2> > Acesso em: 03 de jan, 2024.

⁸ Em linha gerais, entende-se como um cenário de estudo da Economia que compreende a perspectiva de gênero enquanto um elemento organizador do sistema econômico, contribuindo para a análise do trabalho e da capacidade de produção protagonizada pelas mulheres como parte fomentadora da economia, possibilitando outras observações contra-hegemônicas que superem uma abordagem exclusivamente focada nas trocas mercantis (OROZCO, 2012).

auxilia como um instrumento teórico para essa compreensão. Portanto, pode-se compreender que a organização dessas mulheres, a partir de suas experiências, das práticas e da conscientização política, contribui para possibilitar mudanças no modelo atual de desenvolvimento (NOBRE et al., 2015). A implantação de políticas públicas, como as de acesso à água, possibilitam a essas mulheres questionarem, individual e coletivamente, a própria noção de desenvolvimento, resgatando sua participação política, construindo novas relações sociais e econômicas sustentáveis, reafirmando suas tradições alimentícias milenares, a soberania de seus territórios, a redistribuição dos seus trabalhos domésticos e de cuidados, bem como a “redistribuição da riqueza, no sentido da construção de relações baseadas na igualdade, liberdade e autonomia, assim como na relação harmoniosa com a natureza” (FILIPAK, 2017, p. 32).

Logo, refletir sobre as políticas de acesso à água de qualidade, sobretudo na vida das mulheres agricultoras no contexto do semiárido, onde a questão hídrica toma uma dimensão territorial maior ainda⁹, visto que, de um lado, reflete a expansão e o domínio da acumulação capitalista (através do aumento das concentrações fundiárias ditas anteriormente), e de outro, torna-se uma expressão de convivência com a seca, para as famílias agricultoras que dela dependem para sua vivência e sustento, torna-se extremamente necessário (DE MEDEIROS, 2016). Assim, tal demanda casa, inclusive, com a ideia de que “o controle e/ou a posse da água são sobretudo de natureza política, pois interessam a um conjunto de uma coletividade” (RAFFESTIN, 1993, p. 231).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

O acesso à água, em qualidade e quantidade apropriada, é um assunto prioritário nos mais diversos entendimentos relativos à formulação e implantação de políticas públicas, sobretudo visando o desenvolvimento econômico de uma localidade (ZORZI; TURATTI; MAZZARINO, 2016). Porém, vale destacar que ao longo dos últimos 50 anos, várias destes projetos tiveram como pano de fundo, um cunho estratégico desenvolvimentista (açudagem, carros-pipas, barragens etc.) (LIMA; DA SILVA; SAMPAIO, 2011), cujas ações ocorriam, muitas vezes, em caráter emergencial, sem nenhuma ou pouquíssima preocupação com as

⁹ Devido a limitação geográfica do semiárido nacional, considerado de grandes proporções; Devido aos conflitos sociais decorrentes do acesso e utilização da água que aumentaram cerca de 77% no Brasil se comparado aos anos anteriores (CPT, 2020).

especificidades de cada local, menosprezando, inclusive, o caráter transformador que tais características podem desencadear na dinâmica socioestrutural dessas regiões (NOGUEIRA; MILHORANCE; MENDES, 2020). Para Bursztyn (2008), estas políticas públicas beneficiam, em muitas vezes, as elites regionais, sendo estas privilegiadas ao pleno acesso e uso da água, consolidando ainda mais as estruturas de poder já presentes nestas localidades.

Na contramão desse “clientelismo”¹⁰ (BURSZTYN; CHACON, 2011), surgem algumas legislações específicas que vão de encontro à essa temática, a exemplo do Decreto de Lei nº 7.535, de 2011, que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (“Água para Todos”). Essa regulamentação sucedeu o Decreto nº 7.272, de 2010, onde os objetivos e as diretrizes para uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional já estavam sendo debatidas (ANDREA, 2007).

Em 1997, a Política Nacional de Recurso Hídricos é promulgada no Brasil, através da Lei 9.433/97, que trouxe novas diretrizes acerca do tratamento da água. Dentre os instrumentos em questão naquele momento estavam o fato de ser atribuído à água, um valor econômico, sendo necessária, para seu uso, uma outorga, ou seja, uma autorização por parte de órgãos fiscalizadores para o uso em determinadas atividades (BRASIL; 1997, CAMPOS e CAMPOS; 2015). Tal lei trouxe ao contexto hídrico nacional uma proposta de instrumento moderno e democrático com o objetivo de fornecer subsídios no campo político e de gestão das águas no Brasil (BURITI e BARBOSA, 2014).

Em relação às políticas hídricas diretas para o semiárido nacional, conforme já mencionado, foram criados o P1MC¹¹ (2003) e P1+2¹² (2007). Já em 2013, as demais tecnologias sociais¹³ de acesso à água para produção no Semiárido entram na pauta no Governo Federal, através da Lei nº 12.873 de 24 de outubro, que tratava, nos artigos 11 a 16, da instituição do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água, cuja finalidade era a promoção do “acesso à água para o consumo

¹⁰ De modo geral, clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos como, por exemplo, em troca de empregos, isenções fiscais, ou até apoio político, na maioria das vezes na forma de voto ou de outros benefícios; “envolve relações de troca de natureza clientelista” (KAUFMAN, 1977, apud CARVALHO, 1997, n.p).

¹¹ Apenas cisterna de “Primeira Água”, com capacidade de 16 mil litros, destinada ao autoconsumo (beber, cozer, escovação dentária);

¹² Apenas cisterna de “Segunda Água”, com capacidade de 52 mil litros, destinada à produção do consumo familiar (animais e plantações);

¹³ Demais tecnologias sociais direcionadas diretamente à produção (individual ou comunitária), porém de viés mais econômico, com impacto direta na obtenção de renda para as famílias beneficiadas (ex: Barragem Subterrânea, Microaçude, Barreiro Trincheira Familiar, Microssistema Comunitário de Abastecimento de Água, Cisternas Calçadão e Cisternas Enxurradas de 52 mil litros, Sistema de Tratamento e Reuso de Água Cinza Domiciliar).

humano e animal e para a produção de alimentos, por meio de implementação de tecnologias sociais, destinado às famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água” (BRASIL, 2013).

A importância da implantação de políticas públicas que possibilitam uma convergência adequada à questão semiárida¹⁴ é necessária para a manutenção do bem-estar, da saúde e da permanência das famílias nessa região. Malvezzi (2007) afirma que quando não havia tais políticas, a falta d’água se tornava uma problemática mais grave ainda, principalmente quando era necessário percorrer mais de mil metros para realizar essa coleta: uma distância demasiadamente grande entre a residência e local de encontro com a água. Esse comprometimento atingia principalmente as mulheres e as crianças, uma vez que a estas ficava (ou ainda fica) incumbida socialmente, na lógica do patriarcado, a tarefa de prover a água e a manutenção das tarefas do lar (NARVAZ, 2005; SORENSON et al., 2011; NEVES-SILVA, 2022).

Neste sentido, Malvezzi (2007, p. 14) afirma que “a facilitação do acesso a água mexe também com a questão de gênero, constantemente distante das análises tecnocráticas¹⁵”. O autor lembra que uma certa mitigação desse trabalho feminino passou a se iniciar já com os surgimentos das primeiras cisternas de placas (de primeira água) próximas às casas: “quem está longe, ou raciocina a partir da água encanada, não pode compreender o peso que essa inovação retirou das costas de mulheres e crianças” (MALVEZZI, 2007, p. 15).

Ao se pensar sobre uma autonomia na captação da água, a mudança passou a ser significativa principalmente na vida de mulheres e crianças, uma vez que as cisternas a captam diretamente da chuva, sem que haja, por exemplo, a necessidade da compra desse recurso (através de carros-pipas particulares), ou da realização de longas caminhadas para a busca d’água, diminuindo, drasticamente o tempo gasto para coleta hídrica em poços, rios e afluentes. Para as mulheres, sobra-lhes tempo para os afazeres pessoais, os diálogos comunitários, e em alguns casos, surgem as possibilidades de se unirem em reuniões diversas com as demais mulheres da comunidade, ou até mesmo para algum outro tipo de afazer que lhes traga outras fontes de renda. Em relação às crianças, sobra-lhes tempo para dedicar-se aos estudos, entre outras atividades (NEVES-SILVA, 2022).

Assim, o reflexo na saúde familiar, tanto psíquica quanto emocional, bem como o despertar ou aprimoramento de diversas estratégias de convivência com o semiárido, a partir

¹⁴ Questão semiárida, neste caso, é equivalente ao termo da convivência com o semiárido;

¹⁵ Cujos conhecimentos considerados válidos são apenas os de cunho técnico ou científico, comprovados por análises e experimentações (MONTECINOS, 2003; MALVEZZI, 2007).

das percepções diversas das potencialidades dessa localidade (CONTI; SCHROEDER, 2013), podem culminar em uma liberdade do pensar e do agir, a partir de suas próprias condições produtivas e convicções sociopolíticas, se tornam, sem dúvidas, pontos primordiais e de necessária importância na avaliação e análise de projetos hídricos e dos indivíduos aos quais ele beneficia.

Nesse sentido, se faz necessário estudar como se dá as vivências dessas mulheres em seus espaços produtivos, no semiárido brasileiro e cearense, a partir da gestão hídrica, visando observar suas perspectivas acerca da condição social das famílias as quais os projetos de cisternas se destinam, quanto ao desenvolvimento rural e sustentável, e emancipatório das agricultoras da região. Assim, é necessário se perguntar “Como os programas governamentais de acesso à água, a exemplo do ‘P1+2’¹⁶, contribuíram para a autonomia das mulheres assentadas no semiárido cearense?”.

3. OBJETIVOS

3.1. Geral

Refletir, no contexto do semiárido cearense, como os programas governamentais de acesso hídrico, a exemplo do P1+2, auxiliam na autonomia socioeconômica das mulheres assentadas, a partir das suas experiências produtivas.

3.2. Específicos

- Apresentar o perfil e as histórias de vida das mulheres atendidas pelos programas governamentais de acesso hídrico, em especial o P1+2, no “Assentamento Aragão”;
- Descrever como as tecnologias sociais de captação e armazenamento de água se alinham e/ou alteram as perspectivas femininas destas mulheres assentadas, em seus espaços produtivos;
- Observar se as políticas públicas de implantação dessas tecnologias sociais, aliadas às demais políticas no campo, atuam como um agente transformador do desenvolvimento sociopolítico dessas mulheres assentadas.

¹⁶ Esta pesquisa propõe-se a estudar o contexto do semiárido (com recorte de gênero), pela ótica das mulheres, focando em suas vivências a partir do acesso à água, principalmente às tecnologias sociais implantadas através do P1+2: a cisterna calçadão e a cisterna enxurrada, uma vez que ambas são construídas de forma individual, para cada residência beneficiada (as demais tecnologias sociais desenvolvidas pelo Programa são de uso coletivo. Ex: tanque de pedra, barreiro-trincheira, barragem subterrânea, entre outras) (ASA, 2021).

4. ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS

No Brasil, estima-se que cerca de 76,7% da população tem acesso a fontes de água seguras e de qualidade. Destes, 95,5% se encontram residentes na área urbana e 52,8% na área rural (CODA, 2011, p. 32). Porém, ao analisar mais profundamente a disponibilidade hídrica de ‘fontes não seguras’, tem-se que boa parte população da zona rural tem acesso exclusivo somente a poços (30,8%) e rios (29,3%), tendo estes ainda que lidar com os processos de degradação e seca destes mananciais (CODA, 2011). Logo, a captação de água da chuva se torna uma importante estratégia dentro da ideia de “convivência com a seca” (GOMES et al., 2015), assegurando uma melhor qualidade de vida, sobretudo na perspectiva agroecológica.

Conforme aborda Medeiros et al. (2012), a análise do acesso hídrico impacta fortemente os agricultores e a sua produção, uma vez que boa parte dos produtos gerados é escoado em feiras populares ou em comércios próximos, influenciando no desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e nas relações sociais da própria região.

Entre os anos 1990 e 2000 foram iniciadas duas propostas para solucionar o problema da escassez hídrica na zona rural do semiárido brasileiro: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), coordenado pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e o Programa Água Doce (PAD), ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Essas diferentes alternativas serviram como fundamento de políticas públicas para atender os objetivos de ampliação da oferta de água para as populações rurais, no contexto da “convivência com o semiárido”.

De acordo com Carvalho (2011), as ações prioritárias ocorridas no final dos anos de 1800 e início de 1900 no Estado, tiveram seu foco voltado para a estruturação do território e modernização da região. É nesse contexto que nasce o termo "indústria da seca" (LANDIM, 1992, p.92): uma época em que os políticos se utilizaram do flagelo no qual a população foi acometida para buscar a liberação de recursos extras, junto ao governo federal, visando a criação de órgãos governamentais e construção de grandes obras, cujo pano de fundo era sempre a escassez hídrica.

Atualmente, a seca se torna preocupante não somente porque a falta de água é um fator que limita o desenvolvimento sustentável, mas também porque leva milhões de pessoas à vida de pobreza, com condições de saúde precárias e limitadas oportunidades de trabalho e renda no campo. No entanto, Celso Furtado (1994), já apontava, ainda nos anos 90, que as consequências drásticas dessa condição são resultantes de questões estruturais, e não meramente de uma situação climática da região semiárida. Tal apontamento é um desafio às políticas que visam ao desenvolvimento local sustentável.

4.1. A sociedade e a divisão de gênero no contexto das águas

O reconhecimento da mulher como um dos principais agentes na gestão hídrica é antigo. Em 1992, a Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Dublin/Irlanda, já atentava para a importância de incluir a questão de gênero na otimização de políticas públicas relativas aos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável de qualquer região. Nesse evento, também se reconheceu o papel das mulheres como sujeitos ativos e fundamentais na provisão, gestão e proteção das águas (HARRIS; GANTT, 2007).

Estima-se que a quantidade mínima de água necessária para satisfazer às necessidades básicas é de 50 litros/pessoa/dia, quantidade que varia em decorrência de práticas culturais. Quando há falta de água, a quantidade coletada se reduz a 5 litros/pessoa/dia (PNUD, 2006).

Relatório divulgado em 2021 pela UN-Water (ONU) aponta que 2,2 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso a fontes seguras de água, o que representa 29% da população mundial. Quando se trata de instalações sanitárias, a falta de acesso à água impacta 3,3 bilhões de pessoas, ou seja, 40% de toda a população. Segundo WHO/Unicef (2017), em 80% das casas que não têm acesso adequado à água, são as mulheres e as meninas as responsáveis pela coleta. A ação (coleta) acaba tornando-as vulneráveis à violência e aos abusos sexuais que podem acontecer durante o percurso.

De acordo com Neves-Silva (2022), a falta de acesso à água afeta de maneira diferente homens e mulheres. A autora explica que muito dessa condição está ligada à cultura do patriarcado, que resulta em dominação e subordinação. Assim, as funções a serem atribuídas a homens e mulheres, transforma as diferenças em desigualdades, determinadas pelas relações de poder (SCOTT, 1993; PISCITELLI, 2009). No caso da coleta de água, isso ocorre, segundo a autora, na mesma lógica, uma vez que, a sociedade atribui às mulheres os cuidados com os filhos e a casa – estando a coleta de água nesse segundo caso.

Quanto à escassez de água na zona rural, tem-se que as mulheres e crianças são os grupos mais vulneráveis. Tal razão se dá a partir da divisão social (e desproporcional) e responsabilização das atividades domésticas. Nestes locais, por exemplo, as mulheres chegam a gastar duas vezes a mais do tempo gasto pelos homens para realizar a coleta de água (HELLER, 2016; CHOUDHURI, DESAI, 2021). A ação (coleta) acaba tornando-as vulneráveis à violência e aos abusos sexuais que podem acontecer durante o percurso. Além disso, o peso das embalagens levadas para provento da água à casa (normalmente grandes latas acima de suas cabeças) pode ocasionar uma série de problemas de saúde, sobretudo na região da coluna e do

pescoço (SORENSEN; MORSSINK; CAMPOS, 2011; FAÇANHA, 2019, NEVES-SILVA, 2021)

De acordo com a Global Water Partnership (GWP, 2021), intitulado *Advancing towards gender mainstreaming in water resources management* demonstra que no somatório mundial, mulheres e crianças passam diariamente cerca de 200 milhões de horas coletando água. Já o estudo realizado por Pickering e Davis (2012, p. 1) aponta que diminuir em 15 minutos o tempo gasto nesta coleta pode reduzir a mortalidade de crianças abaixo de cinco anos em 11% e a prevalência de diarreia ou desnutrição em 41%. Cabe ressaltar, também, que quanto maior a distância a ser percorrida até a fonte de água, maior o envolvimento de mulheres na tarefa, o que reduz a participação delas em atividades geradoras de renda e em ações coletivas com outras mulheres (CHOUDHURI, DESAI, 2021).

Já no que tange ao quesito educação, Koowal e Walle (2013, apud NEVES-SILVA, 2021) observaram uma estreita relação entre a redução no tempo de coleta de água e aumento no tempo gasto nas tarefas domésticas, nas quais poderiam ser reorganizadas com a implantação de políticas públicas de acesso à recursos hídricos, de modo a permitir que estas meninas e mulheres pudessem frequentar o ambiente escolar.

Embora o acesso à água tenha sido reconhecido com um direito humano¹⁷ em 2010, é importante ressaltar que estes não são iguais para todas as mulheres. Dessa forma, questões como raça, classe social, identidade de gênero e deficiência aumentam a suscetibilidade das mulheres à falta de acesso e às consequências relacionadas a ela.

Gomes (2016, p.17) afirma que todo ser humano, independentemente de qualquer característica – cor, raça, classe, crença religiosa, nacionalidade, orientação sexual –, é dotado de “um valor universal que lhe é atribuído pelo mero fato de se tratar de um ser humano”.

Neves-Silva (2022) ressalta que, a partir do momento em que a água é reconhecida como direito humano, o acesso a ela passa a ter que seguir algumas particularidades. A primeira delas é a de que se deve estar alinhado aos princípios dos direitos humanos como não discriminação/equidade, participação social, transparência, acesso à informação e prestação de contas. Assim, o Estado tem como obrigação assegurar, por meio da legislação e de políticas públicas, que todos os indivíduos tenham pleno acesso aos recursos hídricos em quantidade e qualidade suficientes. E, ao respeitar os direitos, o Estado está impedido de violá-los; ao protegê-los, tem que impedir que terceiros sejam os responsáveis pela violação e, ao promovê-

¹⁷ A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), através da Resolução A/RES/64/292, de 28 de julho de 2010, declarou que a água limpa e segura, assim como saneamento básico, é considerada um direito humano essencial para um bem-estar pleno e em consonância com os demais outros direitos humanos.

los, o Estado deve se responsabilizar por elaborar políticas públicas que visem à sua consolidação (GOMES, 2016).

Apesar das mulheres serem as que mais sentem o impacto negativo da falta de acesso, e de serem responsabilizadas pela coleta da água, são poucas as que trabalham nas áreas técnicas e ou de governança, setores ainda dominados pelos homens. De acordo com Fauconnier e Jenniskens (2018), em 2013, apenas 15% dos países tinham política de gênero em seus ministérios relacionados à questão hídrica, e somente 35% dos países participantes da pesquisa levavam em consideração incluir gênero em suas políticas e em programas de acesso à água.

Tais dados demonstram a urgência de incluir “gênero-água” nas pautas governamentais, enaltecendo a urgência de se implantar políticas públicas associando o acesso à água à igualdade de gênero (FAÇANHA, 2019).

4.2. O Semiárido Brasileiro: do combate à convivência com a seca

O Brasil é considerado um dos maiores países em extensão geográfica do mundo, ocupando uma área de 8,5 milhões de km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal dimensão também o faz deter o título de maior delimitação semiárida do planeta: a região ocupa 1,03 milhão de km² (12%), abrangendo 1.262 municípios nacionais. Aproximadamente 26,62 milhões de brasileiros/as vivem no local, sendo 61,97% na área urbana e cerca de 38,03% no espaço rural (IBGE, 2010). Atualmente, a região abrange todos os estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e, ainda, a parte setentrional do estado de Minas Gerais (o Norte mineiro e o Vale do Jequitinhonha), localizado no Sudeste.

Por muitos anos, o semiárido brasileiro foi tido como atrasado economicamente, e cuja concepção imagética, seja ela histórica, midiática ou literária, sobre esse território foi construída, em boa parte, retratando seus longos períodos de estiagem (ALBUQUERQUE Jr, 2010). Dentro da concepção difundida pela imprensa nacional acerca do semiárido, tem-se a figura de um sertanejo reduzido à perda da produção, dizimadas pelo sol, e pouquíssimos rios com água ou totalmente secos¹⁸. Para Santos (2008), se o poderio da mídia fosse aguçado para o senso investigativo ao qual sua funcionalidade se propõe, seria perceptível que “aquela família

¹⁸ Leitão e Santos (2013, p.35), em seu texto sobre representações sociais e a imagem dos Sertões, afirmam a necessidade de romper estereótipos, a fim de contribuir, conseqüentemente, para um real conhecimento e abordagem acerca dessa região.

está em situação de miséria não por conta da seca, mas por causa da falta de políticas apropriadas para o semiárido” (SANTOS, 2008, p.02).

No semiárido, cuja população ultrapassa 26,62 milhões de habitantes (SUDENE, 2017), tem-se cerca de 38,03% pessoas residindo no espaço rural (IBGE, 2010). Assim, a escassez anual de água, oriunda dos longos períodos de estiagem, juntamente com uma falta de gestão hídrica adequada, comprometem o bem-estar e a manutenção produtiva dessa população. Logo, tais fenômenos, aliados à salinização do solo da região, entre outras questões, se tornam um desafio às políticas que buscam o desenvolvimento local e sustentável da região.

De acordo com Santana et al. (2011), em 2010, de um total de 1,7 milhão de domicílios registrados na zona rural semiárida, apenas 33,9% estavam integrados à rede pública de fornecimento hídrico, enquanto que a maior parte das residências eram abastecidas por poços ou nascentes (42,6%), por carros-pipa (5,7%) e por cisternas (17,7%). Dessa forma, a baixa cobertura da rede pública de distribuição de água explicita uma situação generalizada na zona rural do semiárido: a insegurança hídrica e, conseqüentemente, alimentar.

É buscando minimizar esses impactos que nascem os programas governamentais de acesso à água. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2009) e o Tribunal de Contas da União (TCU, 2006), as primeiras cisternas (ainda ligadas ao PIMC), proporcionaram à população rural uma melhoria na qualidade da água de consumo, aumentando as condições de saúde e o atuando no controle de doenças, e diminuindo o tempo e esforço gastos diariamente pela família na coleta d’água, principalmente mulheres e crianças (TCU, 2006; EMBRAPA, 2009).

Devido à escassez hídrica e/ou quantidade pluviométrica irregular, a ocupação do semiárido nordestino é acompanhada por inúmeros debates acerca de políticas públicas diversas no local. Nesse contexto, a divisão, o uso e posse privada da água e da terra se configuram como uma problemática social, política e econômica, que leva a perceber a importância da gestão camponesa sobre os recursos naturais, dando a eles a necessidade de pensar no fortalecimento da unidade familiar e em estratégias para sobreviver aos longos períodos de estiagem.

Logo, uma vez que a água desempenha papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico de qualquer civilização, sua disponibilidade em quantidade e qualidade quando compatíveis com a demanda, tornam-se fatores determinantes para a melhoria das condições de vida de um agrupamento humano (CARVALHO, 2005). Portanto, é a partir destas circunstâncias que o programa de cisternas, enquanto estratégia de convivência com a seca, desenvolve um papel fundamental: contribuir para a manutenção do homem e da mulher no campo.

4.3. Os Programas de Cisternas no contexto cearense – um destaque para o P1+2

No Brasil, a relevância da água na instância governamental torna-se mais representativa na esfera pública a partir de meados dos anos de 1990. Neste período, a Política Nacional e as políticas estaduais de águas buscaram seguir os preceitos modernos de reestruturação administrativa da máquina pública, prevendo o uso descentralizado, racionalizado, integrado e participativo deste recurso. Segundo Lima, Silva e Sampaio (2011), os avanços alcançados pelas leis de gerenciamento hídrico impactaram diretamente na qualidade de vida das populações camponesas, ainda que não alcançando toda sua plenitude.

Ao analisar o perfil da política de águas implantada no Ceará na última década, Freitas (2010) observa que o pacote tecnológico aplicado a nível nacional coloca o Nordeste como prioridade na reforma hídrica brasileira. Bem antes disso, ainda nos anos 80, o Estado teve nas construções de açudes a principal política pública na questão hídrica. Foi nesse período que se implementou complexos irrigados, porém, de características voltadas prioritariamente para o atendimento das exigências do agrohidronegócio¹⁹ no país (FREITAS, 2010).

Para além das ações governamentais em períodos de seca, pequenas entidades ligadas ao terceiro setor passaram a se organizar em fóruns regionais e discutir um projeto para a região. Foi nesse contexto que, em 1999, em Recife/PE, surgiu a rede de Articulação do Semiárido (ASA). Segundo a ASA (2010), paralelo a sua fundação, também se articulou um plano para a aplicação das metodologias de construção de cisternas que, mais tarde, culminaria na criação do “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)”. Dentre suas propostas, estavam o fortalecimento da sociedade civil na elaboração de processos participativos para o desenvolvimento rural sustentável, referenciados em valores culturais e de justiça social (ASA, 2000).

A partir de 2007, como continuidade da ampliação e descentralização do acesso à água, a ASA cria o “Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)”, priorizando a captação e reserva hídrica oriunda das chuvas para a produção de alimentos e, conseqüentemente, o aumento da renda dos agricultores e agricultoras beneficiados pelo projeto. Malvezzi (2007) explica que, no termo P1+2, o número “1” significa terra para produção e o número “2” corresponde tanto

¹⁹ Processo de modernização da agricultura, no contexto da economia capitalista globalizada, para garantir a reprodução e acumulação do capital, através da gestão de recursos hídricos, monopolização da terra para manutenção e intensificação latifundiária, degradação do meio ambiente e das relações trabalhistas (MENDONÇA; 2010, THOMAZ; 2018).

à água potável para consumo humano como a água destinada para a produção de alimentos. Pois independente da tecnologia construída no local, todas são voltadas às famílias que já têm a cisterna de placas ou que já tenham a garantia da água para consumo, entendendo que a água é um direito humano básico e, ao mesmo tempo, alimento necessário à vida e/ou insumo para a produção.

É importante ressaltar que os dois programas, o P1MC e o P1+2, também reforçam os debates que envolvem a democratização do acesso à terra, ampliando, também, as discussões em torno da reforma agrária (SIQUEIRA et al., 2012). Há que se destacar, ainda, os tipos de relações sociais produzidas partir do recebimento das cisternas e da partilha da água entre os assentados, uma vez que tais relações tende a reproduzir na natureza efeitos diferentes se considerarmos a consciência e as práticas dos grupos envolvidos na atuação desses territórios, afinal, para Smith (1988), a produção da consciência é uma parte integral da produção geral na vida material.

4.4. Do acesso à água e a produção à autonomia das mulheres

“A cena das mulheres carregando latas d’água na cabeça é clássica. Sua estética já foi captada por muitos artistas. Caminhando esguias e retilíneas, posição forçada pelo equilíbrio da lata na cabeça, as mulheres realizam um desfile pelas estradas calcinadas do sertão. Também é o momento em que elas se encontram a sós, longe dos homens, e onde podem conversar sobre assuntos pessoais. O poço, a fonte, a água e o lugar do encontro do feminino, de conversas íntimas, da socialização de problemas, sonhos e desejos. No mundo inteiro, abastecer os lares com água é tarefa das mulheres de todas as idades, inclusive crianças. Há uma relação íntima entre a água e o feminino. No Semiárido, a relação não é diferente. Ela revela a divisão de papéis familiares e de trabalho entre os sexos” (MALVEZZI, 2007, p. 14).

Em seu Grupo de Trabalho (GT) “Mujeres, agroecología y economía solidaria”, o Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO, 2016) aponta a existência de dois modelos em confronto no meio rural. O primeiro – hegemônico – é calcado na agricultura corporativa, apoiada por pacotes tecnológicos e empresas ligadas ao agronegócio. E outro – não-hegemônico/marginal –, cujas ações são em formato mais participativo, ocorre de forma mais regional e em comunidades, se baseando em sistema social precedido de alternativas mais sustentáveis.

Embora tenha grande relevância na produção e comercialização de alimentos, ou ainda na reprodução e conservação de sementes, o trabalho da mulher ocupa o segundo modelo: um

lugar marginalizado no meio rural (SILIPRANDI, 2009; GUEVARA e JUNIOR, 2012), provavelmente aos moldes que GT descreve.

Giraldo (2013) aponta que um dos pontos-chave da agroecologia, por exemplo, é fazer conhecer e tornar valoroso o importante papel desempenhado pelas agricultoras enquanto guardiãs e promotoras da biodiversidade. Para o autor, é na análise da dinâmica socioprodutiva destes indivíduos, em suas localidades de atuação, que se encontram as razões pelas quais as mulheres estão posicionadas à margem do sistema. Neste sentido, as políticas públicas que visam ações de viés mais participativas, se baseando em cenários de economia solidária – não-hegemônica – acabam por disseminar no campo, outras diferentes formas de organização produtiva, distributiva e de consumo (GIRALDO, 2013, p. 7).

Singer (2002) e Bonumá (2015) afirmam que, nos espaços onde há esses debates, as relações sociais e as atividades econômicas em geral acabam por se impor à competitividade, em nome de bem-estar coletivo, e de uma solidariedade inclusiva opostas à produtividade extrema.

Siliprandi e Zuluaga (2014) afirma que refletir sobre os grupos femininos em diferentes contextos, pode configurar em mudanças significativas e emergentes nas esferas social e política. Até porque, a dinâmica socioprodutiva realizada por essas mulheres, tornam visíveis suas contribuições distinta nas mais diversas atuações, uma vez que as mulheres são portadoras milenares das tradições e do saber, numa visão integradora dos diferentes sistemas que compõem a relação natureza-sociedade (ALTIERI e NICHOLLS, 2006; SEVILHA, 2011), sendo, assim, significativa na transformação do atual modelo tecnológico e produtivo (ALTIERI e NICHOLLS, 2000), coincidindo, dessa forma, para a desmercantilização da vida, por exemplo.

Sabe-se que no meio rural, a mulher ocupa-se, entre outros afazeres, do trabalho na lavoura e nos cuidados com os animais destinados à venda, exercendo um importante papel na produção alimentícia para o autoconsumo (46,7%) em relação à produção masculina (14%) (TONIAL, 2013). Isso só reforça os apontamentos feitos por Siliprandi (2009), quando esta afirma que as mulheres rurais são invisibilizadas como trabalhadoras e como cidadãs, uma vez que sua atuação é tida apenas como uma “ajuda” ou mesmo uma obrigação social no meio familiar, enquanto ao homem recai o título de real produtor agrícola, inclusive, tendo sido concedido eles, o direito a posse da terra, prioritariamente, até então.

Demonstramos que a desigualdade de gênero na posse da terra é devida à preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos

masculinos em programas estatais de distribuição de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem [...] os direitos à terra preferencialmente atribuídos a homens chefes de família (DEERE; LÉON, 2002, p. 29).

Assim, para uma mudança expressiva nas conjunturas estruturais que reproduzem a subordinação feminina enquanto um gênero, é necessário criar mecanismos de participação ou integração destas mulheres em políticas públicas de planejamento e desenvolvimento (DEERE, 2002). Costa (2000, p. 7) afirma que é preciso uma forma, um mecanismo – descrito pela autora como empoderamento – onde as pessoas, as organizações, as comunidades devem controlar suas próprias decisões, “tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”.

Para Nogueira (NOGUEIRA, 2017, apud NOGUEIRA, 2010), às políticas públicas, sobretudo as de programas de acesso à água podem ser um agente impulsionador dessa tomada de consciência. A autora afirma que nesses tipos de programas, dois aspectos merecem uma atenção especial. O primeiro diz respeito à possibilidade, a partir do acesso ao recurso hídrico, das mulheres agricultoras terem uma pequena criação ou produção (animal ou vegetal) que as insere num novo ciclo de integração à economia formal e à vida social, reduzindo os índices de pobreza e, conseqüentemente, as desigualdades de gênero. E, em segundo, tais atividades conseqüentemente as permitem participar da renda familiar, desencadeando mudanças “nas relações de poder no espaço doméstico, uma vez que essas mulheres passam a ser percebidas pelos seus companheiros e demais familiares a partir de uma outra lógica material e simbólica, isto é, como produtivas e capazes (NOGUEIRA, 2017, p. 12).

Corroborando com o apontamento feito por Costa (2000), Nogueira (2017), afirma que as ações visam redesenhar as relações de poder ao garantir a participação das mulheres nas várias instâncias de decisão. Neste sentido, a formulação de programas focados nas próprias mulheres, “a partir das experiências vividas, geram possíveis paridades de gênero nas instâncias decisórias e na potencialização da auto-organização das mulheres no interior de tais instâncias” (NOGUEIRA, 2017, p.9). Busca-se criar, portanto, ações, atividades, políticas públicas etc., que tenham em sua gênese, um cunho mais estratégico e transformador, que busque impactar no acesso das mulheres à informação e capacitação e, posteriormente, nas suas ações cotidianas.

Todavia, uma análise da articulação dessas ações institucionais de gênero, com ações geradoras de autonomia e ações de empoderamento pode e deve ser pensada à luz da forma pela qual a perspectiva de gênero [...]. De uma forma geral, é possível afirmar que “o olhar de gênero” no

programa constroi-se a partir do âmbito familiar e é trabalhado em conjunto com maridos, filhas e filhos; e a essas ações somam-se estratégias mais sofisticadas nas quais a organização política e a produção andam paralelamente [...] Assim, o acesso à água por meio de infraestruturas hídricas de pequeno porte na porta das casas traz benefícios concretos, como saúde, dinheiro e tempo para as famílias contempladas e particularmente para as mulheres (NOGUEIRA, 2017, p.10).

Assim, políticas públicas voltadas para diminuir a vulnerabilidade, principalmente em regiões como o semiárido nordestino, ao inserir a perspectiva de gênero em suas ações, podem aumentar a capacidade adaptativa e reforçar a relevância das mulheres enquanto sujeitas ativas na estrutura familiar.

No caso do semiárido, as chamadas “cisternas de produção”, implantadas pelo P1+2, possibilitam cultivos de pequenos pomares de frutas e hortaliças para o autoconsumo, o que pode proporcionar uma certa segurança hídrica às comunidades do Semiárido. “Na ausência de fontes hídricas tradicionais, também contribuem com o fornecimento de água para criações de animais de pequeno porte, como aves, porcos, caprinos e ovinos” (FERREIRA, 2015, p. 3).

Ao analisar as contribuições simbólicas e materiais que os programas de implantação de cisternas trazem, encontra-se um destaque maior sobre a economia de tempo dispensado. Porém, a construção de uma maior autonomia de gênero sobre o seu próprio tempo, como afirma Nogueira (2017, pg. 13), “perpassa a desnaturalização do doméstico como espaço do feminino e exige uma complexa diferenciação entre tempo doméstico e tempo privado, o que evidencia os limites e potencialidades dos desdobramentos do programa (de acesso à água) para as transformações das relações de gênero”. Uma vez que esse ganho temporal evidencia um envolvimento feminino em outras atividades. Esse ganho temporal pode, inclusive, evidenciar outras formas de envolvimento feminino em atividades diversas – como um retorno aos estudos e as organizações associativas de mulheres –, e diminuindo até mesmo os índices de violência doméstica e as demais disparidades econômicas no meio rural.

Para analisar a relação entre gênero e água é necessário antes pensar sobre “poder” e política”, uma vez que, as intervenções técnicas por si não são capazes de solucionar as desigualdades nas relações sociais, necessitando de debates sobre o acesso à água e a participação feminina nas tomadas de decisão (FAÇANHA, 2019).

Embora apresentada como a principal gestora da água (SOARES, 2009; PONTES, 2013), a representação feminina nas políticas públicas, principalmente nas que se referem às questões hídricas, perpassa por uma forte influência masculina, reflexo de uma sociedade

patriarcal (MELO, 2002; MORAES; PERKINS, 2007; CORDEIRO et al., 2012). Para mudar essa realidade, é necessário defender não apenas a inclusão de mulheres nas posições de poder ou como promotoras dessas mudanças,

[...] É transformador desafiar as estruturas de poder existentes; é inclusivo, no sentido de que leva em conta as necessidades, interesses e pontos de vista da maioria dos marginalizados e pobres na sociedade; é integral, no sentido de que atende a todas as formas de injustiça social (VIEZZER, 2001, p. 11).

Na contramão da mercantilização desregrada da natureza, a crítica feminista também busca conexões na economia sustentável aliada à autonomia das mulheres e dos povos. Para Puleo (2012), é preciso pensar em uma produção de sementes e de alimentos que esteja de acordo com os ciclos do meio ambiente e das fontes de água ecologicamente disponíveis.

Como afirma Picchio (2012), a partir da economia feminista, é possível transformar visões e perspectivas teóricas e constituir instrumentos fundamentais para abordar tais temáticas. No contexto da elaboração destas vias, são necessárias políticas calcadas na igualdade e no reequilíbrio das relações produtivas e reprodutivas do meio rural, redesenhando espaços democráticos para participação e deliberação das prioridades sociais (MORENO, 2014).

Para Milani (2005), o desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local. Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância. O desgaste ambiental pode não interferir diretamente na geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações (SACHS, 2001).

Fischer (2006, p. 57) afirma que “ao participar das lutas no campo, a mulher ganha espaço que lhe permite questionar as relações de dominação, especialmente no espaço público”. Assim, supõe-se que a atuação em movimentos políticos, sociais e econômicos, podem impulsionar as mulheres à consciência crítica, assumindo seu lugar de liderança familiar e comunitária, exercendo, inclusive ações que possam diminuir as subordinações de gênero no meio rural (FISCHER, 2001).

5. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

5.1. Caracterização da pesquisa

A presente dissertação, do ponto de vista teórico-metodológico, pode ser apresentada como qualitativa, de perspectiva feminista, e caracterizada como participante ou participativa (CHIZZOTTI, 2006, p. 90), uma vez que esta, leva em conta os diversos contextos e vivências distintas, – como classe, raça, faixa etária, aspectos culturais, etc – demonstrando que se “têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos [...]” (MINAYO, 2009, p. 215).

A avaliação foi realizada, inicialmente com cinco mulheres agricultoras familiares – das quais foram selecionadas três personagens para compor essa dissertação –, residentes no Assentamento Aragão, localizado no semiárido cearense, que foram beneficiadas com a política pública de acesso à água, tanto a denominada P1MC, quanto a P1+2 – sendo esta última, a PP de foco principal deste trabalho. O estudo visa observar aspectos tangíveis e intangíveis da realidade do grupo estudado. No que se refere aos elementos tangíveis, têm-se os que são de fácil observação e coleta de dados (renda, escolaridade, forma de organização e gestão, etc.). Já os elementos intangíveis serão captados indiretamente a partir da percepção sobre as formas organizativas das mulheres em questão, como suas manifestações políticas, escolarização formal, consciência social, autoestima, valores, atitudes, liderança, protagonismo e cidadania (MINAYO, 2009).

5.2. Área de estudo

A unidade de análise selecionada é um assentamento rural institucionalizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), denominado “Assentamento Aragão”, localizado no município de Miraíma, noroeste do Ceará. Fundado em 06 de dezembro 1995, a partir da luta encabeçada por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais moradores e trabalhadores de uma antiga fazenda localizada na região. O local possui renda prioritária proveniente da extração da carnaúba, além da criação de animais para autoconsumo e de pequenos cultivos de frutíferas e manejos de quintais produtivos.

A escolha pela unidade de pesquisa em questão se deu pelo fato de a autora principal desta pesquisa ter sido bolsista, durante seu período de graduação em Agronomia, do Programa de Educação Tutorial – Conexão de Saberes (PET/PRA/UFC). Durante o período em que atuou

no PET, a autora teve contato direto com os moradores do Assentamento Aragão, participando inclusive de vivências individuais e coletivas no local, possibilitando uma melhor percepção sobre as dinâmicas do campo e acendendo o desejo de entender o processo ao qual as mulheres passam após a chegada de políticas públicas – nesse caso as de acesso à água – em suas residências.

5.3. Instrumentos para coleta de dados

Inicialmente, para constituição dessa dissertação, foram realizadas análises documentais buscando entender as condições de ‘escassez’ na região, a partir das questões globais para as localidades. Foram resgatados registros documentais relativos à institucionalização do P1+2 em escala nacional, estadual e municipal, desde o seu período de implantação (2007) até os dias atuais²⁰ até a consolidação das políticas de águas implantadas no Ceará, dando enfoque aos resultados obtidos prioritariamente após a implantação do programa P1+2 no assentamento em questão.

Para compreender a relação produtiva das mulheres após a chegada das cisternas, primeiramente, foram escolhidas cinco mulheres agricultoras do assentamento para a realização do estudo – sendo selecionadas as entrevistas de três delas, como mencionado anteriormente. A indicação de cada personagem se deu a partir da metodologia snowball sampling, ou “bola de neve” (VELASCO; DÍAZ DE RADA, 1997), onde a participante inicial indicava as outras novas participantes, e assim por diante, até contemplar o número de cinco indicadas (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Além do gênero, essas mulheres têm em comum, a produção familiar e a tecnologia social de 2º Água implantada próxima às suas residências.

Em cada visita foi utilizado um mecanismo de entrevista semiestruturada²¹ que buscava coletar informações sobre as histórias de vida dessas agricultoras em seu espaço familiar e produtivo. Em seguida serão utilizadas a compilação de dados qualitativos, fotografias e sistematização do diário de campo (observação participante).

Além das entrevistas, esta pesquisa também se utilizou de um outro instrumento/método de coleta denominado etnomapeamento²² da propriedade, a partir da ótica das próprias agricultoras.

²⁰ Recorte temporal referente aos 14 anos de atuação do P1+2 a nível nacional;

²¹ A síntese da entrevista semiestruturada encontra-se nos anexos desta dissertação;

²² O etnomapeamento tal qual se utilizou-se nesta pesquisa, se configura como um instrumento adaptado do mapa da agrobiodiversidade, cujo atividade principal consiste na construção de mapas temáticos/desenhos, a ser

5.3.1 Observação Participante enquanto método de coleta

A observação participante é um método qualitativo com raízes na pesquisa etnográfica tradicional. Essa abordagem permite ao pesquisador utilizar o contexto sociocultural do ambiente observado (os conhecimentos socialmente adquiridos e compartilhados disponíveis para os participantes ou membros deste ambiente) para explicar os padrões observados de atividade humana. Ou seja, consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos como sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação (Marietto, 2018).

Conforme descreve Queiroz (2007), a observação participante deve seguir três etapas. Na primeira parte, há a aproximação do pesquisador ao grupo social em estudo.

Na segunda parte, deve ser realizado o estudo de documentos oficiais para reconstituição histórica do grupo e do local, observação da vida cotidiana e das formas de atividades econômicas, levantamento de pessoas-chave (conhecidas pelo grupo) e a realização de entrevistas não diretivas para uma melhor compreensão da realidade. Após a coleta – terceira parte –, os dados serão sistematizados a fim de verificar a situação real do grupo e a percepção que este possui de seu estado. Ao final da observação participante, espera-se que haja o conhecimento da realidade social, bem como estimulando o crescimento do grupo de estudo por meio da auto-organização e consequente desenvolvimento de ações conscientes e criativas para a mudança social, incorporada através da natureza de uma interação clara e explícita com o campo de investigação.

A observação participante deverá ser utilizada como instrumento de coleta de dados visando descrever as relações das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água na i) segurança hídrica e alimentar, ii) na qualidade de vida, e iii) na geração de renda das mulheres agricultoras, em espaços produtivos. Além disso, também será utilizada a observação participante para refletir se as políticas públicas de implantação dessas tecnologias sociais atuam como um agente transformador e promotor do desenvolvimento sociopolítico dessas mulheres agricultoras.

realizado pelas próprias agricultoras, para uma melhor identificação dos fluxos produtivos e fluxos econômicos, bem como a visualização do tempo dedicado ao trabalho doméstico, e posteriormente, no tempo disponível para a realização de outras atividades (BARRETA *et. al.*, 2009).

5.3.2 Entrevistas semiestruturadas enquanto método de coleta

As entrevistas semiestruturadas podem ser utilizadas como instrumento metodológico único ou como estratégia de apoio (MANZINI, 2012), objetivando identificar os “sentimentos, pensamentos, opiniões, crenças, valores, percepções e atitudes do entrevistado em relação a um ou mais fenômenos” (GUAZI, 2021, p. 2). Para Gil (2008), este método de coleta de dados é útil especialmente para investigar o comportamento e a subjetividade humana.

No caso desta pesquisa, as entrevistas semiestruturadas tem como objetivo, traçar o perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo programa governamental P1+2, bem como a descrição dos impactos destas tecnologias sociais na vida destas famílias.

5.3.3 Etnomapeamento enquanto método de coleta

O etnomapeamento nesta pesquisa não consiste em uma abordagem, por vezes cartográfica, de coletas de informações, ou de cunho antropológico (PEIRANO, 1995), porém de forma mais lúdica e perceptível às sensações e observações diversas (com recorte de gênero), buscando a identificação de elementos da paisagem baseada no conhecimento e formas de apropriação e características das mulheres agricultoras em relação ao seu território, visando: i) aproximação e visualização dos fluxos da própria residência (familiar, profissional/produtiva); ii) reconhecimento e mapeamento das atividades enquanto comunidade/associação; iii) sistematização das informações e identificação de laços sociais em comunidade - coletivos.

Conforme descreve Angrosino (2009), a “etnografia significa literalmente a descrição de um povo”. Então, pretende-se realizar o estudo das mulheres agricultoras moradoras do assentamento em questão, a fim de absorver as peculiaridades socioculturais desta comunidade por meio da apuração dos processos de interação social. Para esta absorção, busca-se sistematizar os comportamentos, costumes, crenças, além de outras dimensões e elementos culturais compartilhados pelos indivíduos, utilizando-se de entrevistas em profundidade para reconstrução de memória histórica; análises documentais históricas; semiótica; análise de discurso e conteúdo, entre outros métodos, além da própria observação participante.

5.4. Método de análise

5.4.1 Análise de Conteúdo

Enquanto método de análise, foi utilizada a metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) para as respostas obtidas nas entrevistas semiestruturadas, nos desenhos oriundos do etnomapeamento e nos compilados da observação participante. Para Bardin (2011),

este método consiste na verificação empírica das relações existentes entre o conteúdo discursado e os contextos sociais externos, permitindo a/ao pesquisadora/or a realização de uma leitura mais ampla, a ser fundamentada a partir do referencial teórico utilizado em convergência com o material coletado. Para sua realização, são necessárias as seguintes etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material (categorização ou codificação), e 3) tratamento dos resultados (inferências e interpretação).

Para tanto, cada visita, conversa, relato ou desenho foi interpretado, de acordo com suas especificidades, a partir de cinco categorias-base²³: i) afeto, ii) dificuldade, iii) pertencimento, iv) acesso à água, e v) autonomia. No desenrolar das análises, tais categorizações não foram relacionadas em listas, ou feitas inferências propriamente ditas, mas sim, permearam cada tópico dos capítulos dessa dissertação, sendo feitas citações a elas, quando necessárias.

6. O ASSENTAMENTO ARAGÃO E SEU CONTEXTO NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, serão apresentadas as informações sobre o contexto do município de Miraíma e do próprio Assentamento Aragão, a partir de elementos históricos que são parte da constituição sociocultural da região e da comunidade estudada, especialmente no que diz respeito à inserção de políticas públicas de acesso à água – mas especificamente as dos Programas de Cisternas. Além disso, também serão resgatadas as ações ocorridas nos últimos anos na comunidade, a fim de observar sua trajetória e as relações sociais existentes no local, cujos aspectos interferem diretamente na construção de estratégias para a autonomia das agricultoras e para a sustentabilidade das famílias envolvidas na pesquisa.

6.1 – O município de Miraíma e o serviço de abastecimento hídrico local

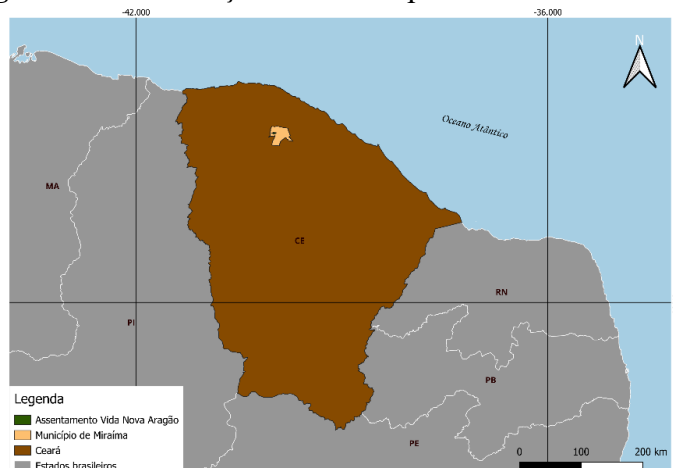
Embora a falta d'água seja uma realidade em muitas regiões cearenses, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) se faz presente em 152 municípios²⁴ dos 184 existentes em todo o Estado. Segundo o órgão, a cobertura do abastecimento de água alcança 98% dos domicílios e instituições públicas e privadas, totalizando cerca de 5 milhões de pessoas

²³ Categorias prévias elencadas pela pesquisadora.

²⁴ Disponível em <https://www.cagece.com.br/produtos-e-servicos/agua/>

atendidas a nível estadual. Em Fortaleza, por exemplo, esse índice chega a quase 99%, onde aproximadamente 2,61 milhões de pessoas recebem esse abastecimento.

Figura 01. Localização do Município de Mirai ma – Ceará.



Fonte: IPECE (com adapta es, 2024) / Elaborado por: O, LB. (2024)

Em Mirai ma, município distante a 190km da capital, a realidade difere um pouco da apresentada anteriormente, onde apenas cerca de 50,2% dos moradores conseguiram, pelos menos nos últimos 10 anos, acessar   rede hídrica canalizada em ao menos um c modo de suas residências. Ainda deste número, apenas 19,8% possuam algum tipo de esgotamento sanitário considerado adequado. O serviço, que antes era realizado pelo Sistema de água e Esgoto (SAE), criado através do Fundo Municipal de Abastecimento de água de Mirai ma (Lei n  087, de 16 de dezembro de 1993), hoje   feito pela Cagece (LOURENÇO, 2013, pg 133).

Embora haja abastecimento hídrico disponibilizado por órgãos públicos,   notório que este não abrange a totalidade municipal, sendo necessária outras formas de coleta de água, seja por meio de poços profundos ou através das cisternas. Neste sentido, há casas que possuem o serviço distribuído pelas formas de abastecimento ligada   rede geral, e há residências que possuem poços ou nascente, ou outras formas de abastecimento hídrico, conforme abaixo (Tabela 01.):

Tabela 01. Distribui o hídrica residencial segundo as formas de abastecimento de água em Mirai ma/CE (2000 – 2010).

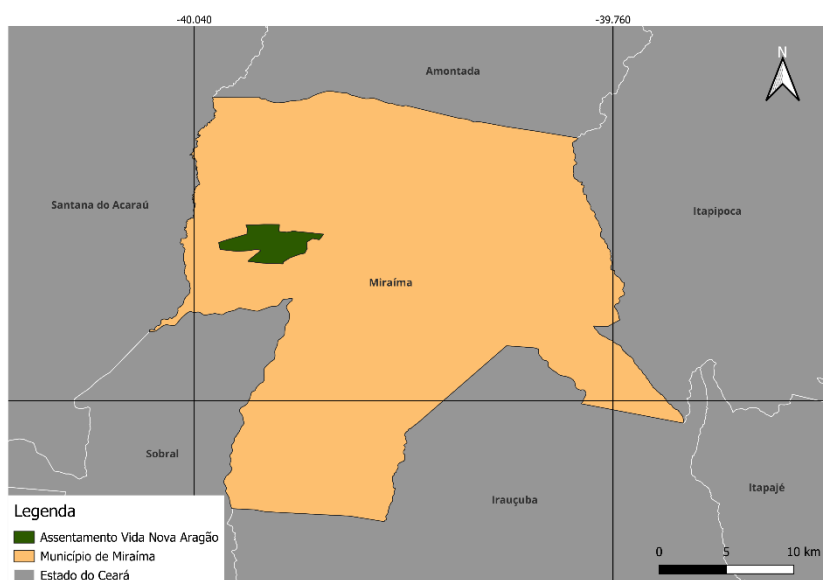
Formas de Abastecimento	Município			
	2000	(%)	2010	(%)
Ligada a Rede Geral	1.001	40,44%	1.937	59,84
Poço ou Nascente	962	38,87	292	9,02
Outro	512	20,69	1.008	31,14
TOTAL	2.475	100	3.237	100

Fonte: IBGE (2000; 2010, adaptado).

6.2 – O Assentamento Aragão e suas formas de convivência socioeconômica

Distante apenas 3,9 km da sede municipal, o Assentamento Aragão tem capacidade máxima para 57 famílias, porém, possui apenas 46 residentes numa extensão de 1.266,182 hectares (INCRA, 2017). No local, os assentados possuem o CCU (Contrato de concessão de uso) da terra, porém, ainda aguardam a Titulação de Domínio (TD), que, entre outras ações, dá direito à venda da propriedade. Há, ainda, um movimento interno que defende que haja apenas CDRU (Contrato de Concessão de Direito Real de Uso) – que autoriza apenas o uso ou doação da terra.

Figura 02. Localização do Assentamento Aragão, em Miráima – Ceará.



Fonte: IPECE (com adaptações, 2024) / Elaborado por: O, LB. (2024)

O Assentamento Aragão é circundado pelo Rio Aracatiaçu, que fica localizado na Bacia do Litoral, e possui uma área de 3.512 km², nascendo no município de Irauçuba, região centro-norte do Estado, perpassando por Miráima, e desaguando no município de Amontada, na Praia de Moitas, também no Ceará.

Embora haja a presença de um rio próximo a comunidade, e haja o abastecimento via Cagece em boa parte das residências, essa última sendo considerada uma fonte cara pela maioria dos assentados e assentadas, se mostra necessária a busca de outras alternativas hídricas, como também se observa no restante do município. Há ainda, cobertura elétrica privada disponibilizada pela Entidade Nacional de Eletricidade (ENEL), através do programa “Luz para

Todos”, e uma escola pública, gerenciada pela prefeitura municipal, com três classes de ensino, com aproximadamente 10 alunos cada.

No que se refere a políticas públicas diversas, o Assentamento já foi contemplado com Projeto São José (I, II, e II, respectivamente nos anos de 2002, 2005 e 2017), executado pelo Governo Estadual. O PSJ I destinou-se a implantação de um sistema de abastecimento de água, através da construção de um segundo açude²⁵ do assentamento, com foco na piscicultura e no apoio à produção agropecuária, no valor de R\$ 50 mil. Já no PSJ II, o local foi contemplado com a compra de um trator e de demais maquinários agrícolas, além da realização de um curso de tratorista aos assentados/as, sendo o custo total do projeto de R\$ 162 mil. Já a 3º etapa do PSJ (III), destinou-se ao custeio de caprinos e ovinos, e de cursos relacionados a esta cadeia produtiva, bem como a construção de criadouros e estruturas de contenção, além do plantio e cultivo de palma forrageira para a alimentação destes animais, totalizando um investimento de R\$ 254 mil neste projeto, na localidade. Diferente das edições anteriores, o PSJ III não contemplou o Assentamento como um todo, visto que, de todas as famílias cadastradas, apenas 33 demonstraram interesse na proposta (FORTE NETO, 2019).

Já em relação aos projetos governamentais de acesso hídrico, o Aragão foi contemplado com a construção de 2 açudes (Açude do Negão e Açude do Alto do Bode, este último via PSJ II, conforme mencionado anteriormente) e de um poço profundo artesiano. No que se refere a distribuição de cisternas de segunda água, o Assentamento recebeu apenas 15 projetos via P1+2, para um total de 46 famílias residentes. Embora o pouco alcance destas cisternas no local, houve a construção, também pelo mesmo projeto, de um Barreiro-Trincheira – uma tecnologia social de uso coletivo.

A comunidade possui, além dos quintais produtivos das casas, cuja área cercada é em torno de 3 ha, os denominados espaços “soltos”, que se configuram como um lugar coletivo, onde os animais são criados livres no pasto, em conjunto com os de outros/as assentados/as. Além disso, há ainda a Reserva Legal da comunidade, uma área de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação da biodiversidade, à reabilitação dos processos ecológicos, e à proteção e abrigo da flora e fauna nativas da região.

Enquanto forma de representação da comunidade, perante ao poder público e demais órgãos e instituições, há a Associação Comunitária do Assentamento Vida Nova – Aragão (ASCAVIN), criada em 05 de novembro de 1997. Nesta, todas as famílias são sócias, desde as

²⁵ No local já havia o “Açude do Negão”. Assim como o primeiro, este segundo açude construído, denominado “Alto do Bode”, também se encontra em relativo desuso atual pela comunidade, por ficar distante das casas, dificultado o acesso e a coleta e uso de reserva hídrica.

37 assentadas até as 9 agregadas. Para integrar a associação é cobrado mensalmente de cada família associada, uma taxa de R\$ 2 reais como mensalidade.

Atualmente, a ASCAVIN é presidida pelo assentado Pedro Silvino (59 anos), esposo de Maria (uma das personagens entrevistadas e que terá sua história relatada a seguir), atividade esta que ele julga ser “um tanto difícil”, muito pela falta de crença na coletividade de uma forma geral, apesar de associativismo ser aderido por todos os assentados. Ao dialogar sobre a realidade da associação, o agricultor lembra que nos primeiros anos, cada família trabalhava em seus roçados cerca de 4 dias por semana em prol do coletivo (que diz respeito a plantar, capinar, fazer cerca e cercar, irrigar, e cuidar dos animais), número este que tem se reduzido aos poucos, e hoje, as atividades específicas para associação giram em torno de um dia ou, em alguns casos, apenas de meio período.

A renda obtida por este coletivo é convertida para o próprio assentamento, sendo destinada, por exemplo, ao pagamento de energia da casa sede e do anexo, à compra de remédios para os animais do espaço coletivo, para custear despesas com viagens e documentações necessárias à associação, entre outras atividades.

Enquanto fontes de renda coletivas do assentamento, há o cultivo do carnaubal e a extração de cera e pó da carnaúba. Há ainda, a venda coletiva de insumos para a prefeitura municipal e de artesanatos para empresas locais, embora, para Pedro, o extrativismo carnaubeiro seja, para muito assentados/as, a principal fonte financeira, uma vez que esta é a que dá mais lucro, atualmente, no local, de acordo com o presidente da ASCAVIN.

O Ceará, ao lado dos estados do Piauí e do Rio Grande do Norte, é um dos principais exportadores²⁶ da cera e do pó de carnaúba, ambos subprodutos manufaturados. Da cera, por exemplo, se derivam diversos dos produtos, desde cosméticos a medicamentos. Em 2023, no Assentamento Aragão, onde a extração de Carnaúba faz parte do cotidiano familiar, foi implantado o “Programa Carnaúba Sustentável: fortalecendo a cadeia produtiva da carnaúba”²⁷, cujas ações visam construir uma comunidade que viesse a ser um modelo viável e formal no que tange ao extrativismo desta espécie. O local foi contemplado com um secador solar, um tipo de tecnologia que permite secar a palha da carnaúba, melhorando em cerca de 30% o rendimento do pó, garantindo maior produtividade e qualidade, uma vez que a palha não entra

²⁶ A carnaúba é uma planta típica da caatinga e se encontra entre os dez produtos de maior exportação do Ceará (<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/ceara-se-destaca-nas-exportacoes-de-cera-de-carnauba-e-setor-gera-90-mil-empregos-na-safra-1.3492495>)

²⁷ Realizado pela Associação Caatinga, com uma duração de aproximadamente 12 meses (<https://www.acaatinga.org.br/associacao-caatinga-seleciona-comunidade-cearense-para-realizar-programa-com-foco-na-cadeia-produtiva-da-carnauba/>).

em contato com o solo, possibilitando a extração de um produto mais puro. A estrutura é semelhante a uma estufa plástica, cuja saída da umidade das folhas é realizada por um exaustor localizado na parte superior do equipamento. O dispositivo, além de permitir a retirada do pó, também possibilita o aproveitamento das palhas de olho para a confecção de artesanato.

Segundo Pedro, houve uma época em que uma das assentadas – Fagna, outra personagem dessa dissertação – solicitou aos demais agricultores que cada um permitisse que ela própria plantasse e fosse responsável por um pequeno roçado coletivo, ou que fosse doado um pouco de cada produção para auxiliar na alimentação as demais atividades realizadas pelo MST no Estado. Tal ação, não foi vista com bons olhos por todos os agricultores que, em sua maioria, não aceitaram a proposta. Ainda assim, a proposição foi elogiada por Pedro: “Eu acho muito louvável porque ela está defendendo algo que ela acredita, não é? Ela está defendendo algo bom para ela! Ela ‘tá’ se doando para os outros, independente do que vão achar ou das pancadas que vão dar nela. Mas isso só a fortalece!”

Pedro também é associado da Cooperativa Agropecuária do Norte do Ceará (COOPNORTE) que engloba vários municípios da região. E, para o futuro da associação, o presidente aponta não ver boas perspectivas, uma vez que ele acha que a juventude do Assentamento não está mais tão engajada na luta do Movimento como eram antes. Fato este, que segundo o agricultor, pode se dar muito pelo fato de não haver mais grupos constituídos de jovens como havia antes, no Aragão: “quem é quem poderia sustentar a luta no Assentamento daqui a 20 anos? Eu acredito que seja problemático e não está formando as pessoas nesse sentido!”

Apesar da constatação, o agricultor ainda reflete que, entre os associados, há uma boa organização coletiva, havendo a possibilidade de se reunir sempre que solicitado, discutindo os problemas da comunidade e os encaminhamentos votados em assembleia:

E então, isso também é uma qualidade de vida. No meu ponto de vista, porque dependendo do que a gente discutir, a gente vai decidir se a gente vai até viver ou não hoje em dia. Nós temos o diálogo, a conversa, o acordo, a concordância, ou discordância. O que é muito importante! Mas nós nunca chegamos ao ponto de brigar, a gente discute porque é preciso, né? Para chegar a um encaminhamento. E isso é muito bom, deixa a gente mais maduro, deixa a gente mais consciente.

7. AFETOS, DIFICULDADES E PERTENCIMENTOS: QUEM SÃO ESSAS MULHERES ASSENTADAS NO SEMIÁRIDO CEARENSE?

A partir da pergunta “quem são as mulheres assentadas no semiárido cearense?”, este capítulo tem como finalidade apresentar as histórias de vida das agricultoras contempladas por políticas públicas de acesso hídrico, mais especificamente pelo P1+2, no “Assentamento Aragão”, descrevendo suas trajetórias, a partir da percepção do afeto, das dificuldades e do pertencimento a sua terra, bem como suas relações familiares, educacionais, profissionais, e suas ligações com seus quintais produtivos.

7.1. O ponta pé inicial e o desenrolar da pesquisa

As dificuldades na coleta e abastecimento de água na região de Miráima são frequentes em várias épocas do ano. Tal problemática afeta de forma diferente homens e mulheres do semiárido, assim como a dinâmica dos cuidados com o quintal produtivo, a partir da pouca disponibilidade hídrica.

O contraste entre lembrar e dialogar sobre uma problemática tão recorrente e, ao mesmo tempo, poder falar abertamente sobre isso, fez surgir na pesquisa, dúvidas sobre como abordar a temática da água e das políticas públicas ao mesmo passo em que se refletia sobre o encontro etnográfico em si, os enquadramentos e as múltiplas interpretações que tal situação poderia provocar.

E assim, foi se percebendo, inicialmente, que o uso da água possui diferentes dimensões para quem é do “urbano” e para quem é do “rural”. Na cidade grande, como costuma-se chamar as capitais metropolitanas, o recurso hídrico é naturalizado e passa despercebido no dia a dia, enquanto que no campo, as práticas cotidianas relativas à água criam, a partir deste próprio recurso, relações diversas, cuja dimensão é extremamente sensível, sobretudo quando estas vêm coladas em rumores e acusações em giram em torno do seu uso como moeda política²⁸, por exemplo.

Na chegada às casas, as abordagens iniciais denunciavam uma certa instrumentalização daquela situação, das quais as perguntas quase sempre se seguiam de respostas curtas, períodos de silêncio, ou apenas balançados positivos de cabeça. Em um segundo momento, quando o

²⁸ No Nordeste brasileiro, a troca de votos por água (carros pipas) ou outros valores financeiros, é uma prática comum, principalmente devido às condições limítrofes que muitas famílias vivem em relação à disponibilidade hídrica em suas comunidades (CENTELHAS, 2019).

formato “entrevista” se diluía, a intencionalidade da conversa se tornava mais difusa e fluída. O “entrate” das agricultoras em objetivar a questão hídrica dava lugar a espontaneidade com que comentavam sobre outras temáticas, como as relacionadas às questões familiares, as formas de plantar, de coletar água, de vivenciar a convivência com a seca, entre outros, incitando na pesquisadora questionamentos de como os “assuntos da água” e se conectariam com as “políticas da água”.

Contudo, as perguntas sobre o recurso hídrico e sobre como estas fontes se diferem ao longo da construção do Assentamento, ou ainda das transformações após a chegada das cisternas, disparam nas entrevistadas, uma dimensão temporal que as fazem lembrar suas próprias histórias e suas trajetórias vivenciais. Assim, falar sobre a água é, muitas vezes, falar sobre o cuidado com o corpo e a mente, com os familiares, com a casa e o quintal, culminando inclusive, em assuntos mais íntimos, como infâncias, casamentos, partos, trabalhos, doenças etc.

7.2. Dona Célia: da morada na escola-sede à professora no Assentamento

Os primeiros diálogos desta pesquisa se deram na casa de Célia e Francisco, em outubro de 2023, e se seguiram em mais outros 3 momentos – novembro do mesmo ano, e em janeiro e fevereiro de 2024. No local, foi possível observar a rotina do casal e acompanhar de perto a dinâmica da casa, das ocupações laborais e dos cuidados com a água e com a produção familiar. A entrevista em si, ocorreu na 1º visita, já os outros encontros se deram ao fato da residência ser o ponto de apoio as demais idas à campo.

Figura 03. Célia apresentando seu quintal.



Foto: K.S.O.C.M. (2023).

Ana Selma Teixeira Marques (49 anos), ou somente Dona Célia como é conhecida na comunidade, conta que sua certidão de nascimento foi feita em cartório por sua madrinha, que a registrou como “Selma”, porém, o nome “Célia” já era conhecido por todos da família por ser seu nome de batismo, sendo, portanto, a nomenclatura que ela adotou prioritariamente – e à qual será referenciada nessa dissertação.

Professora municipal da educação Infantil, nas séries 3º e 4º ano, Célia é concursada desde fevereiro de 1998, mas atualmente está de licença médica da função para tratar de um processo depressivo pós-pandemia. Ainda assim, a assentada planeja retornar ao trabalho em 2025, pois afirma estar “morrendo de saudade dos ‘meus’ pequenos”, como ela chama seus alunos. Já nas atividades do quintal produtivo é o companheiro, Francisco José, quem, no momento, assume os processos agrícolas. Embora a parte do beneficiamento dos alimentos seja responsabilidade de Célia, já que é ela quem produz os bolos e biscoitos que são destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) municipal.

Mas a história de Célia no Assentamento tem início bem antes dessa produção, ainda no ano de 1995, quando ela e o companheiro deixaram a sede do município para morar no que hoje é o Aragão:

Vimos de Miraíma e quando chegamos aqui, não tinha casa ainda, a gente foi morar ali naquele lugarzinho onde hoje é a escola. Lá moravam duas famílias, a gente e os pais da minha nora, ou seja, dividimos um lugar que já era pequeno em duas casas. Aí morava uma família de um lado, e uma família do outro.

Na escola mencionada, Dona Célia residiu por quase um ano com seu esposo e seus três filhos. Nessa época, Francisco já atuava na agricultura, enquanto Célia ficava responsável pelos trabalhos domésticos e os cuidados com as crianças. E, embora já houvesse a promessa de uma casa e espaço para plantar, a distância dos familiares era traduzida como empecilho para o início dessa mudança:

Lá [Miraíma], eu morava bem pertinho da minha mãe, aí era tudo mais fácil. Quando vim para cá com 2 meninos pequenos e com o Gustavo, que só tinha uns 2 meses, senti muita dificuldade. Não tinha energia, não tinha água. Tinha que buscar [água] do açude, com a lata na cabeça. Sem falar que levantado [construído] aqui, praticamente, só tinha a escola, onde a gente ‘tava’, e a Casa Sede.

Assim como a escola, a morada na Casa Sede foi fatiada entre as famílias que tinham interesse de ocupar logo o Assentamento. Segundo Dona Célia, o local abrigou cerca de 3 famílias. Aos poucos, se iniciou o projeto das construções das casas ao passo em que foram chegando algumas cestas básicas para alimentação dos/das moradores/as, já que boa parte deles/as não possuía nenhum tipo de trabalho formal.

Em seguida, o Incra passou a realizar reuniões com os/as futuros/as assentados/as, a fim de realizar o cadastramento e, posteriormente, lotear o local e sinalizar onde seriam as primeiras construções, cujas escolhas habitacionais puderam ser feitas pelos futuros residentes. Há que se ressaltar que o Assentamento Aragão não é fruto de uma ocupação em si, liderada restritamente por movimentos sociais do campo, mas sim, de um processo de desapropriação específico para fins da Reforma Agrária (CÉLIA, 2023). No Assentamento, conforme afirma Dona Célia, não houve conflito direto pela posse da terra, uma vez que o “Incra quem desapropriou se muitos enfrentamentos políticos”, fato este considerado por ela “bem interessante”, já que há conhecimento sobre demais assentamentos cuja desapropriação foi seguida de muitos “conflitos e exaustivas batalhas judiciais”.

De acordo com o MST²⁹, os latifúndios desapropriados para assentamentos normalmente possuem poucas ou nenhuma benfeitoria e infraestrutura. Não há saneamento básico, energia elétrica, ou água encanada. Fato este que faz com que, mesmo após assentadas, estas pessoas necessitem ser acompanhadas e organizadas em núcleos visando discutir as necessidades de cada área para, posteriormente, facilitar o entendimento das problemáticas destas comunidades.

No processo inicial para implantação de uma área de reforma agrária, o órgão responsável pelo processo – o Incra em assentamentos federais e o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace) em estaduais –, é formalizado entre as famílias um Contrato de Concessão de Uso (CCU)³⁰. Neste documento consta os direitos e as obrigações de cada beneficiário/a. Em seguida, cumprindo-se essas normas, tem-se o direito ao Título de Domínio (TD) da terra, cujos lotes são transferidos em caráter definitivo aos assentados/as se comprovadas as condições de vida e cultivo da terra em questão.

Em 02/07/1996 foi homologada pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o TD de sua terra, passando-a definitivamente para Dona Célia e Seu Francisco José. “Este dia ficamos muito felizes. Nossa casa era pequenininha e depois fomos aumentando. Fincamos

²⁹ Disponível em: < <https://mst.org.br/quem-somos/> >

³⁰ Disponível em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/titulacao> >

nossa raiz aqui e hoje é nosso lugarzinho”, comenta a agricultora. Até então, a titulação da propriedade era no nome da assentada, porém, após a emissão de Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o local passou a ser em nome do esposo Francisco – já que ela é funcionária municipal.

Atualmente, em sua casa, residem quatro pessoas – Célia, o companheiro Francisco (agricultor), o filho Gustavo (25 anos, solteiro, trabalha no carnaubal) e o filho Júnior (29 anos, solteiro, motorista da Secretaria Municipal de Saúde). Há ainda um 3º filho, que se casou em 2022 e mora com a companheira e o filho pequeno em uma outra casa no mesmo assentamento – estando o casal, agora, na condição de agregado. O processo de ‘agregação’ é feito via Associação de Moradores do Assentamento Aragão (a Ascavin), onde o possível residente participa de uma reunião e sinaliza o desejo de moradia, a Assembleia vota e, caso venha a ser aprovada, a casa é liberada para residência (e cedido um CCU). Em seguida, exige-se que o/a novo/a morador/a passe por um período de experiência de 6 meses no local, e se, nesse período, ele/ela cumprir com as obrigações legais – respeito aos demais assentados, participação contínua nas reuniões, trabalho coletivo na comunidade e no carnaubal, etc. – já poderá dar início, também via Associação, ao processo para obtenção do TD, agora na condição de assentado/a.

Embora haja um grande número de assentadas atuando na Associação do Aragão, boa parte das decisões, ou mesmo da emissão de TD ainda tem sido em nome dos companheiros, conforme lembra Célia.

A realidade desta divisão sexual também é percebida nas próprias residências. Ainda que tenha tido acesso há diversos debates e participado de espaços formativos sobre o gênero, tanto no ambiente universitário, quanto no ambiente dos movimentos sociais, Dona Célia demonstra não se desvincular dos afazeres domésticos socialmente incumbidos à mulher, sendo ela ainda a principal responsável pelos cuidados com o lar – e com o neto, cuja idade é de 6 anos.

7.3. Fagna e a conciliação entre maternidade, estudo, militância e agroecologia

Antônia Fagna Pinto de Sousa (37 anos) morava com a família em Irauçuba, região norte do Ceará. Neste local, seu pai trabalhava como pedreiro e foi convidado por Francisco, companheiro de Célia, para construir as primeiras casas do que viria posteriormente a ser o Assentamento Aragão. Com o início das construções e, após a desistência de alguns futuros

moradores do local, Fagna mudou-se com seus pais para a comunidade em 1997, então com 11 anos.

E foi no Assentamento, que ela conheceu seu companheiro. Morador desde o início da construção do Aragão, Francisco Antônio e Fagna namoraram por três anos, se casando em 2004, quando ela estava então com 18 anos – e ele com 20.

Apesar de iniciar a vida matrimonial com uma idade acima da média para o rural brasileiro – cujas meninas passam a se comprometer maritalmente com idades entre 12 e 16 anos, embora a Lei em vigor não permita enlances civis nessa idade (LEVY, 2009), Fagna afirma que se fosse atualmente, teria postergado tal união civil:

Se fosse hoje, eu não me casaria tão cedo não, porque solteira ou só namorando, a gente pode aproveitar muitas oportunidades, mas depois que casa tudo fica mais difícil, porque mesmo eu não tendo filha ainda, naquela época, mas eu já tinha uma casa e um marido para cuidar. Eu não me casaria com 18 anos, eu esperaria um pouco mais.

Ao contar dos anos seguintes, é notória em sua fala que a vontade de maternar após o casamento, deu lugar ao desejo de finalizar os estudos. Assim, somente depois de 10 anos do matrimônio, nasceu Olga, filha única do casal, em 2014. Ainda assim, é comum ver “pessoas direto cobrando outro filho, dizendo que eu já estou ficando velha”, relata a agricultora.

Figura 04. Fagna durante a entrevista semiestruturada.



Foto: K.S.O.C.M. (2023).

Neste entremeio de tempo, Fagna deu início, em 2011, a Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), no campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE) localizado no município de Limoeiro do Norte, cerca de 392 km distantes do Assentamento. O curso foi criado a partir das demandas instituídas no PRONERA.

Celebrado junto à Política Nacional de Educação do Campo³¹ (BRASIL, 2010), o PRONERA oportunizou a construção de diversos cursos cuja proposta pedagógica diz respeito ao que “se situa no campo” e ao que “é do campo” (CARVALHO; BRITO, 2021). Assim, se propôs, enquanto arcabouço metodológico, a valorização da produção da agricultura familiar e do modo de vida camponês (FERNANDES; MOLINA, 2004), articulando-se, inclusive, às lutas na defesa da Reforma Agrária Popular, cujas pautas também envolvem a preservação e conservação do meio ambiente e a agroecologia.

Desde as primeiras experiências do PRONERA, à Educação do Campo foi se construindo no Brasil a partir da iniciativa dos movimentos sociais e sindicais ligados ao campesinato, junto às universidades públicas e órgãos governamentais, cujas reflexões teóricas nasceram na própria práxis e nas experiências diversas de uma educação emancipatória disseminada país afora. Neste sentido, a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Ensino Médio direcionado, a Graduação em diversas áreas, e, ainda, os cursos de Pós-graduação voltados para a realidade do campo, foram fundamentais para solidificar o Programa enquanto projeto político e educativo cujas premissas se apoiavam na didática do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire (CARVALHO; BRITO, 2021).

Assim, para Fagna, a habilitação em Linguagens e Códigos, cujo trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado “História em movimento: uma perambulação sertaneja em busca da terra, da libertação”, originado neste processo, deu à agricultora, um outro olhar sobre o contexto histórico e socioeconômico do local em que ela vive. Além disso, a graduação trouxe a ela, um embasamento teórico para a compreensão política de sua condição de assentada e de defensora do acesso democrático à água e à terra, fazendo-a não apenas vivenciar a Reforma Agrária na prática, mas, sobretudo, instigá-la ao “debate das diversas realidades de quem vive e trabalha no campo, em contraponto à concentração de terra e privatização hídrica, e ao modelo produtivo do agronegócio”.

³¹ Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010.

A graduação só pode ser finalizada em 2018, após 8 anos do seu início. A demora se deu por conta da própria dinâmica interna do curso, cuja proposta se enquadra na metodologia Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. Logo, era necessário que a agricultora passasse uma ou duas semanas fora de casa para estudar, ficando a cargo do companheiro realizar as atividades domésticas e de cuidados: “era ele quem cuidava do gado e dos porcos, e da Olguinha (filha), depois que ela nasceu, e da casa também, porque se fosse esperar só por mim, eu sozinha, não dava conta, não”, lembra Fagna.

Após a finalização da licenciatura, a agricultora deu início, em 2018, à especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, realizada pela Fiocruz Ceará. Em seguida, já em 2023, iniciou o Curso Técnico em Agroecologia pela Escola do Campo Francisco Araújo Barros, em Itarema/CE, município distante 85 km de Miraíma.

No segundo semestre de 2023, Fagna iniciou os trabalhos em assistência técnica e extensão rural (ATER), pela primeira vez, atuando no próprio município, em uma organização que realiza estas atividades nas comunidades próximas.

E assim se seguia, até janeiro de 2024, quando a última ida a sua residência ocorreu – a primeira se deu em novembro do ano anterior, quando a entrevista e a o etnomapeamento foram realizados. Em 2024, a visita aconteceu devido a um convite da própria agricultora que queria mostrar onde estava localizada sua mandala.

7.4. Maria: dos traumas de infância ao fincar raízes em outro lugar

As visitas à casa de Pedro Silvino e Maria dos Santos Pinto de Sousa (57 anos), ou simplesmente Dona Maria, ocorreram mais especificamente em três dias distintos, em janeiro de 2024. Um primeiro dia, onde foi possível uma conversa prévia e uma rápida caminhada pelo quintal produtivo. Um segundo dia, onde foi possível conversar somente com Maria. E um terceiro dia, para a realização do etnomapeamento feminista da propriedade.

No primeiro dia, na chegada, após a apresentação inicial feita para o casal, em conjunto, falou-se da dinâmica da pesquisa e que o seu foco de estudo eram as mulheres do Assentamento. Embora se deixasse nítido quem eram as personagens da entrevista, o casal permaneceu lado a lado e Pedro respondia às perguntas a princípio. Percebendo-se que não haveria uma aproximação maior com Maria naquele momento, optou-se por fazer questionamentos básicos (sem muito aprofundamento) e deixar as perguntas mais pessoais para um outro dia – onde o “homem da casa” não estivesse presente. E surgiu, de Pedro mesmo, a proposta dessa segunda

visita, ao saber que, durante a conversa, haveria a necessidade de “desenhar a casa e o quintal”, sendo essa uma atividade – o desenho – mais apropriada para Maria fazer, já que ela teria uma maior aptidão para “trabalhos manuais”.

Questionados sobre a chegada no Assentamento, Pedro lembra que ela ocorreu através de um pedido feito por Francisco³², já que ele e Maria, quando moravam em Miraíma, não tinham casa própria. Era fevereiro de 1996, e neste mesmo período, Pedro, que também trabalhava como agricultor, foi atuar na construção das casas, erguendo exatamente a casa em que hoje Francisco e Célia moram. A partir daí, após o convite formalizado e, como boa parte dos futuros moradores já eram conhecidos entre si, Pedro aceitou. E assim, seguiram para o local, Pedro, Maria e os seus seis filhos pequenos. Inicialmente, a família morava em uma outra casa, porém, a atual residência desocupou e como quintal era maior, decidiram vir para a moradia em que estão até hoje.

Ao remeter a esposa, Pedro fala “minha Maria nasceu no dia 1^a de maio, dia de Todos os Santos, por isso tem um nome abençoado”. A mesma bênção, Pedro diz estar contemplada no Assentamento, de onde é possível representar a vida, uma vez que nele é possível ter condições apropriadas, ou seja, ter “comida saudável, produzida pelas próprias mãos”:

Qualidade é poder plantar o tanto que eu puder. Criar o que eu quiser e puder, sem afetar a vizinhança, né? É poder ir ali no ‘mato’, e cercar uma área, fazer um roçado ou criar um bicho dentro, sem ter que pagar renda [aluguel] para ninguém, e conquistar tudo só com meu direito de trabalhar (PEDRO, 2024).

Após o breve diálogo, e um tanto retraído e/ou centralizado, encerrou-se o primeiro dia de visita. Já na manhã seguinte, a conversa se iniciou, agora somente com Maria presente, recordando os fatos antes da chegada no Aragão. A assentada lembra, que até aquele momento, ela e os demais moravam de favor em casas de conhecidos, e que a situação melhorou após conseguirem sua residência. “Graças a Deus nós não passamos mais fome”, recorda, remetendo-se a um passado que não se fez questão de aprofundar.

³² Companheiro de Célia. Entre as duas famílias, há uma relação de apadrinhamento dos filhos, cujas nomenclaturas para tais vínculos se chamam compadre (homem) e comadre (mulher), ou, como popularmente se chama nos interiores nordestinos: “cumpadi” e “cumadi” (<https://dicionario.priberam.org/compadre>).

Figura 05. Dona Maria ao lado da cisterna, em seu quintal produtivo.



Foto: K.S.O.C.M. (2024).

Maria é a mais nova de seis irmãos, e ficou órfã de mãe ainda bebê, quando tinha apenas um ano de idade. Pouco depois, a agricultora foi entregue à uma família que pudesse criá-la. Quando jovem, Maria não tinha aproximação com seu pai. A decisão levava em conta dois motivos: por ainda sentir uma certa rejeição ao fato de ter sido doada a uma outra família no passado, e por ter informação de conhecidos de que seu pai optou por permanecer com uma outra companheira que não era sua mãe, quando esta estava grávida de Maria. “Quando eu via ele, eu chorava. Mas o tempo foi passando, e parece que eu fui esquecendo. Ele hoje, para mim, parece uma pessoa qualquer, não parece meu pai”, relata.

De acordo com Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)³³, somente entre 2015 e 2023, há registros de cerca de 27.059 acolhimentos de crianças e adolescentes, com idades entre 0 e 18 anos, pelo motivo de "abandono pelos pais ou responsáveis". Este número representa uma média de 262 casos por mês. O acolhimento desse público normalmente é conduzido pela Justiça da Infância e da Juventude após solicitação realizada pelo Conselho Tutelar de cada município.

Na concepção de Maria, os pais adotivos eram considerados bons, o que a deixava triste eram os episódios de violência para com ela. “Minha mãe me batia muito, e nem precisava,

³³ Em matéria publicada em outubro de 2023, no site Uol, tem-se o indicativo de que há, pelos menos, 8 casos de abandonos de incapaz, por dia, no Brasil (<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/10/22/casos-abandono-de-criancas-e-adolescentes-brasil.htm>)

porque eu era uma menina ‘trabalhadeira’. E não saía de dentro de casa. Meu pai era muito rígido. Se tivesse alguma visita na sala, eu não podia sair nem do quarto”, lembra a agricultora.

No Brasil – e no Nordeste brasileiro não é diferente –, há uma falsa ideia de que a educação começa a partir de duros castigos à crianças e adolescentes, enquanto estratégias pedagógicas, e visando incumbir inicialmente o desenvolvimento do senso profissional (ainda que imaturo e proibido a este público em legislação nacional³⁴). Tal postura é tão presente nas instituições familiares que, em junho de 2014, foi instituída a Lei nº 13.010³⁵ (conhecida como Lei Menino Bernardo ou Lei da Palmada), cujas principais ações foram as alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), visando assegurar que a educação e os cuidados não devem ocorrer a partir de “castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante”, enquanto formas de educação, correção, disciplina ou qualquer outro pretexto, independente dos laços pré-existentes de parentesco (pais, mãe ou qualquer integrantes da família), de pessoas responsáveis ou tutelares, de agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou de qualquer pessoa encarregada dos cuidados, tratamentos, educação ou proteção infanto-juvenil.

Assim, como a ideia de educação passa por rígidas cobranças, o sentimento de “responsabilidade” também. Para Maria, as obrigações ocupacionais começaram de forma bem precoce:

Quando comecei a trabalhar eu era pequena demais. Acho que eu tinha uns 7 a 8 anos. Nessa época eu já ia ‘pro’ roçado, tirava capim, buscava água, buscava lenha, matava os bichos, limpava, cozinhava. Depois, fui ‘pras’ casas de família, e lá, eu tinha que varrer a casa, lavar roupa, fazer almoço pra todos, tinha que fazer tudo. Eu era praticamente uma empregada doméstica. E assim eu fui me criando. A minha vida foi trabalhar. Trabalhei muito, viu? Nas casas, na terra... Só te digo uma coisa: não era fácil não. Hoje, eu imagino assim, que eu tenho que trabalhar menos um pouco. Porque com o tempo a gente sente como foi se ‘judiando’.

Para Lira (2021, pg. 512), o trabalho infantil, sobretudo o doméstico, no nordeste brasileiro ainda é muito persistente, o que, para ela, demonstra ser uma grave problemática. Sua presença, é explicada pela serventia com que este trabalho em si representa no processo de reprodução social, e nos atuais processos de exploração da força de trabalho – em especial no

³⁴ Artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10610536/artigo-60-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>).

³⁵ Estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento degradante (<https://legis.senado.leg.br/norma/584821/publicacao/15642981>).

que se refere à superexploração da força de trabalho da mulher em um contexto de crise estrutural do capital. Tal realidade acaba por delinear novas incumbências à infância e adolescência da classe trabalhadora, com fortes impactos à condição infantil.

Aos 17 anos, Maria deixou definitivamente a casa dos pais adotivos. Após casar-se com Pedro, e enquanto um outro trabalho formal não surgia, ela confeccionava varandas de rede³⁶, que vendia e assim podia contribuir com a renda familiar. “Quando chegamos no assentamento, não tínhamos absolutamente nada, o dinheiro que pegávamos era só para comprar comida”. Porém, a realidade foi se transformando ao longo do tempo, e os trabalhos somente na agricultura ou em atividades manuais deram espaço a um vínculo empregatício mais estável. Em fevereiro de 2003, Maria foi admitida em concurso municipal como auxiliar de serviços gerais e lotada na mesma escola que viu nascer e receber os alunos no Assentamento. Hoje, a família é assentada, e na casa moram Maria, Pedro e um neto chamado Francisco, que está cursando a 8ª série – tal qual a série em que Maria parou de estudar, ainda quando existia EJA na própria escola do Aragão. Assim, o sustento da casa se dá, tanto através do salário fixo de funcionária pública, quanto dos valores obtidos com o extrativismo do carnaubal, e das vendas de produtos para o PAA ou para demais moradores da região.

Em seu cotidiano, a rotina de Maria é a mesma em todos os outros dias da semana: acordar às 5h da manhã para cozinhar o leite do neto; estar antes das 6h na escola para dar início aos trabalhos; retornar rapidamente em casa às 10h para lavar a louça, varrer a casa e fazer o almoço (que precisa estar pronto quando o marido chegar da roça), e retornar à escola para continuar a limpeza e finalizar as atividades de lá. E, como relata a assentada, a tarde o trabalho não é diferente:

Depois que eu volto da escola e almoço, vou cuidar de arrumar a cozinha que ficou suja, lavar tudo. Aí, vou fazer um café, varrer a casa novamente, que tem que ser pelo menos 2 vezes no dia porque aqui faz muita poeira. Às vezes vou lavar e estender uma roupa, varrer o terreiro, puxar água da cisterna. E o resto da tarde já é ‘pra’ fazer uma janta e depois ir dormir. Eu só consigo arrumar o quintal quando dá, quando tem uma folguinha. Mas às vezes a gente nem consegue, porque já ‘tá’ cansada, né? E ainda tem o galinheiro que precisa cuidar e às vezes nem dá tempo. E meu marido ali não varre, é pesado para ele (MARIA, 2024).

³⁶ Feitas de linhas ou cordas finas, que embelezam as laterais da rede, porém, não são elementos constitutivos destas, como os são o pano (elemento retangular central, onde se deita), punhos (espécie de aros localizado nas extremidades) e as cordas (liga o pano aos punhos, suportando a carga sustentada).

A fala da agricultora quando se refere ao “pesado para ele” faz refletir sobre o quanto o cuidado com os afazeres domésticos está intrinsecamente ligado à mulher. Uma tarefa um tanto simples – como limpar um espaço específico – passa por um recorte de gênero e mede força entre o ser feminino em masculino, não por conta de suas aptidões em si ou peso da atividade, mas somente pelo fato de não ser uma atividade do “homem da casa”.

A partir da reflexão sobre seu espaço de produção alimentar, Maria diz que o “lugar é mais para o homem”. Ela endossa seu pensamento ao ponderar sobre sua falta de tempo, pois quando não trabalhava fora, era possível ajudar o marido nos afazeres do roçado. Já quando questionada sobre qual local de trabalho demandava mais energia, Maria é enfática: “em casa é bem mais difícil, pois tem muito mais trabalho aqui do que na escola”. E assim, o cansaço acumulado pela dupla jornada vai afetando, inclusive sua saúde, uma vez que a agricultora relata dores nas pernas, dores de cabeça, e afirma não aguentar mais “pegar no pesado” – como se chamam os afazeres do roçado. “Às vezes o corpo não acompanha a nossa cabeça. A cabeça pode até estar boa, mas o corpo está cansado. Hoje, não tenho condições de estar lá, nem olhando o meu quintal”, lamenta.

A ideia acima destacada por Maria remete também a sua atribuição – cuidar do roçado, como se fosse apenas “ajudar” o esposo, o que é, segundo Brumer (1995), uma forma de atribuir ao trabalho feminino, um caráter secundário, subalterno, de menor importância em relação à atividade principal, inviabilizando seu reconhecimento quando este é realizado por mulheres trabalhadoras e, conseqüentemente, tornando invisível, também a garantia de seus direitos sociais. Assim, recai sobre o homem, “viril e forte”, a ideia de que, quando se é relacionado ao roçado, ele sim “trabalha”, a mulher apenas o “auxilia”. O mesmo é questionado por Paulilo (1982), ao considerar que, no roçado, a mulher faz o trabalho leve e o homem o pesado. Por conseguinte, o poder de decisão sobre as escolhas das cultivares e o destinos da plantação, na maioria das famílias, se tornariam atribuições masculinas, evidenciando assim a posição de poder secundário que a mulher ocuparia em seu próprio roçado.

Para Heredia (1979), na divisão sexual do trabalho, apesar da natureza indispensável de sua atividade na sobrevivência familiar, as mulheres não eram definidas como trabalhadoras, o que ocasionou em muitas delas, uma internalização da sua própria condição de inexistência, enquanto produtoras tal qual da mesma atividade laboral desempenhada pelo gênero masculino.

8. O PROGRAMA DE CISTERNAS (P1+2) NO CONTEXTO FEMININO: AS ÁGUAS NA DINÂMICA DAS VIDAS

Este capítulo se destina a discutir como as questões hídricas influenciam a vida das mulheres assentadas, no que se refere à produção de alimentos, além de demonstrar a diversidade existente em seus quintais e a destinação destes produtos – ao autoconsumo e, quando excedente, à venda. Busca-se, ainda, refletir como os Programas de Cisternas se tornam ações necessárias nessa efetivação produtiva, uma vez que passam a possibilitar práticas que conjugam ações para a construção social de mercados e o acesso a iniciativas individuais ou a políticas redistributivas de comercialização, operacionalizadas em momentos específicos pela comunidade como um todo.

8.1. Célia e seu quintal produtivo: a busca de ações que visem à para segurança hídrica e alimentar de sua família

Na dinâmica das águas, e na necessidade de benfeitorias no campo, boa parte dos projetos políticos implantados são bem quistos pelas populações que deles precisam. Tal fato também é percebido nos primeiros contatos com o Aragão, durante as entrevistas, onde as cisternas são, de um modo geral, sempre positivadas. Esse posicionamento normalmente é reflexo dos sacrifícios ou do sofrimento nos quais as sertanejas e sertanejos passam para coletar água, cuja melhora após a chegada das tecnologias sociais normalmente é associada como uma “benção de Deus” (CENTELHAS, 2019).

A partir da pergunta “como chegaram as cisternas?” foi possível se ater mais ao modo como o processo em si era narrado, evitando pouco a pouco a limitação de respostas curtas e positivas, ouvindo detalhes sobre os desdobramentos do Projeto e da vivência de cada agricultora após a implantação da tecnologia – nas mudanças de hábito, de horários, e até mesmo nas alterações da dinâmica familiar.

Na casa de Dona Célia, por exemplo, em relação à pergunta sobre a chegada das primeiras cisternas, o retorno foi conforme esperado: “foi muito bom” (ou seja, uma resposta curta e positiva). Todavia, no desenrolar da conversa, entendeu-se que essa resposta – “positiva” – seu deu pelo fato do assentamento não ter nenhum tipo de água de fácil acesso na região, sobretudo de qualidade para beber, naquele momento:

A chegada foi uma benção! Hoje nós temos as cisternas, e também temos água encanada e tratada. Mas as cisternas foram o primeiro projeto que veio para a gente. É água boa para beber e cozinhar, e antes era muito difícil. A gente ia lavar a roupa longe, no Rio ou no açude, né? A água, pegava na lata, e trazia na cabeça. Ou então quem tinha carroça na época, ia buscar. Como a gente não tinha, era na cabeça mesmo.

Embora a resposta tenha sido otimista, a demora para a chegada das primeiras tecnologias sociais foi de quase 10 anos, uma vez que o Assentamento Aragão é datado de 1995 e o projeto da 1ª Água foi iniciado, no local, em meados de 2004 (o que por si só já evidencia as dificuldades que todas e todos passaram durante a longa espera). Célia relata que, primeiramente, foram celebrados os CCUs, e, em seguida, foram construídas as primeiras casas. Após a documentação toda de acordo com a legislação vigente é que foi possível a implementação das cisternas iniciais. Uma clara dicotomia entre necessidade e burocracia.

Na divisão da busca pela água, na casa de dona Célia, essa atividade passou a ser atribuída ao “homem”, uma vez que Francisco realizava essa tarefa, enquanto Célia cuidava das crianças. O mesmo não acontecia na casa da sogra, quando era esta quem coletava a água no açude, “uns tamborzinhos em 5 litros, que ela trazia um em cada mão” (Célia, 2023). O trajeto todo, de ida e volta, demorava cerca de 1h, diariamente:

A gente não podia tomar banho, porque às vezes a água era pouca, então tinha que ir se banhar lá no rio. A gente saía de casa morrendo de calor, tomava o banho lá, ficava limpinha, mas quando voltava, já estava pior, chegava em casa bem mais suada do que quando tinha ido.

Quando o P1MC chegou, cuja água devia ser destinada apenas para beber e cozer, Célia lembra que ainda a usava para outras atividades corriqueiras, uma vez que percorrer a distância até o riacho próximo, embora necessária, se tornava quase que impossível, tendo agora, água praticamente ao lado de casa.

Em seguida, vieram as primeiras encanações de água via Cagece, facilitando o uso para as demais atividades domésticas – lavagem de roupa e banhos –, porém, para os cuidados com as plantas e com pequenos animais haveria que se recorrer a outra fonte hídrica, uma vez que “a água da Cagece é cara, e se fosse utilizá-la para essa finalidade, a conta iria encarecer mais ainda”.

Em meados de 2009, quando se iniciou, no Assentamento, o P1+2, e capacitada pelo curso de GAPA e SISMA, obrigatórios à família beneficiária para recebimento do novo projeto, Célia começou uma produção de capotes e também utilizou dessa reserva hídrica para a

irrigação de laranjeira (*Citrus sinensis*) e goiabeira (*Psidium guajava*). Atualmente, a assentada cria garrotes, ovelhas, e vacas leiteiras, que ficam nos estábulos junto com os demais bovinos pertencentes aos outros/as assentados/as (é nesse lugar que um dos filhos de Célia trabalha como vaqueiro).

Figura 06. Cisterna calçadão no quintal de Dona Célia.



Foto: K.S.O.C.M. (2023).

Ainda que não tenha sido contemplada com nenhum projeto de Bioágua³⁷ (tecnologia social de reuso de águas cinzas³⁸), a família reutiliza a água oriunda do banho e da lavagem da louça para regar canteiros e os coqueiros existentes no quintal, cuja encanação foi feita manualmente por Francisco.

Tais ações minimizam os custos da residência, já que a renda da família é relativamente baixa para uma casa que possui 5 moradores, e onde apenas um possui com renda formal – no caso, a própria Célia. E assim surgiu a necessidade de não apenas produzir para consumo próprio, mas também comercializar o excedente. Foi por essa justificativa que a família decidiu participar do PAA e do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE).

³⁷ O Bioágua familiar é uma tecnologia de reutilização de águas cinzas aplicada na produção de alimentos, tanto para a família quanto para seus rebanhos (<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1156018/bioagua-familiar-reuso-de-aguas-cinzas-para-producao-de-alimentos>).

³⁸ Refere-se à reutilização da água domiciliar proveniente do chuveiro, da pia da cozinha e da lavanderia, e que seria desperdiçada. É um sistema de captação da água por gravidade, cujo processo se dá através da primeira ‘limpeza’ da água, posteriormente é realizada uma segunda fase de ‘purificação’, através da instalação de uma minhocário, responsável pela fase final de tratamento da água, que resultará é uma água apropriada para a fertirrigação do quintal produtivo (<https://www.asabrazil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/9257-tecnologia-social-de-reuso-de-aguas-cinza-e-construida-em-oficina-do-fcvsa-no-sertao-central>).

É importante salientar que no MDS, o P1MC e P1+2 compõe a pasta de Segurança Alimentar e Nutricional, e articulam duas temáticas muito caras no horizonte da “superação da pobreza”: o acesso à água e a própria soberania alimentar e nutricional, uma vez que água é vista como um recurso fundamental não só para as necessidades fisiológicas, mas também para o cultivo, produção preparo dos alimentos e, conseqüentemente, para toda uma cadeia vital que deságua na saúde do povos e seus espaços de pertencimento e resistência. Além disso, ela é um produto social concreto que possibilita articular, assim, algo necessário para a vida prática das pessoas com um movimento de formação e mobilização que altera as relações tradicionais de dominação presentes no semiárido.

Assim, através dos cursos de GRH, obrigatórios para o recebimento das cisternas, é possível se refletir sobre como a democratização da água se dá a partir da própria cisterna, enquanto um direito de todos e todas, bem como discutir, ainda, questões sanitárias que comungam numa sistemática de práticas e prescrições em torno do uso do recurso hídrico. Além de conjugar-se em uma linguagem de gênero, a formação ainda tem como premissa discutir a dinâmica familiar, em especial aquela relativa ao cuidado, o respeito, à maternidade, à ancestralidade e à descendência.

Célia conta que foi a partir dos cursos de GRH que passou a ter uma visão diferenciada sobre a produção alimentar. A agricultora afirma ter consciência de que produzindo algo para si própria, terá uma alimentação mais saudável, principalmente para controlar suas doenças – diabetes e ansiedade. Embora a leitura feita pela agricultura seja coerente, a necessidade de trabalhar fora também a empurra para uma “não produção” familiar que dê conta de nutrir toda a casa, sendo necessário comprar legumes, frutas e verduras externamente, notando uma diferença, por exemplo, entre um cheiro-verde³⁹ produzido em seu quintal e um outro comprado fora:

Eu acho que tudo faz muita diferença, principalmente se a gente produzir ao invés de comprar o que está lá fora, porque assim a gente sabe de onde está tirando o nosso alimento. Eu estava argumentando com o Francisco [companheiro] e dizendo ‘nós vamos plantar alface⁴⁰, porque eu preciso comer alface para melhorar minha saúde, e comprando lá fora eu até como, mas eu tenho medo. E sabe porquê? Imagina o tanto de veneno que devem colocar para as folhas ficarem ‘bonitinhas’? Eu vou estar querendo me curar de uma coisa, mas me matando de outra!

³⁹ Junção de coentro (*Coriandrum sativum*) e cebolinha (*Allium schoenoprasum*).

⁴⁰ Nome comum para a cultivar *Lactuca sativa*.

Na dinâmica para consumo interno há, além da produção de diversas frutas, hortaliças, a criação de alguns animais (bovinos, aves, porcos, ovinos e caprinos). Para as vendas são produzidos jerimum (*Cucurbita pepo* L), macaxeira (*Manihot esculenta*) e cheiro-verde. Existe, ainda, o fornecimento de bolos, que, quando não é possível a família realizá-lo, faz-se uma parceria com outros agricultores vizinhos e divide-se os lucros.

Figura 07. Dona Célia desenhando sua propriedade



Foto: K.S.O.C.M. (2023).

Durante a Covid 19, por exemplo, quando a água de coco e os limões ajudaram na hidratação e em quantidades nutricionais adequadas para a prevenção de sintomas gripais, foi do quintal de Célia que a solução surgiu. Havia água de qualidade para beber armazenada, porém estes dois itens foram, segundo a agricultora, indispensáveis para a família:

A gente tinha coqueiro aqui, mas não se dava conta, deixava eles por ali e nem cuidava. Quando precisava, a gente comprava coco em Miraíma e era caríssimo. Mas dessa vez foram os nossos ‘coquinhos’ que salvaram a gente, pois nos preocupamos em dar a água da cisterna, tanto para as plantas como para os animais, eles acabaram sendo bem aguados e passaram a produzir bem. Ai, no período que a gente teve doença aqui⁴¹, principalmente o Francisco, a água de coco que a gente conseguia tirar e beber nunca era demais e ajudou muito na nossa saúde.

⁴¹ Em meio a pandemia, o assentamento também passou por um surto coletivo de Covid 19, causando duas mortes e cerca de 20 pessoas diagnosticadas com a doença, segundo os próprios moradores da comunidade.

A reflexão de Célia relativa à sua produção alimentar também perpassa sobre sua percepção acerca do quanto as mudanças climáticas têm afetado sua propriedade. A agricultora lembra de como se deu a mudança de cenário no seu quintal nos últimos anos:

Nossas goiabeiras morreram uma boa parte. Antes, elas davam uma goiaba bem grande, agora é bem pequenininha. A mesma coisa aconteceu com o limoeiro daqui, não dá nem ‘pra’ fazer um suco direito. Mesmo tendo a cisterna hoje, pra aguar, eu sinto que o tempo está mais quente, e se você observar as águas quando chove aqui, chega a transbordar lá na ponte, mas em compensação já está tudo evaporando tão rápido, que o nosso rio seca muito mais rápido também. Eu acredito que seja as mudanças do clima, e tudo isso aí deve ser consequência.

Mesmo observando tantas alterações no cotidiano ao seu redor, a agricultora não pensa em sair do assentamento. Para Célia, uma das questões mais importantes de se morar no Aragão, é a calma que o local possui:

Além da tranquilidade, eu acho que a gente vive sossegada, e isso é muito importante. Na cidade, é uma vida mais corrida, e até de certa forma mais preocupante, né? Isso gera estresse, acaba como nossa saúde. E quando você não tem uma coisa, ou você compra ou então você fica sem. No caso do interior, não. Se a gente não tiver, vai ali no vizinho bem rapidinho, e ele tem para me arranjar, para me emprestar, ou até para me dar, se eu quiser. Tem esse companheirismo, essa amizade entre as famílias. Um sempre ajuda o outro. E eu acho que isso também é qualidade de vida.

Tal reflexão se deu a partir da lembrança que, na noite anterior, ficaram na calçada de casa, eu (Mara), a própria Célia, Dona Mocinha (agricultora vizinha) e mais outras três moradoras do Assentamento, relembrando causos e histórias do passado, em meio aos trançados de chapéus de palha, numa programação hoje difícil de se realizar nos grandes centros urbanos ou nas capitais metropolitanas Brasil a fora. Numa passagem rápida pelas ruas que circundam a comunidade, é possível ver o quanto essa dinâmica – estar na calçada e traçar artefatos de palha – é comum na vida noturna do Aragão. As atividades, em sua maioria praticada pelas mulheres – se iniciam logo após o jantar, que normalmente acontece entre às 18h e 19h, e segue até umas 22h, onde são sempre regadas de conversas saudosas e boas doses de risadas:

‘Tá’ vendo como aqui no nosso interior é calmo! A gente fica aí até umas 10 [horas] da noite, e se deixar, a gente entra pela madrugada. A Dona Mocinha sempre vem fazer chapéu comigo aí fora, né? [na calçada da casa de Célia]. E graças a Deus, é tranquilo. E sabe o que

acaba sendo isso? É o nosso momento de lazer, de ‘desestressar’, de ver gente, de dividir os pesos, sabe?! Porque durante o dia, num dá tempo nem dá um bom dia para o vizinho, imagina prosear desse jeito!

Quando eu tenho um tempinho de sobra, eu fico ali debaixo da árvore só imaginando como é que está a situação nos outros cantos? A gente acompanha pela TV, né! Daí eu penso como é tão bom viver aqui, tranquila, respirar aquele ar puro daquelas plantinhas, né? Às vezes, eu queria tanto cercar minha casa, rodear de plantinhas, para deixar tudo bem mais bonito!... Sabe uma coisa que eu acho muito interessante, é que eu converso com minhas plantas e sinto uma paz danada quando faço isso. É uma diferença muito grande. Eu, que praticamente morei a vida toda na cidade grande, lá em Miraíma, o sertão, o interior, para mim é um sonho. É você ter todo dia sua comida na mesa. É você ter o seu canto para encostar a cabeça e dormir tranquilamente. Agora me diga, tem vida melhor? Pode até ter com menos dificuldade das coisas, mas melhor mesmo, eu acho que não!

Figura 08. Conversas e produção noturna de chapéu de palha na calçada de Célia.



Foto: K.S.O.C.M. (2023).

8.2. Fagna e o quintal agroecológico da “Maria Bonita”

A visão do terreiro de Fagna é clara: ali reside alguém que busca vivenciar a agroecologia e suas raízes enquanto mulher nordestina. Essa afirmação pode ser confirmada logo na porta de entrada do local. “Maria Bonita” é o nome da propriedade, estampado numa placa pendurada no cercado, do lado de fora da residência.

Figura 09. Entrada da casa de Fagna.



Foto: K.S.O.C.M. (2023).

Mas antes de demonstrar tão fortemente o porquê da exaltação à sua origem, é motivo de reflexão por parte da agricultora, a vida hídrica do assentamento antes da chegada das políticas públicas relativas a água, principalmente quando se relata o quanto a coleta era cansativa e impactava na diminuição da sua disponibilidade de tempo para os demais afazeres domésticos e para cuidado de si:

Quando eu era mais jovem, e ainda morava com meus pais, todo dia de manhãzinha antes de ir para a escola, ou então de tardezinha, tinha que buscar água e encher todos os baldes. A gente buscava com as latas na cabeça e ia do jeito que dava, a pé, de bicicleta, no carrinho de mão. Quem tinha uma melhor condição, ia de carroça. Era uma peleja grande! Uma coisa desgastante, cansativa mesmo! A gente não tinha tempo para mais nada! Lavar a roupa, era muito sacrifício, íamos de manhã cedo e só chegávamos umas 2h ou 3h da tarde, com o balde de roupa para estender. E molhada, né? Pesava demais. Até para lavar os cabelos tinha que ir para a beira do rio. Aí hoje em dia, a gente bota uma roupa numa bacia ou até num tanquinho, e deixa ali de molho. Vai levar só mais tarde ou qualquer outra hora, no tempo que quiser, sem precisar andar um dia quase todo, levando peso daqui ‘prali’.

Fagna lembra que, depois da chegada das cisternas, a disponibilidade de água se tornou suficiente para suprir a demanda – individual e de produção – o que fez com que a vida dela se alterasse de forma substancial: “mudou porque a gente tem água de melhor qualidade, porque

sabe de onde é que vem, né? Antes, a gente pegava água lá no rio ou do açude, para beber. Então a gente não tinha nenhuma segurança (hídrica) daquela água”.

Ainda que houvesse alguns kits de irrigação e bombeamento hídrico, conseguidos pelos próprios assentados após projeto elaborado em conjunto com a associação local, em 2011, tais tubulações não contemplavam todas as casas, além de ocasionar o entupimento dos canos. Apesar de ter água encanada da Cagece⁴² no Assentamento, Fagna relata que além do alto custo, sua falta é uma problemática constante, justificando, assim, a importância do suporte básico que a cisterna dá à “água da cidade”. “Usamos a cisterna pequena principalmente para beber mesmo. Mas quando não tem como tirar de outro canto e sobra dela, a gente usa para tomar banho, lavar a louça, para o que precisar, pois a água da Cagece é muito cara”, observa a agricultora. Para ela, o problema foi minimizado a partir de 2014, após a chegada de uma cisterna enxurrada proveniente do P1+2.

Com as formações e intercâmbios realizados através do GAPA e SISMA⁴³, Fagna pode entender melhor como funciona um sistema para bombeamento d’água, assim, ela mesma construiu uma encanação com a finalidade de irrigar o quintal com o recurso oriundo da própria cisterna – até então, só havia canalização vinda do rio para o quintal. Com o tempo, a tubulação foi ampliada e colocado um motor para facilitar esse trabalho.

Desde 2016, a 2ª cisterna passou a apresentar vazamentos e mesmo Fagna realizando um conserto inicial, ainda assim, a água não fica totalmente retida até o fim do período chuvoso. A assentada relata que, para não aumentar ainda mais a quantidade de rachaduras, é despendida uma outra quantidade hídrica – seja do rio, seja da cisterna de beber – para que ela não fique totalmente seca:

⁴² No Ceará há dois tipos de sistemas de abastecimento estadual de água, um é feito diretamente pela Cagece, que atua na capital, regiões metropolitanas e em outros municípios maiores e mais populosos, e outro pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar), uma instituição não governamental que presta serviços às comunidades rurais mais afastadas. Apesar de ambos atuarem em conjunto em muitas regiões – o Sisar nos pontos de tratamento e distribuição de água, e a Cagece na capacitação das comunidades e na manutenção geral destes pontos– nos há relatos que a água distribuída pelo Sisar normalmente apresenta uma maior taxa de salinidade que a distribuída pela Cagece, o que dificulta sua utilização direta na agricultura, porém, a taxa de consumo a ser paga pelos usuários/as é bem mais baixa que a paga à Cagece, afirmam os agricultores.

⁴³ De acordo com o site da ASA, para receber a 2ª cisterna é necessário participar destas capacitações. Durante o curso de Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos (Gapa), as famílias se apropriam de conhecimentos sobre o manejo da água no arredor de casa, cuidados com a horta, plantas medicinais, o uso dos defensivos naturais, a fertilização do solo, o acesso aos fundos Rotativo Solidário entre outros assuntos. Após a implementação da tecnologia social, a família participará da capacitação em Sistema Simplificado de Manejo da Água (SSMA). Neste momento, nas atividades em campo, as famílias montam um sistema simplificado de aguamento que funcione com economia de água. O SSMA é realizado em uma propriedade familiar específica, para que os participantes percebam a estratégia utilizada pelos anfitriões na produção do arredor do quintal, para o manejo animal, preservação e multiplicação das sementes crioulas e outras questões relacionadas com o sistema produtivo familiar. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>> Acesso em: 03 de jan, 2024.

Teve uma chuva muito grande aqui e como ela [cisterna] é de enxurrada, nesse dia desceu muita água dentro. Eu desconfio que ela tenha enchido demais e como o sangrador de lá não estava aberto, ela não suportou, porque na enxurrada se leva também alguma coisa, não vai só água, né? Vai folhas, algumas pedrinhas... É exatamente por isso que ela rachou. Todo ano a cisterna enche, mas depois vaza uma parte da água e fica apenas pela metade (FAGNA, 2024).

Com o problema apresentado no reservatório oriundo do P1+2, atualmente, a irrigação das plantações ocorre diretamente com a água do rio. O problema observado, segundo Fagna, é que, embora haja a encanação do riacho direto para a cisterna, não é possível armazenar água por um período maior de tempo – por conta das rachaduras citadas anteriormente –, e nem se sabe se o recurso hídrico coletado é boa qualidade ou com níveis de salinidade aceitáveis para a planta e os animais. Mesmo observando que o aparecimento de frestas no reservatório poderia se tornar um ponto a ser criticado na viabilidade no Projeto, a assentada aponta que a chega P1+2 é fundamental para o meio rural, pois realmente impactam na produção:

Eu não posso e nem devo criticar esse projeto só porque minha cisterna rachou! As políticas sociais são importantes porque se não tiver, não temos recurso de sobra para construí-las por nossa conta, né? Apesar da gente morar na zona rural e ter uma poupança viva, como o povo fala, não tem como sobrar dinheiro para gente investir em alguma coisa. O máximo que a gente consegue é manter as estruturas que a gente já tem! Então, se elas não chegarem [políticas públicas], não tem como desenvolver quase nada. Ou seja, é muito significativo, principalmente as políticas públicas de acesso à água, né? Por que como é que vai produzir sem ter água?

Embora a “crítica ao projeto” seja um ponto no qual a assentada prefere não realizar, é fundamental refletir, ainda que internamente, o porquê de não haver um acompanhamento técnico mais especializado ou que busque evitar tais problemas, ou que estejam a postos para quando estes parecerem, a fim de não prejudicar a funcionalidade de um projeto já tão aguardado e necessário ao bem-estar e sobrevida do semiárido nacional.

O tal sistema de irrigação, construído pela própria agricultora, e visível em uma caminhada rápida pela propriedade. Fagna lembra que, há cerca de 4 anos, ainda não havia o jardim (de plantas ornamentais e medicinais) que ela faz questão de mostrar com orgulho. Além das tecnologias sociais de 1ª e 2ª água, a família possui desde 2021, um Bioágua. Tal TS, cujo sistema de gotejamento construído com mangueiras foi realizado também pela assentada, e ajudou, inclusive, a diminuir seu trabalho ao acabar com o que ela denomina de “água de balde em balde” para a rega das hortaliças. Todas essas tecnologias são voltadas para a produção

familiar – à exceção da cisterna de 1ª água, cuja reserva hídrica somente é destinada ao quintal produtivo quando há sobras das atividades de beber ou cozer alimentos. Já a cisterna de enxurrada é usada principalmente para aguar os dois canteiros que são utilizados para a horta, com cultivo de pimentão (*Capsicum annuum*), coentro, cebolinha. No terreiro há espaço, ainda, para uma Mandalla Mais Infância⁴⁴, cujo um dos principais pré-requisitos para recebê-la é existir, na família interessada, crianças com idades até 14 anos. Caso seja contemplada, a ideia é focar na produção de abacaxi (*Ananas comosus*).

A produtividade da horta e do pomar de Fagna é destinada ao consumo próprio, porém, assim como para boa parte das famílias da comunidade, o excedente também é comercializado. Para a alimentação interna da casa há desde frutas, como caju (*Anacardium occidentale*), mamão (*Carica papaya*), acerola (*Malpighia emarginata*), goiaba e abacaxi, a proteínas, como ovos, carnes de porcos e aves, e leite de vaca. Há, ainda, uma diversidade de plantas medicinais encontradas no quintal: malva (*Malva sylvestris* L.), capim santo (*Cymbopogon citratus*), boldo (*Peumus boldus*) e cidreira (*Melissa officinalis*). Já entre os produtos dirigidos apenas para venda estão o bolo, jerimum, mamão, macaxeira, cheiro verde, e uma parte dos queijos produzidos pela assentada. Um fato curioso na casa de Fagna, é a permuta ou doação de acerola para as/os demais assentadas/os, ou até mesmo para a escola local, enquanto forma de complementação alimentar do que lá já está sendo fornecido. Sendo assim, a principal fonte de renda da família é o trabalho na agricultura, seguido pela comercialização para PAA e PNAE.

⁴⁴ O Projeto Mandalla Mais Infância é um processo de desenvolvimento holístico, sistêmico e ambiental, de integração permacultural, que busca a qualidade de vida, aliada à produtividade econômica e ao equilíbrio ambiental. Cada mandala é composta por um reservatório com um sistema de irrigação, para que seja produzido em seu entorno o cultivo de hortaliças, legumes, frutas, cereais, cultivo de peixes e aves etc. Disponível em: < <https://www.sda.ce.gov.br/2022/06/22/sda-realiza-capacitacao-para-implantacao-da-mandalla-mais-infancia/> > Acesso em: 04 de jan, 2024.

Figura 10. Fagna e Mariana desenhando sua propriedade



Foto: K.S.O.C.M. (2023).

Em relação à gama de produtos alimentícios mercadejados, por Fagna participar da coordenação do grupo de produtores do Assentamento, ela se tornou responsável por decidir sobre a venda final. Os moradores costumam juntar o excedente produzido no Assentamento e levar o montante mensalmente para um depósito municipal responsável por receber os alimentos que serão destinados à merenda escolar. Até então, as transações em maior quantidade eram realizadas para o PNAE municipal, porém, com a paralisação no projeto em Miraíma, as comercializações também pararam.

Um dos impactos sentidos com a interrupção das políticas públicas de aquisição de alimentos foi a venda de carne de aves. Entre 2012 e 2014, a família destinou galinhas para o abate, porém, o fato de o Aragão não possuir um abatedouro totalmente certificado ainda, determinou o fim dessa prática no local. Inobstante a isso, instituições como o Banco do Nordeste estão em diálogo com o Assentamento, viabilizando um possível retorno da criação e acompanhamento técnico para, posteriormente, comercializar para uma agroindústria da região.

O PNAE impacta diretamente na condição de segurança alimentar e nutricional das famílias. O fornecimento de alimentos gera renda para quem os vende, e qualidade de consumo para quem os recebe. Para aumentar o rol de produtos distribuídos, o Assentamento decidiu

incluir em sua lista, bolos feitos na cozinha comunitária do próprio local. Em 2017, em uma parceria entre o PRA, o grupo Gastronomia Social⁴⁵ e o próprio Aragão, foram viabilizados cursos sobre a produção de bolos e salgados de acordo com as receitas e as normas adequadas de sanitização relativas à legislação vigente. Tais cursos foram fundamentais na ampliação dos produtos comercializados nos programas municipais de aquisição alimentar:

Foi a partir do curso e das demandas dele, que a gente foi ampliando nossas vendas para a Prefeitura. Aí, compramos o forno agora, para agilizar. Antes de comprar, tínhamos que levar nossos fogões de casa para a Casa Sede. Era um ‘aperreio’ grande para fazer o bolo. Aí depois que compramos o forno, facilitou bastante, porque ele já fica direto lá, na cozinha comunitária.

Para definir como se dará o processo, é formado um grupo de 8 pessoas, sendo 7 mulheres e 1 homem (André), que acompanham desde a compra dos materiais, passando pela mistura das massas, o processo de cozimento, até a entrega final do produto, que ocorre normalmente no final do mês. Fagna explica que a dinâmica de realização dos bolos se dá quando o grupo se junta para a compra dos insumos necessários e do gás de cozinha, e, em seguida, se divide em duplas para cozer a quantidade requerida pelo Projeto, dividindo a produção por partes iguais dos quilos do produto, demandadas previamente. Os demais homens ficam responsáveis por organizar os demais produtos in natura, a exemplo das frutas e hortaliças. O trabalho realizado por este grupo no Aragão, incentivou e estimulou a participação de mais 2 outros assentamentos próximos:

Hoje, nessa dinâmica do PNAE, tem mais uma pessoa do Assentamento Boa Vista e outra do Assentamento Cacimbas vendendo bolos, porque a ideia é fortalecer a política pública [PNAE], né? E eles também vão se animando, vendo que dá para produzir um alimento saudável, com produtos de qualidade e a gente ganhando para isso e as pessoas também ganhando por poder comer bem. Porque, principalmente nós, que fornecemos para a merenda escolar, a gente conversa muito para não entrar nenhum tipo de veneno em nada aqui. A gente não aceita, e se descobrir que alguém está querendo usar nem que seja a capina química, a gente chama para uma reunião na associação. Porque se deixar um usar, aí todos vão querer usar depois e pronto, acabou nossa produção saudável.

⁴⁵ Programa de Extensão vinculado ao curso de bacharelado em Gastronomia, da Universidade Federal do Ceará (UFC). O programa concentra-se, dentre outras atividades, em intervenções e incorporações da perspectiva gastronômica em políticas públicas de alimentação e suas relações com a sustentabilidade e soberania alimentar, considerando a função social da Gastronomia (<https://ppggastronomia.ufc.br/pt/o-programa/linhas-de-pesquisa/>).

Quando questionada se a venda também poderia se dar através da participação em feiras livres, Fagna afirma que não há nenhuma em funcionamento no município, no momento. Algumas vezes, o Assentamento ainda participa de um evento desse porte que ocorre 2 vezes por ano, no município de Amontada (a cerca de 33km de distância do Aragão). Para a agricultora, se a prefeitura investisse numa feira municipal, “com certeza daria muito certo”, uma vez que esse é um dos anseios que Fagna afirma observar entre os moradores que ela conhece, tanto da própria comunidade como de outras regiões próximas.

Do cuidado com o seu pedaço de chão à conscientização de toda à comunidade

Quando eu cheguei aqui, era bem descampado, não prestava para produzir nada. A gente plantava só feijão e milho e capinava. Aí era um lameiro só! Principalmente porque aqui é muito baixo, e como fica próximo do rio, a água subia e alagava essa área. Aí, tá com mais de 5 anos que a gente não capina mais. E depois que não estamos mais capinando, a gente tá observando que melhorou bastante, que não fica mais ensopado, né? E fica a cobertura orgânica das próprias plantas. Porque quando é no fim do ano, apesar delas parecerem mortas, basta dar uma chuvinha que elas voltam a brotar tudo de novo” (FAGNA, 2024).

O cuidado com a terra é notório no quintal produtivo de Fagna. Há plantadas no local, diversas espécies adubadoras, como Moringa (*Moringa oleífera*), Leucena (*Leucaena leucocephala*), Margaridão (*Sphagneticola trilobata*), Taioba (*Xanthosoma sagittifolium*), todas destinadas à produção de biomassa. Existe ainda a preocupação de conservar e ampliar o cultivo de espécies nativas do Nordeste, como o Sabiá (*Mimosa caesalpiniaefolia*) e Sabonete/Saboneteira (*Sapindus saponária*), ou até mesmo a substituição de espécies invasoras, como o Nim (*Azadirachta indica*) por plantas ornamentais como o Flamboyant (*Delonix regia*), sobretudo para tentar minimizar os efeitos da temperatura/calor sentidos na região.

No espaço da casa, Fagna diz que fica mais na cozinha e, agora, na sala, o lugar que possui uma maior iluminação e ajuda em suas leituras. E no terreiro, considerado seu espaço “de paz”. O companheiro costuma passar mais tempo no espaço destinado à capineira e, algumas vezes, na cozinha ou cuidando dos animais, já que Fagna precisa sair para estudar e trabalhar.

Para Fagna, o fato dela e do esposo terem se conhecido dentro do assentamento e, desde cedo, participarem das atividades coletivas da militância, fortalece a união do casal e ajuda a quebrar alguns paradigmas patriarcais da sociedade. Além disso, ela, enquanto uma mulher militante, também conseguir levar seu companheiro para as atividades do movimento, facilita no debate sobre a distribuição das atividades domésticas, atentando-se para a divisão sexual justa do trabalho no lar. “A gente vai participando dos encontros e ele já sai de lá com um pensamento diferente. Lá, cada um lava seu prato, e se você não fizer, não tem quem vá fazer no seu lugar. Então, o que acontece lá, eu tento fazer aqui em casa”.

Ao participar da dinâmica do etnomapeamento feminista, Fagna afirma que seria muito importante se a replicação desse tipo de metodologia pudesse ser realizada com mais outras mulheres do Assentamento, porque, apesar do suporte formativo que algumas têm, boa parte tem pouco ou nenhum conhecimento sobre divisão sexual do trabalho, e sempre reproduzem a premissa de que o cuidado com a casa ou o quintal e as atividades do roça do são “apenas uma ajuda (roçado) ou obrigação da mulher (atividades domésticas)”:

Os homens têm que entender que se a gente precisa sair para estudar, eles têm que cuidar das coisas. E acho que por ele sempre me acompanhar no movimento, ele nunca teve rejeição de fazer os trabalhos de casa. E nós mulheres, não estamos acostumadas a ver isso. Por quê? Porque quando a gente pensa nessa parte, normalmente a gente pensa que isso não é trabalho, que é uma ajuda, né? É normalmente a mulher cuidando da casa e o homem do roçado, e às vezes é ele quem decide o que vender e quanto é, mesmo que a gente esteja lá, fazendo junto, ou até mesmo tomando a frente e fazendo tudo sozinha.

E assim a agricultura se divide entre casa, lar, trabalho e estudo, de forma a permitir que todos os processos sejam permeados por ideias centrais de viés agroecológico – de valorização do campo e da mulher –, tal qual a “bonita Maria” remetida na placa logo à entrada de sua casa.

8.3. Maria: a difícil conciliação entre casa e trabalho, e a busca por água e alimentação de qualidade

Na casa de Maria, a primeira cisterna chegou em 2004 e foi construída pelo Inca. Antes da tecnologia, a água utilizada para todas as atividades era proveniente do rio, assim como para as/os demais assentadas e assentados. E embora houvesse reservatórios para conservar o recurso, eles eram de ferro, que, com o passar do tempo, enferrujavam e furavam, derramando todo o líquido. Tal situação escancara uma outra realidade muito comum no semiárido: a falta de segurança hídrica, não apenas no que diz respeito à qualidade e à coleta da água, mas também ao seu armazenamento. “Hoje, esse mesmo rio mau serve para tomar banho, então imagina como seria se não tivéssemos a cisterna? Era uma água que nem tinha qualidade e nem tinha onde guardar direito”, lembra Maria.

Apesar de toda a dificuldade hídrica presente nesse contexto, a água retida na cisterna era utilizada para as obrigações básicas (beber e cozer), conforme orienta a ASA, mas acabava por ser destinada, prioritariamente, para aguar os canteiros. E assim, a família que já se sustentava há mais de 5 anos somente com a colheita dos produtos da horta, passou a ter um melhor reaproveitamento do seu quintal produtivo, e a participar dos processos de doação e trocas internas ocorridas no Assentamento, ambos incentivados pela associação local.

Já a cisterna de 2ª água, do tipo enxurrada, foi construída pelo Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora (CETRA), cerca de 10 anos após a chegada da primeira. Tal TS trouxe uma outra vivência para Maria e Pedro, e assim o quintal, que antes servia principalmente para consumo interno ou trocas comunitárias, pode, então, passar a produzir numa quantidade mínima onde o excedente pode ser comercializado para o PNAE.

Figura 12. Cisterna Enxurrada, no quintal produtivo de Maria.



Foto: K.S.O.C.M. (2024).

Fora a produtividade agrícola, a cisterna de 2º água também trouxe um outro tipo de complemento à renda familiar: Pedro passou a trabalhar na construção destes reservatórios, como pedreiro, cujas contratações eram efetuadas por duas instituições que tradicionalmente já trabalham com a temática da convivência com a seca no nordeste brasileiro – o próprio Cetra, e a Cáritas. Os valores recebidos eram referentes a cada unidade de tecnologia social construída e, segundo Maria, foram fundamentais para que a família permanecesse no Aragão, o que não seria possível caso não houvesse tal renda extra, por conta da realidade econômica do casal naquele momento.

Na caminhada transversal realizada durante o etnomapeamento do quintal produtivo, pode-se perceber o cultivo de hortaliças diversas, de frutíferas, como limão (*Citrus limon*), seriguela (*Spondias purpurea*), tamarindo (*Tamarindus indica*), manga (*Mangifera indica*), caju, banana (*Musa spp*), coco (*Cocos nucifera*), abacaxi, mamão, acerola, além de ovelhas, carneiros, galinhas, e, conseqüentemente, de ovos. Além disso, havia um belo jardim, com algumas roseiras e diversas plantas medicinais. Como era de se esperar de uma metodologia – etnomapeamento feminista – que busca encontrar algo bem mais aprofundado da temática, nas perguntas, não se queria saber apenas das cultivares, mas sim, para além de traços e cores, procurava-se entender o que aquele lugar representava para Maria. Embora toda essa diversidade relatada, Maria demonstrava, inicialmente, não se dar conta da riqueza do seu quintal, e bem menos da sua importância, enquanto mulher, naquele espaço – principalmente quando dizia que “esse ou aquele lugar era do marido”, e não dela.

Diante de tantas cultivares, toda a produtividade só foi possível, explica a assentada, devido à proximidade com o rio, já que a água era coletada e distribuída entre os canteiros. Em seguida, após a chegada da 2ª cisterna, que viabilizou uma autonomia produtiva no que se refere à disponibilidade hídrica para a produção, aumentou-se a quantidade de frutas e hortaliças ali concebidas.

Figura 13. Maria durante o processo de desenho de sua propriedade.



Foto: K.S.O.C.M. (2024).

Refletindo sobre os passos seguintes, Maria lembra que, diante dos ganhos obtidos, seja na produção agrícola ou na construção de cisternas, a descontinuidade dos Programas de Cisterna representou, de fato, foi um impacto negativo tanto para sua família, quanto para os demais moradores e moradoras da região. Tal fato se prova, segundo Maria, somente em ver que outros companheiros/as do próprio assentamento, que não receberam a 2ª cisterna, ter que irem buscar água de um vizinho ou se deslocar para um açude distante, já que a própria água encanada também é considerada, por eles, “salobra e com muito cloro”. Assim, tanto Maria quanto Pedro, consideram a cisterna fundamental inclusive para a criação do gado e para manter vivos os ovinos reprodutores recebidos através do PSJ III (FORTE NETO, 2019).

No cuidado com os resíduos produzidos, é notória uma destinação específica a estes. As cascas dos ovos e de frutas e o pó de café, bem como a cama das galinhas e o excremento das ovelhas, seguem para a horta e para o jardim. As folhas de nim (*Azadirachta indica*) são colocadas no quintal, ao lado do coqueiro, para tapar buracos e conter alagações, quando há cheias no rio. Os restos de comida vão para os frangos, já que não criam porcos ou outros animais que necessitem dessa alimentação.

Outro cuidado visto na propriedade é em relação a produção salubre, sem o uso de agrotóxicos, o que para o casal significa mais saúde e renda, ambos vindos a partir do reconhecimento da qualidade do produto comercializado:

A gente vê que o agricultor tem mais valor tanto no trabalho quanto na venda, por entrar mais um dinheirinho, já que a gente vende por um preço melhor. O Pedro tá vendendo hoje 1 kg de cheiro-verde por um preço 'X'. Se for procurar na feira até encontra mais barato, mas não dura nem 2 dias e já murcha logo. Mas quem comprar de nós, já reconhece a gente como agricultura familiar. Já sabe que não tem veneno. Isso vira nossa propaganda sem nem a gente falar nada.

Com a paralisação dos PAA e PNAE, e dos programas de cisternas, e apenas com o salário que Maria recebe por seu trabalho na Prefeitura, novamente foi necessário complementar a renda familiar de alguma outra forma, fato este suprido pelos ganhos na extração da Carnaúba.

Embora Pedro esteja mais presente nas atividades agrícolas familiares, desde o cuidado com o quintal até ao próprio processo extrativista do carnaubal, ele mesmo reconheceu (no dia que participou da primeira parte da entrevista) que a principal cuidadora do lar é a mulher, que além das atividades domésticas, ainda precisa atuar fora do Assentamento para dar conta das necessidades financeiras da família. Assim, a rotina do casal, em muitos momentos, demonstrou não convergir entre si diariamente. Maria comenta que na maior parte do tempo em que seu companheiro está em casa, ele está na sala, assistindo televisão, ou no quarto, deitado na rede, sobrando-lhes poucos momentos em conjunto. Das poucas vezes relatadas, há, em algum fim da tarde, um encontro entre eles no alpendre na entrada do terreiro, onde debatem sobre assuntos diversos. “Antes, nos sentávamos mais para conversar. Ele se acidentou e ficou difícil falar com ele. Meu marido é muito bom, mas é muito calado”, define Maria.

O roçado também era um lugar de encontro e convergência entre o casal. Das falas sobre ele, uma chamou a atenção, exatamente quando Maria diz que o local além de os conectar à natureza, também era espaço de aproximação, já que lá era a diversão, o lugar para onde podiam ir tranquilos quando “saíam de dentro de casa”. Porém, o “estar fora de casa”, para remeter a roça, trazia na fala de Maria muito mais de um “dentro de si”, de conforto, de pertencimento, e de familiar, enquanto lar, que qualquer outro lugar mencionado antes. E a tristeza por não conseguir mais estar nesse espaço como antes, sobretudo por conta do curto tempo que ambos têm atualmente, é visível no semblante da agricultora durante este diálogo.

Dos demais espaços comuns da casa, Maria permanece mais tempo no galinheiro ou na horta. O jardim e as plantas medicinais também recebem uma atenção especial da assentada, sendo estes locais de descanso e reflexão. Apesar de visualizar os diversos espaços na propriedade, Maria ainda observa que o local da casa em que ela passa mais tempo é na cozinha,

o que para ela, remete a mais trabalho ainda. Ela afirma desejar que seu companheiro a auxiliasse mais nesse espaço também, da mesma forma como ela o auxilia lá na horta.

No dia anterior, quando ambos estavam juntos durante a entrevista, de fato Pedro visualizava a atuação da esposa “como uma grande contribuição”, mas não a desvincula dos afazeres domésticos, principalmente quando o é questionado sobre:

Além dela trabalhar no colégio, cuidar de casa e das plantas, sempre que precisa, ela ajuda lá na associação. Por exemplo, se for ter um curso e precisar fazer o almoço, é ela quem vai. Ela sempre está no meio. Sempre está incentivando. Sempre está me ajudando, sempre está ali pela cozinha (PEDRO, 2023).

Tantos afazeres – casa, escola, quintal, associação, e os cuidados com um neto autista e uma neta pequena – faz com que a assentada se sinta cansada e dá à Maria uma sensação de esgotamento, de falta de tempo para cuidar de si. Embora a escola tenha se tornado um lugar de distração, pois lá ela cuida de quem ela chama “meus meninos”, é em sua residência que a agricultora prefere estar:

Eu não tenho muito tempo, infelizmente não tenho esse direito. O dia que eu preciso ir na cidade resolver alguma coisa é quando eu tiro um dia ‘pra’ mim, mas aí eu chego mais cansada do que quando eu fico em casa. E como minha filha trabalha e deixa os meus netos aqui, eles não me deixam nem dormir. Aí eu vou varrer a casa, lavar uma louça, para poder descansar.

E o cansaço e abatimento se segue quando é incentivada a refletir sobre o futuro. A agricultora diz que só se vê mais sossegada em casa, tendo inclusive perdido a vontade de sair, de passear:

Quando eu era mais jovem, ia para as festas, como as minhas filhas, até mesmo para ‘pastorar’ elas. Mas hoje eu não gosto mais, nem vontade de sair de casa eu não tenho. Na verdade, eu não tenho muita vontade das coisas. Praticamente, eu só vou ‘pra’ missa mesmo. Não gosto nem de ir [na casa] dos vizinhos. Às vezes, eu ainda vou nas das minhas filhas. Mas acho melhor ficar na minha casa mesmo, sabe?! Aqui eu faço as minhas coisas, almoço, me deito, me levanto, vou fazer o que tenho de fazer de novo, vou fazer minhas varandas de rede e pronto. Aqui nunca falta serviço! É o que eu faço todo dia, e é assim que vou levando.

Embora todo o desânimo e estado de inércia acusados naquele momento, diante das obrigações ocupacionais que fazem Maria abrir mão de si, inclusive de sua saúde, para atender

a terceiros – seja no trabalho ou questões familiares –, ainda se questionou se ela se considerava uma mulher feliz. A resposta foi rápida e direta: “tenho que me achar! Mas também tenho consciência de que preciso comer bem e me cuidar, e não estou fazendo isso. Mas o que eu ganho dá para a gente sobreviver... Bem, e eu me considero uma mulher de fé”, finaliza.

Figura 14. Maria mostrando o resultado do etnomapeamento do seu quintal.



Foto: K.S.O.C.M. (2024).

9. DO CONHECIMENTO GERADO A PARTIR DO ACESSO À ÁGUA À AUTONOMIA DAS MULHERES: DA GESTÃO HÍDRICA AOS CUIDADOS DO SER

Neste capítulo, pretende-se debater sobre os caminhos percorridos pelas mulheres assentadas na obtenção de conhecimentos acerca dos desdobramentos sociopolíticos no campo, das políticas de acesso à água e à gestão hídrica, e dos cuidados com o ser, refletindo, principalmente, na busca por autonomia de gênero em suas relações familiares e em sua comunidade.

Para Safiotti (1981), na construção do mundo considerado civilizado, após o surgimento da industrialização, em especial a inglesa, as mulheres caminharam a passos largos em direção ao espaço público, uma vez que passaram a ocupar atividades remuneradas que a elas, até então, eram consideradas domésticas e cotidianas, como nos setores de tecelagem, por exemplo, já que as mulheres detinham conhecimentos sobre a manipulação de vestes e agasalhos. No Assentamento pesquisado, todas as mulheres entrevistadas têm alguma relação específica com o ambiente educacional, seja como aluna/pesquisadora, seja como professora, seja como profissional interna de dentro da escola. Logo, algo comum entre as personagens desta dissertação é o trabalho assalariado fora do campo, assim todas acumulam, além das atividades laborais cotidianas de seus quintais produtivos, a jornada dupla de funções trabalhistas externas.

9.1. Célia: unindo trabalho, militação e formação feminista à dinâmica familiar

Célia aponta que no início da constituição do Assentamento, o MST era bem ativo no local, facilitando cursos, impulsionando as reuniões e apoiando as famílias:

Eles faziam encontros e a gente estava sempre presente. Daí eles fizeram um convite e eu gostei, e quis participar mais ativamente [do MST]. Na época, eu era mais nova e tinha o apoio do meu companheiro, que ficava com as crianças quando eu precisava ir para os compromissos de lá. Foi quando eu comecei a me engajar no Movimento”.

Reconhecida pela prefeitura municipal em 1997, enquanto escola municipal de ensino infantil, e após a admissão do Aragão como assentamento federal e a chegada das demais famílias assentadas, quando houve a necessidade de tornar o espaço – que até então era utilizado para moradia – em um local, de fato, dedicado ao ensino dos que ali iam chegando, foram surgindo, por conseguinte, as vagas para auxiliares de professor/a:

Um amigo meu me falou [da vaga]. Eu não queria. Eu só tinha a sétima série [do ensino fundamental], eu não tinha nenhuma experiência, mas ele me disse que se eu enfrentasse essa dificuldade, iria dar certo. Aí foi que eu comecei a ser professora. E foi ensinando que também concluiu meu 2º grau no EJA, pelo PRONERA. Depois, já engajada no MST, eles me fizeram o convite para fazer o curso de Pedagogia da Terra, e como eu já era professora daqui e queria terminar meus estudos, aceitei.

Caldart (2000) lembra que, tão logo ocorrem as ocupações de terra e se inicia a constituição de futuros assentamentos, passa a surgir a preocupação com a educação dos que

ali irão residir, uma vez que as próprias mães e pais passam a reivindicar escola para seus filhos. Desta necessidade, surgem salas de aulas improvisadas, sendo a própria comunidade a assumir, na maioria das vezes, as dinâmicas educativas nestes locais (desde a atuação dos professores à proposta pedagógica). Assim, cursos e graduações futuras que incentivem a formação dos próprios moradores, são vistas com bons olhos por toda a comunidade. No caso da graduação em Pedagogia da Terra, que funciona por meio de processos metodológicos da Pedagogia da Alternância⁴⁶, há a intenção de enaltecer a realidade local (prática) unindo-a aos conhecimentos obtidos em sala de aula (teoria), possibilitando a uma formação acadêmica onde não há a necessidade de que as/os estudantes se afastem totalmente da vida do campo para terem acesso às instituições de ensino superior (CALDART, 2012; MOLINA, 2015).

Neste mesmo sentido, outros cursos, como as Licenciaturas em Educação do Campo, têm o objetivo de formar discentes capazes de interagir e compreender as dinâmicas locais e suas contradições, sejam elas econômicas, sociais ou culturais, valorizando o desenvolvimento rural através da promoção da agricultura familiar em contraponto ao modelo hegemônico de agronegócio pensado para o campo brasileiro (FALEIRO; FARIAS, 2017).

Refletindo sobre o percurso seguido até a formação universitária, há que se ressaltar que boa parte dos/as alunos/as da escola do Assentamento também já estavam concluindo o 9º ano, no mesmo período da formalização da parceria entre o MST e o INCRA, cujo intuito era incentivar pessoas provenientes da Reforma Agrária ao ingresso em diversos cursos em Universidades públicas. Porém, para que Célia pudesse se dedicar à graduação, foi necessário que uma outra figura importante na comunidade – Fagna – assumisse sua função de liderança popular, enquanto representante do MST no Assentamento. O pulsar de suas raízes e o cuidado com as crianças e com o ensino se refletiu, inclusive, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, cujo título foi “O processo de leitura e escrita na Educação Infantil na E. E. M. F. Barra dos Coelhos”. Finalizada esta etapa, e já com recursos financeiros próprios, Célia fez uma especialização em Educação Especial, no próprio município de Miraíma. “E de lá para cá já se vão 25 anos como professora. E eu posso dizer que foi o Movimento [MST] que possibilitou isso [a graduação em Pedagogia da Terra]”, pontua a agricultora.

Em conformação com a ideia apresentada por Célia, é possível constatar, em uma rápida passada pelo Assentamento e durante as entrevistas, que uma grande parte das mulheres

⁴⁶ Processo pedagógico realizado através da alternância entre *tempo-universidade* (as/os acadêmicas/os estão na faculdade com aulas em período integral) e o *tempo-comunidade* (os/as professores/as se deslocam até os assentamentos, quilombos, aldeias e demais comunidades tradicionais, para ministrar aulas, ou caso os/as alunos/as sejam moradores desses locais, para colocar em prática o que estudam em sala ou realizar suas pesquisas).

assentadas, no Aragão, conseguiram iniciar seus estudos e finalizaram, pelo menos, o ensino fundamental, algo importante de se observar no meio rural.

Ter uma escola dentro do assentamento é mais aconchegante por conta de ser apenas alunos e alunas daqui, né? Facilita mais, pois todos já se conhecem, além de ser mais viável, por conta do deslocamento. Até porque, quando é no inverno, é muito dificultoso, o rio⁴⁷ enche bastante, então as crianças que são maiores ou ficam sem ir para a escola, ou se arriscam a passar de canoa, por isso é bem mais importante ter a escola aqui, mesmo que esteja funcionando só infantil, né? Além disso, as mães também podem se dedicar a outros afazeres e até a estudar também, já que não precisaram ficar com suas crianças durante todo aquele tempo! (CÉLIA, 2023).

Quando questionada se o MST influenciou, além da sua formação profissional, também em sua formação pessoal, Célia lembra que até então, não tinha esse conhecimento sobre seus direitos e sobre o que era ser assentado/a. Além disso, o fato de participar de reuniões e se tornar uma liderança feminina no Aragão, a fez perder a timidez e ter coragem de falar em espaços até então dominados por homens. Os espaços formativos, as místicas realizadas durante os encontros e os debates facilitados envolvem e despertam, segundo a agricultora, a consciência política necessária para o engajamento e a busca por mais leituras e entendimento do seu próprio espaço, sobre seus direitos sociais e sobre sua condição – de assentada e de mulher – no meio rural.

Figura 15. Célia refletindo sobre sua caminhada formativa.



Foto: K.S.O.C.M. (2023).

⁴⁷ O rio mencionado é o Aracatiaçu.

De certo, olhando para a lógica de divisão de trabalho entre homens e mulheres, vê-se que a sociedade como um todo há tempos direciona o que cada gênero deve e pode fazer, conferindo-lhes espaços e atividades determinadas, geralmente naturalizadas nas mais diversas localidades e situações. Essas designações acabam afirmando “papeis sociais sob a forma do enquadramento de funções e posições sociais” (ALMEIDA, 2010, p. 23).

A ascensão das relações patriarcais está intimamente ligada ao surgimento da propriedade privada e sua relação de dominação praticada, a partir do homem, na lida com os escravos, com a terra e com o próprio ser feminino. Partindo deste ponto, se configuraram as relações sociais, supervalorizando o trabalho masculino em detrimento ou desqualificação do trabalho da mulher, tornando-a submissa ou até mesmo invisível: “É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família a mulher é oprimida. O homem, reinando soberanamente” (BEAUVOIR, 1970, p. 75).

Assim, formações diversas, seja em encontros da militância, nas aulas da graduação, ou nos cursos de GRH ou GAPA/SISMA, cujos processos formativos também perpassam pelas dinâmicas de gênero e discussão do papel da mulher na sociedade, buscam refletir sobre as identidades feminina e masculina, e problematizar as relações de poder que perpassam no meio rural. Pereira (2016) classifica tais debates como um incremento substancial no aprofundamento na participação feminina nos processos de formação política, ascendendo assim, diferentes tipos de desdobramentos, principalmente no que diz respeito ao protagonismo dessas mulheres em seus assentamentos de origem (PEREIRA, 2016).

Nesse processo de tomada de consciência, há também que se destacar o grande potencial transformador das políticas de convivência com o semiárido, desde a mudança nas relações políticas, principalmente no que diz respeito à troca de votos por água ou compra de voto por um caminhão pipa, por exemplo, à autonomia reprodutiva feminina em seus quintais. Neste cenário, o acesso à água (e sua retenção nas cisternas) é visto como um produto social concreto que possibilita articular, assim, algo necessário para a vida prática das pessoas com um movimento de formação e mobilização que altera as relações de dominação tradicionais presentes no semiárido.

Isso se reflete, desde a forma de falar, de impor ideias, até, por exemplo, na divisão financeira, ou na participação e ocupação de cargos específicos em associações diversas, algo comum em muitas regiões rurais do país (CENTELHAS, 2019). Na casa de Célia, o olhar diferenciado sobre a participação feminina na gestão econômica do lar veio a partir das formações assistidas, e a fez incumbir nos assuntos de casa, a discussão acerca da decisão sobre

a renda e os gastos familiares, que segundo a agricultora, passou a ser realizada, em comum acordo, pelo casal:

Decidimos em conjunto, né?! A gente vai vendo o que vai usar para pagar uma conta, para fazer uma feira, e por aí vai, e o que sobra, a gente sempre combina também e usa em prol da casa e dois. Hoje, nosso dinheiro não é só dele ou meu, é nosso.

9.2. Fagna: engajamento e referência na luta instigada pelo MST, no Assentamento

Para Fagna, após a chegada das cisternas ou de outros projetos, e a culminância de processos formativos que tais programas trazem, muitas mulheres começaram a se forjar na luta política, no Assentamento:

A gente tem discutido muito sobre isso e tem percebido a importância desses programas como um fortalecedor das mulheres no campo, então, quanto mais palestra, mais debate, mais pesquisa, e mais o que tiver no meio disso, melhor é, né? Até porquê, com o fortalecimento dessas políticas, mais a gente tem acesso a elas e temos como esperar que outras [políticas públicas] venham! Ou seja, a chegada de projetos e tudo que vem junto com eles, os cursos, os debates, tudo é muito necessário.

Fagna é uma figura de referência no Assentamento e quando se fala em luta política, a agricultora afirma que o fato do lugar possuir associação e ter reuniões enquanto metodologia de organização, facilita no processo de engajamento político do grupo como um todo. Antes de se constituir enquanto associação, o lugar já possuía uma capela, onde ocorriam as aulas de catecismo, o coral e servia de suporte à própria escola, o que incentivava a organização e o estímulo às falas em público, seja apresentando algo, recitando um poema, organizando atividades, ou qualquer outra ação que beneficiasse o envolvimento na coletividade.

Porém, foi somente em 2008, após a agricultora participar de um encontro de jovens do MST⁴⁸, ocorrido em Fortaleza, que lhes foi incumbida a tarefa de organizar, juntamente com Selma – que já era estudante do curso de Pedagogia da Terra, e articulava a juventude para participar dos eventos da militância –, que se deu início ao Grupo de Jovens do Aragão, onde

⁴⁸ O MST atua no Assentamento Aragão desde 1997, estimulando a participação dos assentados e assentadas à educação e atividades diversas essenciais à luta política, como palestras, formações, intercâmbios e ida a eventos diversos no município, estado ou a nível nacional.

estes também passaram a participar das reuniões promovidas pela associação do Assentamento. “Depois que formamos esse grupo [de jovens], eu entrei de verdade para a militância do MST. Aí, quanto mais a gente participa, mais coisas aparecem e a gente vai gostando, se apaixona e não sai mais”, avalia Fagna.

Para ela, em termos de debate político, o Aragão é bem evoluído, uma vez que Fagna visualiza que, quando há a necessidade de organização e reuniões coletivas, as lideranças são bem recebidas e respeitadas pelos assentados/as, o que ajuda nestes processos formativos. E, apesar de, atualmente, o local não possuir mais nem grupos de jovens e nem de mulheres constituídos, há uma boa participação dos assentados e assentadas nas decisões da associação.

Atualmente, constituídos de fato, há o grupo da Comercialização (dos produtos do PNAE, por exemplo), o Grupo do Carnaubal (cuja principal atividade é a extração e beneficiamento da carnaúba) e o Grupo da Associação (responsável por debater as dinâmicas internas do Assentamento). Destes, Fagna participa de dois – Comercialização e Associação. E, embora não haja grupo específico de mulheres, a agricultora lembra que são elas as que estão à frente de todas as ações da comunidade, principalmente as relacionadas à Secretaria, cujo dinamismo das atividades ou mesmo a organização dos documentos oficiais da Associação, tem se tornado uma tarefa feminina.

Ainda assim, Fagna aponta um certo sexismo nestas ocupações:

As mulheres têm muita influência e são ativas aqui na comunidade. Por exemplo, a pessoa que faz a contabilidade do carnaubal, é uma mulher. Nós também estamos na direção da escola, nas atividades da igreja, na secretaria da Associação. Mas ainda assim, todas as atividades que lideramos são ditas ‘coisas de mulher’ e não percebem isso e não dão o devido valor. E, às vezes, as pessoas não visualizam de fato quem é que está fazendo todo o trabalho, seja de organização ou mesmo de coordenação, ou até no roçado. E quem é? Somos nós, mulheres!

Uma comprovação para este fato, aponta Fagna, são poucas as falas feitas pelas agricultoras durante as reuniões da comunidade. Apesar de, no organograma da Associação existir várias assentadas, a participação nos encontros ainda é considerada pouca. E tal fato se dá, inclusive, pelo hábito de priorizarem a ida dos maridos ou mesmo suas falas nesses lugares, por achar que aquele espaço é masculino. Ainda assim, ao participar desses momentos, Fagna se percebe como bem aceita, inclusive pelos mais idosos, já que ao emitir sua opinião, a assentada nota que há respeito e, de fato, sua fala, em boa parte das reuniões, é levada em consideração nas decisões finais.

Ainda assim, o olhar da assentada para com o processo de tomada de consciência e autonomia, é bastante crítico:

O que tiver que fazer, o trabalho que for, nós vamos fazer. E eu acho que essa é a nossa diferença, porque a gente não desistiu do coletivo. Vemos muitos assentamentos por aí já cansados, que já desistiram de trabalhar pela comunidade. Claro que a gente já teve vontade de parar, de não ir mais atrás de projeto nenhum. Mas talvez por eu estar numa tarefa de militante, eu nunca venho das atividades do movimento [MST] achando que a associação não é mais viável. A gente vem entendendo que os trabalhadores estão num processo de consciência diferente um dos outros, e que tem certos vícios que nem é culpa do trabalhador, né? Existem muitas outras coisas por trás de nós, ao redor de nós, que estão manipulando nossa forma de pensar e de agir. E como tudo isso já está enraizado, ou é cada dia mais e mais imposto, as pessoas ficam vulneráveis demais, né? E a primeira coisa que pensam é abandonar a luta ‘pra’ aliviar o peso de ter que enfrentá-la.

Um reflexo da necessidade e da força comunitária, foi exatamente a produção de gêneros alimentícios para a merenda escolar, cujo início somente se deu após a chegada do P1+2 no Assentamento. Fagna lembra que antes do Projeto, não era possível realizar grandes irrigações nos quintais, por exemplo, o que inviabilizava tal movimentação. Além disso, a vinda de dois canteiros juntamente com a cisterna de 2º água, “abriu os olhos” dos/as assentados/as para uma maior produtividade nas hortas e pomares. Em seguida, com a chegada das sementes, telas, regadores, e demais incentivos, se começou a debater a viabilidade do PNAE e do PAA no Aragão, ou seja, houve complementaridade entre o desejo da comunidade, o incentivo (a água para produção e a política de comercialização) e a posterior união coletiva para que as vendas dessem certo:

Com a água ali pertinho, no quintal, o canteiro vai crescendo e a mulher vai tendo tempo ‘pra’ buscar outras coisas. Para cuidar mais de si e da casa, ‘pra’ trabalhar fora, sentar numa calçada e conversar, porque tem que ter as horas de lazer. Dá tempo até mesmo ‘pra’ estudar. E nisso, eu sou muito grata a minha cisterna.

Em relação aos estudos, assentada relembra que sempre teve vontade de fazer um curso técnico mais voltado para a agricultura, já que sua graduação foi na área da educação, e sua especialização na área da saúde. Apesar de ver que ambas as temáticas terem ligação com a produção, Fagna afirma que o interesse somente poderia se concretizar se o curso escolhido tivesse uma grade curricular diferente dos padrões e normas atuais, cuja educação não é

contextualizada⁴⁹. E assim o fez. Em 2022, após uma demanda apresentada nas próprias escolas do campo do MST, surgiu o curso Técnico em Agroecologia, cujas aulas começaram em outubro do mesmo ano e tiveram a duração de 12 meses, no município de Itarema, litoral oeste do Ceará. No Aragão, a proposta de fazer parte, enquanto discente, foi colocada em assembleia e aceita, com o nome de Fagna indicado para uma das vagas (de acordo com ela, o Assentamento apresentou dois nomes para matrícula no curso técnico, porém, apenas a agricultora quis ocupar uma das vagas).

Durante o curso técnico, Fagna realizou um estágio na empresa Coringa Agrofloresta, no município de Trairi, litoral oeste do Ceará. A vivência incitou na agricultora o desejo de iniciar um Sistema Agroflorestal (SAF) em seu lote de terra, no Aragão. A ideia, explica a assentada, muito se deu a partir dos debates em torno da Agroecologia enquanto modelo frente às mudanças climáticas:

Agroecologia é a nova agricultura, né? Não tem ‘pra’ onde correr. As mudanças climáticas já chegaram aqui. As plantas estão diminuindo e caindo a produção, ou demorando mais ‘pra’ dar frutos, e tudo isso interfere na tua alimentação, até mesmo na hora de respirar. A gente sente que o ar ‘tá’ mais pesado, né? E principalmente a questão da água, basta ver que num instante evapora! Num instante a planta seca! Essa questão do meio ambiente, da produção de alimentação, da reutilização é muito séria! É uma pauta do Movimento [MST] também, e tem que ensinar o povo como é que faz diferente, por que do jeito que está, nem a gente, nem a terra vai aguentar muito tempo não!

A consciência sobre a nova forma de ver a agricultura (a partir de preceitos agroecológicos) também está na forma de observar a importância das políticas públicas. Nesse ponto, Fagna ressalta que boa parte das “coisas no Aragão só foram possíveis porque vieram vários projetos do Governo”:

A primeira coisa que me aconteceu foi a Reforma Agrária, que é ter a casa, ter a terra, se eu tivesse morando numa fazenda de algum patrão meu, ou numa casa alugada, não teria isso daí não. Aí, depois, com acesso à Terra, veio a primeira água, que já deu um alívio grande, né? Depois veio essa segunda cisterna que deixou a água tá ali, pertinho de nós, pra gente usar na hora que precisar. Depois veio o reuso [Bioágua], os bodes e cabras, o gado, a gente tem, porque a gente também já acessou o PRONAF. As galinhas apareceram porque começou o PNAE,

⁴⁹ A Educação Contextualizada é pautada a partir das características socioambientais do semiárido, visando a convivência com essa condição e a criação de novos significados, à vida e ao território, a partir de uma nova leitura desse próprio espaço (PIMENTEL, 2002), pressupondo práticas educativas desenvolvidas que buscam uma aproximação do homem à sua realidade rural, através de diálogos entre educador e educando (LIMA, 2014).

e a gente focou na criação de aves. A horta é por conta do também do PNAE, mas principalmente do PAA. E agora o secador de palha que vai fazer com que a gente economize tempo e tire um dinheirinho maior da carnaúba. Agora me diz, como é que eu, sozinha, ia conseguir ter tudo isso se não fosse as políticas [públicas], os projetos [do Governo]? As pessoas não conseguiriam fazer tudo por conta própria, pois não teriam condições e nem dinheiro. E assim a gente se ajuda, né? A pessoa [entidade executora do projeto] vem com conhecimento para instalar uma cisterna, e você vem com conhecimento de vida, e do lugar, para dizer qual o melhor local. Essa cisterna tem que ficar perto da minha casa porque ela é para beber, então ela tem que ficar aqui. Não tem sentido, ela fica lá do outro lado, próxima do Rio, por exemplo... Mas tem gente que não se dá conta disso, e eu acho muito triste.

Atualmente, Fagna continua sua função de militante do MST e foi contratada pelo Instituto Veredas da Cidadania⁵⁰ para atuar enquanto assistência técnica, trabalhando em 5 assentamentos municipais. No total, a agricultora acompanha 50 famílias beneficiárias e afirmar apenas continuar uma atividade que já fazia antes, de forma altruísta:

Quando se tem uma oportunidade boa a gente não pode deixar passar. Lá atrás, eu não queria fazer qualquer curso. Hoje, eu poderia 'tá' empregada na prefeitura⁵¹. Mas não era isso que eu imaginava para mim, eu não queria 'tá' trabalhando em qualquer lugar, não pelo emprego em si, mas porque não acumula nem politicamente, nem na consciência, nem 'pra' comunidade, nem 'pra' mim. Estou descobrindo o meu foco, o meu caminho, e pensando em contribuir com a comunidade, e hoje eu sei que consigo fazer isso na assistência técnica, porque eu vou trabalhar com o que eu gosto, com produção e com o povo, e ainda vou ser remunerada por isso, e como eu já trabalho de forma voluntária há bastante tempo, só vou continuar o que eu já fazia há anos só pelo amor que eu tinha por tudo isso aqui.

⁵⁰ Organização fundada em 31 de março de 2013, que atua, no Ceará, na defesa de direitos sociais e produtivos das populações rurais (<https://veredasdacidadania.org.br/0>).

⁵¹ Em municípios do interior, é comum observar que boa parte empregos para a população local, se dão nas instâncias do executivo – secretarias, escolas, repartições públicas, etc.

Figura 16. Fagna e Olginha na sala de casa, em meio a quadros e figuras históricas.



Foto: K.S.O.C.M. (2023).

9.3. Maria: da limitação educacional imposta às projeções para o futuro

Maria admira o fato de várias/o assentadas/os terem finalizado seus estudos universitários – Célia, Fagna, Taynara, Maciélia, José Maria, entre outros – porém, não terem o desejo de deixar a comunidade, mas de continuar trabalhando em prol do Assentamento. E assim reflete: “a pessoa estudou, teve a oportunidade de mudar, mas prefere voltar e colocar em prática seu conhecimento aqui. Sabe o que é isso? É porque quando você tem amor por alguma coisa, essa palavra desistência não existe”.

Resistir é uma palavra muito presente nos movimentos sociais, sobretudo nos voltados à pauta do rural. Mas ao começar a falar sobre militância, Maria se mostra um pouco tímida, talvez por não participar mais ativamente da Associação ou do MST em si ou por ter se afastado das reuniões. Sua atuação, segundo ela, se restringe a poucas atividades como, por exemplo, cozinhar para todas e todos durante uma atividade específica. Nas dinâmicas do Movimento, é Pedro quem participa das reuniões, e um ou outro/a filho/a. Maria costuma ficar mais em casa:

Minha filha participa mais das reuniões [uma pausa breve]... Eu acho muito bonito ela lá, ela sabe conversar, sabe falar bonito, conversa no meio de muita gente. Já eu não sei explicar as coisas, não. Sou muito tímida. Eu fui criada assim. No meio do mato. Sozinha [Pausa. E um respiro profundo] (MARIA, 2024).

No geral, a participação das famílias do Aragão nas atividades se dá em formato de articulação, ou seja, sempre que há uma necessidade, um evento ou uma manifestação, o MST

informa ao assentamento, que, em seguida, realiza uma reunião e elabora uma pauta, com sugestões e reivindicações e as enviam. Além disso, o também é articulado junto ao Movimento, a ida e a alimentação dos assentados e assentadas para as demais atividades, quando estas são externas.

Para Maria, o MST é “muito bem organizado, e preza pelo bem-estar das pessoas, com uma grande sabedoria e vontade de ajudar muita gente”. E, embora não seja parte constituinte da instituição, dentro do Assentamento, na dinâmica de ações do Movimento, ela se vê representada:

O MST é um só, nunca se diz “olha o MST lá do Ceará ou de outro canto”. Ninguém fala isso! Quando vamos para uma Marcha das Margarida, para um encontro nacional, quem está lá é o MST de todos nós! Ele tem esse poder de união. Então, quando vejo essas notícias falando mentiras do Movimento, eu penso que é uma falta de conhecimento. Acho que uma vontade de querer que acabe, não sei se por ciúme de ver ele organizando as pessoas, né? Com o poder de organicidade muito grande que até mesmo a política em si, do jeito que a gente conhece, não consegue ter.

A partir da reflexão feita por Maria, surgiu a seguinte pergunta: quando criminalizam o MST e falam mentiras, isso te afeta? A resposta foi simples:

Isso me doi muito! Porque eu imagino que se eles dizem que o movimento está roubando alguma coisa, eu penso: “eu sou o movimento, então o que eu estou roubando?” Na verdade, nós estamos matando a fome, da minha família de casa, e da família do resto do mundo que não tinha nem o que comer quando o MST chegou lá! Mas talvez seja isso que muitos políticos por aí querem, que a gente seja refém dele, e chegue lá pedindo, mendigando algo, e mal sabe ele que quem dá vida e comida a eles somos nós, agricultores!

A consciência em relação à sua condição de assentada também vem muito a partir dos conhecimentos obtidos nas formações em que Maria participou (principalmente o curso de GRH, já que nos demais – GAPA e SISMA, a participação ficou a cargo de Pedro ir). A assentada comenta da importância que tal formação teve sobre a desconstrução da sua função enquanto mulher e “provedora das atividades domésticas”.

Até então, seu processo formativo havia se dado ao finalizar a 8ª série, via EJA, na própria escola do assentamento. Antes, quando adolescente, por conta de uma proibição vinda do próprio pai adotivo, Maria somente havia estudado até a quinta série. “Ele era muito rígido, achava que a gente [mulher] não tinha que ‘tá’ na aula, aprendendo nada. Depois eu vi que isso

era uma besteira dele!... Mas eu tenho vontade de voltar [a estudar]. Se aparecer algum curso por aqui, eu volto ‘pra’ ela [para a escola]”, afirma.

A abertura de consciência vem inclusive nos conselhos dados ao neto, hoje com 14 anos. A ele, a assentada faz questão de ressaltar a importância do estudo e do trabalho para que ele possa “construir as coisinhas dele, ter a casinha dele, e nunca precisar viver de favor, porque é muito ruim”:

Eu sempre digo para ‘pra’ ele ‘meu filho [neto], não temos nada! Só o que nós temos é essa casa pra vc não dormir na rua, e a escola ali perto ‘pra’ você estudar. Então você tem que estudar! Tem que aprender, ‘pra’ você ter um trabalho, né? Tem um filho meu concursado, também é auxiliar de serviços gerais, na prefeitura. E ele nem tem vergonha de fazer o que ele faz. E eu acho ótimo. Porque isso é zelar e cuidar, parece que todos as crianças são filhos da gente também. Mas ele só conseguiu entrar lá, tem esse ‘trabalhinho’ e não depender de ninguém, porque ele correu atrás e terminou o estudo dele.

A informação, para ela, vem inclusive com a própria gestão do planejamento familiar. “Se antes eu soubesse o que sei hoje, talvez eu tivesse me prevenido melhor. Naquela época, mulher só era pra casar, cuidar da casa e ter filho. Então não tomava nada, e achava que era o certo, por isso vieram 6 filhos logo. E foi muito sofrimento”, lembra.

Quando questionada a refletir sobre o próprio futuro, Maria só consegue imaginar a chegada da aposentadoria e a titulação da terra para seus/suas filhos/as, imaginando todos/as morando próximos/as – no mesmo Assentamento -, com liberdade e credibilidade de criar seus animais e ter seu quintal produtivo, tendo uma vida considerada “tranquila e confortável” na velhice:

Nesse desenho que a gente fez aqui, deu ‘pra’ ver que tem muita coisa, que eu nem me dava conta. Tem coisa que é ‘pra’ servir de bonita aqui em casa, para fazer uma sombra [o jardim]. E outras coisas é ‘pra’ gente se alimentar, dá ‘pra’ ver que tem muita fartura; se a gente for ver é essa a nossa riqueza, né? Então, isso aqui é o que eu tenho. E é isso aqui que eu posso deixar ‘pros’ meus netos. Se eles entenderem isso e cuidar também, já ‘tá’ bom demais.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“De onde os pés pisam...”, a reflexão que se iniciou essa caminhada. E assim se deu o interesse por pesquisar as mulheres assentadas no contexto em que elas vivem – a partir da difícil jornada do encontro com algo indispensável à sobrevivência de qualquer ser: a água. Dar conta desse trajeto só é possível, como disse Centellas (2019), quando se estabelece um “ponto de chegada” – aqui muito mais determinado pelos prazos institucionais do que pela sensação de finalização ou pelo esgotamento da temática em si.

Os interesses dessa pesquisa na graduação de algum modo desaguarão no mestrado, a partir da aproximação das políticas de convivência com o semiárido, seus modos organizativos e suas histórias, e não devem se extenuar somente porque se findou esse processo. Pelo contrário, as falas, as percepções, e os etnomapeamentos desdobram em mais curiosidades e instigaram a muito mais interrogações e exclamações do que pontos-finais. E isso só corrobora com a percepção do grande potencial transformador que as políticas de convivência com o semiárido demonstram possuir.

Nesse contexto, da escrita e ida a campo estabeleci uma relação de proximidade e afeto, produzida tanto pelos meus interesses de pesquisa, como pela percepção da capacidade com que as assentadas, no Aragão, recebem os/as estudantes, dando a qualquer pesquisa realizada na comunidade, uma importância substancial por acreditarem que, como dizem, tudo que é escrito ou falado “leva o Aragão pro mundo”, ou seja, as torna existentes perante a uma sociedade que, por vezes, tende por invisibilizar agricultores/as, principalmente os/as proveniente da reforma agrária.

Ir além de apenas um processo avaliativo das políticas públicas faz perceber, então, que as formações a partir da chegada das cisternas e das demais experiências educativas para essas pessoas, são componentes centrais na mobilização e no reconhecimento do valor simbólico, além de material, que estas políticas públicas acionam. Tal valorização se extrapola no pesar do corpo dessas mulheres, e em suas falas, e as fazem Ocupar lugares que antes lhes foram negados – na educação ou no trabalho formal –, reverberando em como “ser” e “fazer” participação popular, inaugurando nelas, uma possibilidade de emanciparem da sobrecarga do cansativo trabalho necessários para buscar muitos litros de água na cabeça ou incontáveis trajetos percorridos na busca pela água.

Já os espaços formativos decorridos desses processos, reacende nessas mulheres desejos de alterar as próprias relações de dominação que as circunda, sejam elas políticas ou sociais, seja ao se engajar na esfera pública (enquanto liderança no assentamento), seja no ensino (como

aluna ou professora), seja no apoio (às atividades do MST ou qualquer outro movimento que as represente no campo).

Há que se ressaltar que, em nenhum momento, o uso cotidiano das águas – ou das cisternas – foi ponto explícito nessa pesquisa, enfatizando-se apenas o desenrolar que estes projetos trouxeram, nos corpos, nas casas, nas relações, e na coletividade.

Para tanto, buscou-se discutir a ideia de afeto e pertencimento (Cap 7), em seus espaços de vida, e o quanto como a água influencia na vida na dinâmica dos seus quintais produtivos (Cap 8) e como essa temática é cara à liberdade do pensar e cuidar-se, para cada uma dessas mulheres (Cap 9). Neste sentido, percebeu-se a construção de uma problemática em torno da reprodução do núcleo doméstico e da participação política feminina se torna dúbia, uma vez que ao mesmo tempo em que, assertivamente, se valoriza a inclusão da mulher nos espaços produtivos – conferindo-lhes protagonismo e autonomia –, tem-se uma sobrecarga de trabalhos no âmbito doméstico.

Ainda assim, sem dúvidas, essas políticas públicas representam passos significativos para a melhoria das condições de existência das populações rurais do semiárido, no entanto, são muito recentes as discussões de gênero. Como definição da importância do papel social das mulheres nas questões da água ainda em fase de implementação, torna-se um pouco difícil fazer uma avaliação sobre os impactos na vida das mulheres rurais. Mas, com base na avaliação das mulheres rurais beneficiadas pelo Programa, é possível afirmar que o acesso à água com tecnologias sociais acessíveis traz melhorias significativas na vida das mulheres e de suas famílias, podendo inclusive configurar outros afazeres protagonizados por elas, incidindo em uma nova dinâmica nas relações de gênero no meio rural.

11. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José Vanglesio de; PIRES, FOC; CÊSSIA, A. R. Concentração Fundiária no Estado do Ceará (1970-1995). Rio de Janeiro: IBGE. CDU, v. 631, p. 635, 2006.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife; FJN: Ed Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, Janaiky Pereira de. As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010.
- ALMEIDA, Janaiky Pereira de. As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010.
- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable. México: PNUMA, 2000.
- ANDRADE, Jucilaine Aparecida de et al. Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região. Fundação João Pinheiro. Minas Gerais. 2014.
- ANDRÉA, Gianfranco Faggin Mastro. O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “Água para Todos”: uma análise do desenho jurídico-institucional e seu funcionamento. *Justiça do Direito*, v. 13, n. 2, p. 432-457, 2007.
- ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante: coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009.
- ASA – ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Mapa de Tecnologias. 2021. Disponível em: < <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 22 ago 2022.
- ASA. Articulação do semiárido. Carta de Princípios. Recife: 2000.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, n. 2, nov. 1981.
- BOFF, Leonardo. A águia e a galinha. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BOINCEAN, S. et al. El marco estratégico mundial para la seguridad alimentaria y nutrición. Heidelberg. CIDSE-UITA-La Vía Campesina-FIAN Internacional, 2013.

BONUMA, H. As Mulheres e Economia Solidária: uma resistência não cotidiana a ter uma vida melhor. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre, UFRGS. 2015.

BORGES, Júlio César. O retorno da velha senhora: a categoria tempo entre os Krahô. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Universidade de Brasília, Brasília. 2004.

BRASIL. Criação da Agência Nacional de Águas - ANA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=371>. Acesso em: 25 out 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água Programa Cisternas. Brasil, 11 dez. 2018. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9606.htm>. Acesso em: 10 set 2022.

BRASIL. Lei 12.873/2013. Disponível em: < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/aceso-a-agua-1/marco-legal>> Acessado em 02 set 2022.

BRASIL. Lei 9.433 de janeiro de 1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. em: 25 out 2022.

BRASIL. Lei 9.966 de 28 de abril de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9966.htm. Acesso em: 25 out 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7352&ano=2010&ato=93bQTQ65EMVpWT612>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7352&ano=2010&ato=93bQTQ65EMVpWT612>

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas, v. 12, p. 205-227, 2004.

BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely Salgueiro. Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido Nordeste. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 19, n. 1, p. 30-61, 2011.

- CALDART, Roseli Salete. "Por Uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (orgs). Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. v.4. Brasília, 2002.
- CALDART, Roseli Salete. "Por Uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (orgs). Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. v.4. Brasília, 2002.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.
- CAMPOS, J. N. B; CAMPOS, V. R. A formação dos conhecimentos em recursos hídricos e aplicações em tomadas de decisões. Revista Estudos Avançados. 29 (84), P. 179-194, 2015.
- CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Dados (on line), vol. 40, nº 2, 1997 (sem numeração de página).
- CARVALHO, Luzineide Dourado. Natureza, território e desenvolvimento no semiárido. REIS, Edmerson, dos S.; CARVALHO, Luzineide D.; NOBREGA, Maria Luciana da S.(orgs). Educação e convivência com o Semiárido. Reflexões por dentro da UNEB, v. 2, p. 56-70, 2011.
- CARVALHO, Sandra Maria Gadelha; BRITO, Célia Maria Machado de. Educação do Campo e PRONERA: Paulo Freire, presente. Interterritórios - Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL, v. 7, n. 14, p. 1-18, 2021.
- CARVALHO, Sandra Maria Gadelha; BRITO, Célia Maria Machado de. Educação do Campo e PRONERA: Paulo Freire, presente. Interterritórios - Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL, v. 7, n. 14, p. 1-18, 2021.
- CAVALCANTE, A. M. B. Paisagens insulares no semiárido do estado do Ceará. Revista de Geografia (UFPE) V. 29, No. 3, 2012
- CAVALCANTE, A. M. B. Paisagens insulares no semiárido do estado do Ceará. Revista de Geografia (UFPE) V. 29, No. 3, 2012
- CENTELHAS, Marcela Rabello de Castro. Nas águas das políticas: as mulheres, as cisternas e curso da vida no agreste pernambucano / Marcela Rabello de Castro Centelhas. Rio de Janeiro, 2019.

CENTELHAS, Marcela Rabello de Castro. Nas águas das políticas: as mulheres, as cisternas e curso da vida no agreste pernambucano / Marcela Rabello de Castro Centelhas. Rio de Janeiro, 2019.

CHOUDHURI, P.; DESAI, S. Lack of access to clean fuel and piped water and children's educational outcomes in rural India. *World Development*, (145): 105535, 2021.

CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. GT: Mujeres, agroecología y economía solidaria. Buenos Aires. 2016. Disponível em: < https://www.clacso.org.ar/grupos_trabajo/detalle_gt.php?ficha=914&s=5&idioma= > Acesso 15 out 2022.

CODA –COALICIÓN DE ORGANIZACIONES POR EL DERECHO AL AGUA. Informe sobre el derecho humano de acceso al agua potable y saneamiento en Nicaragua. Managua: Coda, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT NACIONAL. Conflitos no Campo. Brasil. 2020. <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil> Acesso em: 20 out 2022.

CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar. Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro. Brasília: Editora IABS, 2013.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba). Bahia. 2000.

D'ALVA, Oscar Arruda; FARIAS, Luís Otávio Pires. Programa cisternas: um estudo sobre a demanda, cobertura e focalização. *Cadernos de Estudos-Desenvolvimento Social em Debate*, v. 1, n. 7, p. 1-40, 2008.

DA SILVA NETO, Gilberto Ferreira. Sistemas de captação e armazenamento de água de chuva no território do SISAL: o Programa Uma Terra Duas Águas (p1+ 2). *Sitientibus*, n. 54, 2016.

DE AZEVÊDO, Andrea Carla. Verso e reverso das políticas públicas de água para o semiárido brasileiro. *Rev. Política e Planej. Reg.*, v. 2, p. 373-392, 2015.

DE MEDEIROS, Cleyber Nascimento. Mapeamento da concentração da posse da terra na Região Nordeste e no Estado do Ceará–1970/2006. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará–IPECE, (s/d), 2016.

DE OLIVEIRA BURITI, Catarina; MOREIRA BARBOSA, Erivaldo. Políticas públicas de recursos hídricos no Brasil: olhares sob uma perspectiva jurídica e histórico-ambiental. *Veredas do Direito*, v. 11, p. 225, 2014.

DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Tradução: Letícia Vasconcellos Abreu, Paula

Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Avaliação da sustentabilidade do Programa Cisternas do MDS em parceria com a ASA. Petrolina: FUNDER/FAO-Embrapa Semiárido-SAGI/DAM/MDS, 2009.

FAÇANHA, Islene Pinheiro. Gênero e água: uma Leitura sobre as Políticas no Semiárido e a Inclusão Feminina. *Desenvolvimento em Questão*, v. 17, n. 47, p. 339-356, 2019.

FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, 2017.

FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, 2017.

FAUCONNIER, I.; JENNISKENS, A.; PERRY, P. Women as change-makers in the governance of shared waters. *Women as change-makers in the governance of shared waters*. Geneva, Switzerland. 2021.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O Campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de (Orgs.). *Educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília: UNB, 2004.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O Campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de (Orgs.). *Educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília: UNB, 2004.

FERNANDES, Camila. O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade. Rangel, Everton; Fernandes, Camila & Lima, Fatima (orgs.), p. 297-320, 2018.

FERREIRA, Elvis Pantaleão et al. Cisternas de produção para melhoria da qualidade de vida no Semiárido do estado de Pernambuco. *Embrapa Semiárido-Artigo em periódico indexado (ALICE)*, 2015.

FILIPAK, Alexandra. Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. 2017.

FORTE NETO, Francisco Tavares. Análise do projeto São José na redução da pobreza das famílias do Assentamento Vida Nova/Aragão-CE. 2019. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

- FORTE NETO, Francisco Tavares. Análise do projeto São José na redução da pobreza das famílias do Assentamento Vida Nova/Aragão-CE. 2019. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- FREITAS, B. M. C. Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe–Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 183 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia); Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- FURTADO, Celso. O Nordeste: sobre uma política alternativa de desenvolvimento. *Revista Brasileira de Economia Política*, v. 4, n. 3, 1984.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- GIRALDO, Omar Felipe. Hacia una ontología de la Agri-Cultura en perspectiva del pensamiento ambiental. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 34, 2013.
- GOMES, U. A. F, et al. Elementos para uma avaliação crítica do programa brasileiro de formação e mobilização social para convivência com o semiárido –um milhão de cisternas rurais (P1MC). In: O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica/Editores: Castro, J.E.; Heller, L.; Morais, M. da Piedade. Brasília: IPEA, 2015.
- GOMES, D. F. L. Fundamentação em Direitos Humanos e Cidadania V.01. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.
- GOMES, Uende Aparecida Figueiredo; HELLER, Léo. Acesso à água proporcionado pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais: combate à seca ou ruptura da vulnerabilidade?. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 21, p. 623-633, 2016.
- GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, v. 2, 2021.
- GUEVARA, María de los Ángeles Arias; JUNIOR, Valdemar João Wesz. Género y agroecología: estudios de caso en Brasil. *Agroecología*, v. 7, n. 2, p. 101-110, 2012.
- GWP - Global Water Partnership UNEP-DHI Centre. *Advancing Towards Gender-Sensitive Water Resources Management*. 40p. 2021.
- HARRIS, Leila M.; GANTT, Whitney. Gender and shifting water governance: differential effects of privatization, commodification, and democratization. Land Tenure Center, Nelson Institute of Environmental Studies, University of Wisconsin, 2007.
- HELLER, L. Report A/HRC/33/49 of the Special Rapporteur on the human right to safe drinking water and sanitation. Geneva: OHCHR, 2016.

- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Censo agropecuário 2017. IBGE, 2017.
- IBGE. Censo Demográfico 2000. V. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE. Censo Demográfico 2000. V. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE. Censo Educacional 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IBGE. Censo Educacional 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INCRA – INSTITUTO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA. Assentamentos. Disponível em: < <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 15 ago 2022.
- KOOLWAL, G.; WALLE, D. Access to Water, Women's Work, and Child Outcomes. *Economic Development and Cultural Change*. 61(2):369-405, 2013.
- LANDIM, Teoberto. Seca: a estação do inferno. UFC, Casa de José de Alencar, Programa Editorial, 1992.
- LEITÃO, Juliana Andrade; SANTOS, Maria Salett Tauk. Imagem jornalística e representações sociais: a imagem dos Sertões. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 35, p. 133-155, 2012.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. A escolha do cônjuge. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 26, p. 117-133, 2009.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. A escolha do cônjuge. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 26, p. 117-133, 2009.
- LIMA, Anna Erika Ferreira Lima; SILVA, Danielle Rodrigues da; SAMPAIO, José Levi Furtado. As tecnologias sociais como estratégia de convivência com a escassez de água no semiárido cearense. *Conex. Ci. e Tecnol. Fortaleza/Ce*, v.5, n.3, p.9-21, nov. 2011.
- LIMA, E.S. Educação Contextualizada no Semiárido: Construindo Caminhos para Formação de Sujeitos Críticos e Autônomos. 2006. 88f. Monografia (Especialização em Docência do Ensino Superior). Coordenação de Pós-graduação e Pesquisa da Faculdade Santo Agostinho. Teresina, 2006.
- LIRA, Terçália Suassuna Vaz. O sentido do trabalho infantil doméstico. *SER Social*, v. 23, n. 49, p. 496-516, 2021.
- LIRA, Terçália Suassuna Vaz. O sentido do trabalho infantil doméstico. *SER Social*, v. 23, n. 49, p. 496-516, 2021.
- LOURENÇO, Ronaldo Mendes. Diagnóstico físico-conservacionista como aporte para a análise da degradação no médio curso da Bacia Hidrográfica do Rio Aracatiaçu (CE). Tese de

- Doutorado. Dissertação (Mestrado) no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013.
- LOURENÇO, Ronaldo Mendes. Diagnóstico físico-conservacionista como aporte para a análise da degradação no médio curso da Bacia Hidrográfica do Rio Aracatiaçu (CE). Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013.
- MALVEZZI, Roberto. Semiárido: Uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.
- MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação. Revista Percurso, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012.
- MARIETTO, Marcio Luiz. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. Revista Ibero Americana de Estratégia, v. 17, n. 4, p. 05-18, 2018.
- MEDEIROS, S. et al. Sinopse do Censo demográfico para o Semiárido Brasileiro. Campina Grande: INSA, 2012.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohidronegócio e as (re) existências dos povos cerradeiros. Terra Livre, v. 1, n. 34, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 33, p. 83-91, 2009.
- MOLINA, Mônica Castagna. A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável. Tese (Doutorado)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.
- MOLINA, Mônica Castagna. A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável. Tese (Doutorado)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.
- MOLINA, Mônica Castagna. Expansão das licenciaturas em educação do campo: desafios e potencialidades. Educar em Revista, Curitiba, n. 55, p. 145-166, 2015.
- MOLINA, Mônica Castagna. Expansão das licenciaturas em educação do campo: desafios e potencialidades. Educar em Revista, Curitiba, n. 55, p. 145-166, 2015.
- MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Educação do campo. Em Aberto, Brasília, DF, v. 24, n. 85, p. 1-177, 2011.
- MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Educação do campo. Em Aberto, Brasília, DF, v. 24, n. 85, p. 1-177, 2011.
- MONTECINOS, Verónica. Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina. Revista Estudos Feministas, v. 11, p. 351-380, 2003.

- NARVAZ, Martha. Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. Lume: RS. 2005.
- NEVES-SILVA, Priscila. Direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário: em busca da equidade de gênero. *Água e Gênero: Perspectivas e experiências*. p. 48. 2022.
- NEVES-SILVA, Priscila. O direito à água e ao saneamento como ferramenta de promoção da saúde de grupos vulneráveis. *Ciência & Saúde coletiva*, v. 21, p. 48-82, 2022.
- NOBRE, Miriam; MORENO, Renata, SAORI, Sheyla. *Experiências e Desafios na construção de Agendas Feministas nos Territórios da Cidadania*. São Paulo: SOF, 2015.
- NOGUEIRA, D. Femmes et eau dans le Sertão. Le Programme Un Million de Citernes. Le Nordeste de Lula. *Cahiers des Amériques Latines*, v. 63-64, p. 63-79, 2010. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/cal/790?lang=pt> > Acesso 15 set 2022.
- NOGUEIRA, Daniela. Segurança hídrica, adaptação e gênero: o caso das cisternas para captação de água de chuva no semiárido brasileiro. 2017.
- NOGUEIRA, Daniela; MILHORANCE, Carolina; MENDES, Priscylla. Do Programa Um Milhão de Cisternas ao Água para Todos: Divergências políticas e bricolagem institucional na promoção do acesso à água no Semiárido brasileiro. *IdeAs. Idées d'Amériques*, n. 15, 2020.
- ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos da Água, Declaração Universal dos Direitos da Água, 1992.
- OROZCO, Amaia Pérez. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. MORENO, Renata (org.). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, p. 51-93, 2012.
- PAULILO, Maria Ignez. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. (Org). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, Fundação Carlos Chagas, p. 163-190, 1982.
- PEIRANO, MARIZA. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, 180p.
- PEREIRA, Maria de Lourdes Soares. As contribuições da licenciatura em educação do campo na transformação das relações de gênero. *Revista Com Censo*, Brasília, DF, v. 4, n. 7, 2016.
- PEREIRA, Maria de Lourdes Soares. As contribuições da licenciatura em educação do campo na transformação das relações de gênero. *Revista Com Censo*, Brasília, DF, v. 4, n. 7, 2016.
- PICKERING, A.; DAVIS, J. Freshwater availability and water fetching distance affect child health in sub-Saharan Africa. *Environmental Science and Technology*. (46):2391-2397, 2012.
- PIMENTEL, A. O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no semiárido brasileiro. 2002, XX fls. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

- PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: Buarque, Heloisa de Almeida. Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais. São Paulo: Berlendis; 2009.
- PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2006. A água para lá da escassez: Poder, pobreza e a crise mundial da água. 2006.
- PONTES, E. T. M.; MACHADO, T. A. Desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido: o caso do programa Um Milhão de Cisternas Rurais no nordeste brasileiro. Recife: UFPE, 2012.
- QUEIROZ, Danielle Teixeira et al. Observação participante na pesquisa qualitativa conceitos e aplicações na área da saúde. 2007
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993 (1980).
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher: um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos. (No Title), 1981.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher: um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos. (No Title), 1981.
- SANTANA, V. L.; ARSKY, I. C.; SOARES, C. C. S. Democratização do acesso à água e desenvolvimento local: a experiência do Programa Cisternas no semiárido brasileiro. In: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, CODE, 2011. Brasília: IPEA, 2011.
- SANTOS, Jackeline Lisboa Araújo et al. Construção participativa de uma matriz de indicadores para avaliação de programas de educação ambiental aplicados na gestão de recursos hídricos no semiárido. 2013.
- SCOTT, J. Gender a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New UNHRC. United Nations Human Rights Council Vienna Declaration and Programme of Action. Vienna. 1993.
- Semiárido Nordeste. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 19, nº 1, 2011, p. 30-61.
- SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.
- SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas pela sustentabilidade no mundo rural. Revista Agricultura. Edição especial "Experiências em Agroecologia": 139-154. 2009.
- SILIPRANDI, R.; ZULUAGA, G. Gênero, agroecologia e soberania alimentar. Perspectivas Ecofeministas. Barcelona, Editora Icaria. 2014.

- SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. camponesas de Mixquiahuala, Hidalgo. Cuicuilco 60: 109-127. 2002.
- SIQUEIRA, E. C.; SILVA, S. N.; AUGUSTO, J.; SANTOS, R. P.; SARMENTO, F. D. 104 - A experiência do Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2 na comunidade Barro Branco II no Município de São José da Lagoa Tapada, Paraíba. Cadernos de Agroecologia, [S.l.], v. 7, n. 2, oct. 2012. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/13032>>. Acesso em: 02 junho 2022.
- SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOARES, Daniela Nogueira. Gênero e água–desenhos do Norte, alternativas do Sul: Análise da experiência do semi-árido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático. 2009.
- SORENSEN SB, et al. Safe access to safe water in low income countries: Water fetching in current times. Social Science & Medicine. (72): 1522 – 1526, 2011
- SORENSEN, S. B.; MORSSINK, C.; CAMPOS, P. A. Safe Access to Safe Water in Low Income Countries: Water Fetching in Current Times. Social Science And Medicine, n. 72, p. 1.522-1.526, 2011.
- SOUSA, Sandro Soares de. Práticas de letramento de jovens e adultos sem terra: territorialização e textualização da luta. In: 14º Congresso de Letramento do Brasil, Anais... Unicamp, Campinas, 2003.
- SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Delimitação do Semiárido. 2017.
- TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli et al. (org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 178-186.
- TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli et al. (org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 178-186.
- TCU - Tribunal de Contas da União. Relatório de avaliação de programa: Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água. Relator: Ministro Guilherme Palmeira. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006.

TCU - Tribunal de Contas da União. Relatório de avaliação de programa: Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água. Relator: Ministro Guilherme Palmeira. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006.

THOMAZ, Antonio. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. Mercator (Fortaleza), v. 16, 2018.

TONIAL, Magda Aparecida Limberger. A participação da mulher na agroindústria familiar na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2013.

TORRES, Janine Beatriz et al. Movimento de mulheres rurais e seu reconhecimento em projetos agroecológicos. Cadernos de Agroecologia, v. 16, n. 1, 2021.

UN-Water. Summary Progress Update 2021 – SDG 6 – water and sanitation for all. Version: 1. Geneva, Switzerland. 2021.

VELASCO, H.; DÍAZ DE RADA, A. La lógica de la investigación etnográfica. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.

WHO/UNICEF. Progress on Drinking Water, Sanitation and Hygiene. 2017.

ZORZI, Lorenzo; TURATTI, Luciana; MAZZARINO, Jane Márcia. O direito humano de acesso à água potável: uma análise continental baseada nos Fóruns Mundiais da Água. Revista Ambiente & Água, v. 11, p. 954-971, 2016.

12. ANEXOS

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Assentamento Vida Nova/Aragão - Ceará

Aspectos a observar:

Trajetória pessoal

*Debater elementos biográficos buscando compreender o grau de envolvimento da agricultora na construção de sua identidade e na dinâmica produtiva familiar, bem como observar sua relação nos conflitos e mobilizações socioambientais do assentamento.

Perguntar sobre:

1. Etapas da vida (história familiar, casamento, filhos, separação, viuvez, etc.)
2. Profissional (empregos ou trabalhos - incluindo doméstico não remunerado - desemprego, períodos de migração/ocupação da terra, formação, etc.)
3. Sociopolítico (observar se há ligação com sindicato, cooperativa, partido, além de igreja, pastoral, grupos de mulheres, espaços informais, etc.).

Trajetória enquanto prática agrícola e doméstica

*Identificar as principais funções desempenhadas pela agricultora, na medida que explicam seus conhecimentos e forma de trabalho (técnicas) na agricultura e nas atividades domésticas, tais como:

1. Agrícola: semeadura, acompanhamento da roça, canteiro, plantação, colheita da produção, processos pós-colheita, guardiã de sementes, cuidado com os bens naturais (água para a produção, meio ambiente, desmatamento, queimadas), etc.
2. Doméstica: cuidados com a casa, preparação e conservação de alimentos, cuidados pela saúde das pessoas, com os bens naturais (qualidade da água para consumo, lixo doméstico), etc.

Trajetória de participação sociopolítica

1. Coletar dados sobre participação sociopolítica, focando em espaços ligados ao gênero/feminismo, à agroecologia, à produção familiar e às questões socioambientais (sindicatos, partidos, cooperativas, movimentos, igrejas, espaços da cultura popular, grupos de comercialização, projetos de ONG ou de empresas, grupos ou espaços informais de encontro que podem parecer insignificantes - invisibilizadas, identificados pelas próprias mulheres).
2. Identificar esses espaços a partir das informações prévias, como a trajetória de vida, e dialogar sobre a forma de participação da agricultora em cada um desses espaços, pautas discutidas, tipos de ação realizadas, resultados para ela.

Relação com a natureza/espiritual

*Buscar observar as dimensões da relação com a natureza expressadas pela agricultora (narrativa), verificando se há algum papel significativo no seu engajamento em defesa da terra/território, dos bens naturais (concretos - plantas, árvores, águas, animais, solo, produção, ou abstratos – ar puro, água limpa ou poluída) e/ou em conflitos socioambientais.

1. Há algum apego à terra ou ao território, ou aos bens naturais? Há uma vontade de defendê-los? Por que e como?
2. Se há essa vontade, como ela se dá? A partir de quais experiências ou práticas, individuais ou coletivas (trabalho agrícola, participação política, luta pelo território, conflito socioambiental)?
3. Há alguma dimensão de gênero na relação com a natureza, do ponto de vista da agricultora (forma de se relacionar que é determinada pelo fato de ser mulher)?
4. Essa relação é ditada por alguma crença ou religião? Se sim, em que escala (foi passada pela mãe ou pai, é individual ou praticada por toda a família, há participação/influência em grupos religiosos no assentamento)?

Trabalho doméstico e de cuidado

4. Quem é a/o principal responsável pelo trabalho doméstico na residência? _____

5. Tem pessoas que necessitam de muitos cuidados ou de cuidados específicos?

() Sim - Quem? _____ () Não

6. Se sim, quem é responsável pelos cuidados? _____

Propriedade

7. Há quanto tempo você mora no assentamento? _____

8. A agricultora sabe o tamanho da sua propriedade/terra? () Sim () Não

Se sim, qual o tamanho? _____

9. A documentação da terra está em seu nome? () Sim () Não

Se não, está em nome de quem? (Grau de parentesco?) _____

Fontes de renda da família

10. Quais as 3 principais fontes de renda da “família”? E quem tem acesso e decide sobre a esta renda, você mesmo ou outra pessoa da família?

Nº	Tipo	Quem decide sobre esta renda?
1		
2		
3		

PERGUNTAS GERAIS (CISTERNAS)

Uso das Tecnologias Sociais

(obs: apesar das perguntas serem objetivas, manter o ritmo de conversa “informal”, a fim de estabelecer um melhor diálogo com a agricultura, deixando as respostas fluírem livremente).

11. Sua residência possui qual tecnologia de captação de água para produção de alimentos e/ou animais?

() Cisterna Calçadão (Grande – 52 mil litros)

() Cisterna Enxurrada (Grande – 52 mil litros)

() Barragem Subterrânea

() Barreiro trincheira

() Poço profundo

() Outra. Qual?

12. Qual a sua relação com essa tecnologia? O que ela representa para você?

13. Qual organização foi responsável pela construção da tecnologia de SEGUNDA água na sua propriedade?

- Comunidade
- Governo Municipal/Estadual/Federal
- Instituição Não Governamental (ONG)
- Outra. Qual?

14. Qual a sua relação com essa organização? O que ela representa para você?

15. Você participou de alguma capacitação sobre o uso consciente da água armazenada ou da água armazenada para produção de alimentos? Se sim, o que essas capacitações representaram ou mudaram a forma como você usa a água?

16. Sobre a cisterna pequena (16 mil litros), você usa principalmente para quê (beber, atividades domésticas, etc.)? Essa água dura quanto tempo (3 meses, 6 meses, até a próxima chuva, etc.)?

17. Já a cisterna grande (52 mil litros), você usa principalmente para quê? (plantio, criação de animais, etc.) Essa água dura quanto tempo (3 meses, 6 meses, até a próxima chuva, etc.)?

Influência da cisterna na produção de alimentos/renda familiar

18. Há alguma influência da cisterna (2º água) na sua produção de alimentos?

19. E atualmente, a sua produção de alimentos é prioritária:

- Para autoconsumo
- Para venda
- Para doação

20. Depois da chegada das cisternas de segunda água, houve diferença na produção de algum alimento? Se sim, quais?

21. Depois da chegada das cisternas de segunda água, houve diferença na renda familiar? Se sim, como/quanto?

Influência da Cisterna na Segurança Hídrica

24. Quem costumava coletar água antes da chegada da cisterna? Qual a média de tempo diário gasto na coleta?

25. Depois da chegada das cisternas, houve diferença no tempo gasto para coleta de água? Se sim, quais?

Influência da Cisterna na Segurança Alimentar

26. Você acha que a cisterna influencia na qualidade dos alimentos produzidos (segurança alimentar)? Por quê?

Influência da Cisterna na Qualidade de Vida

27. O que é qualidade de vida para você?

28. Você acha que a cisterna mudou algo na sua dinâmica familiar? Se sim, o que mudou?

Influência da Cisterna na Organização Social

29. Você participava ou participa e de algum grupo ou associação?

Se sim, qual? Como é a sua participação?

Se não participa de nenhum, por quê?

30. Você acha que os programas governamentais de acesso água foram úteis para o assentamento? Por quê?